Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública

A violência doméstica contra a mulher e o atendimento
jurídico na cidade de Maputo - Moçambique

Etelvina Alexandre Caetano Meque

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Saúde Pública para
conclusão do Mestrado.

Linha de Pesquisa: Saúde, Ciclos de Vida e
Sociedade

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Augusta Thereza
de Alvarenga

SÃO PAULO

2016

A violência doméstica contra a mulher e o atendimento jurídico na cidade de Maputo - Moçambique

Etelvina Alexandre Caetano Meque

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Saúde Pública para
conclusão do Mestrado.

Linha de Pesquisa: Saúde, Ciclos de Vida e
Sociedade

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Augusta Thereza
de Alvarenga

SÃO PAULO

2016

Dedico este trabalho aos meus pais, Alexandre e Flora, aos meus oito irmãos e, em especial, aos meus avós Almirante e Clementina (*in memoriam*) que nunca deixaram de acreditar na minha caminhada em busca de meu sonho, de obter minha graduação em História Política e Gestão Pública e meu título de mestre em Saúde Pública.

Ao meu querido esposo Joaquim Maloa, pelo incentivo e apoio nos momentos de dificuldades e á compreensão pelo período de minha ausência.

Ao meu filho Nelson Meque, que me proporcionou muita alegria e a dose de estímulo redobrado para prosseguir em busca dos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Confesso que o agradecimento maior e mais profundo, sem palavras para descrever, é dedicado à minha orientadora, a Prof^a. Dr^a. Augusta Thereza de Alvarenga, de quem recebi o necessário apoio e incentivo. Este estudo é nosso, pois, se eu pensei, ela contribuiu para a sua concretização orientando-me os passos com sugestões, críticas, confiança, ânimo e interesse, demonstrado desde os primeiros momentos que este estudo, que era no início apenas uma semente, poderia germinar e transformar-se nesta minha Dissertação de Mestrado.

Agradeço à Coordenação do Programa de Pós-graduação em Saúde Pública e também à Capes, do Brasil, que me contemplaram com uma Bolsa de Estudos de Mestrado, o que me possibilitou realizar meus estudos, assim como minha pesquisa, com dedicação integral.

Meus agradecimentos, por aceitarem o convite para participar do Exame de Qualificação de meu Projeto de Pesquisa, assim como da Defesa Final de meu Mestrado, às Prof^a. Dr^a. Simone Grilo Diniz, Dr^a. Paula Prates e Prof^a. Dr^a. Cristiane Cabral pelos questionamentos e ricas contribuições para a etapa final deste trabalho.

Agradeço a todos do Departamento de Saúde Materno-Infantil, em especial à Carmen Castelani, assim como docentes da Linha de Pesquisa Saúde, Ciclos de vida e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, que me proporcionaram acolhimento, carinho, disponibilidade e nunca pouparam esforços e colaboração para que eu conseguisse o meu título de Mestre pela Faculdade de Saúde Pública.

Também agradeço e expresso a minha mais elevada consideração e apreço pessoal, ao Prof^o. Tome Moraes, da Universidade Pedagógica de

Niassa, de Moçambique, cuja amizade e ensinamentos marcaram significativamente meu processo de conscientização sobre a cidadania.

Um agradecimento a todo elenco da Universidade de São Paulo, Brasil, por esta oportunidade maravilhosa, pela calorosa recepção e por darem oportunidade aos Africanos, em especial aos moçambicanos, agradeço em nome de todos que não se fazem presente, *Hasantm* (obrigada).

Não podia deixar de agradecer ao Ministério do Interior, assim como ao Gabinete de atendimento à mulher (Esquadra) pelas autorizações recebidas para a realização de meu trabalho de campo com funcionários que atuam nas mesmas acolhendo mulheres vivendo em situação de violência em Moçambique.

E um agradecimento especial aos meus entrevistados de três Gabinetes da Mulher e Criança, da Cidade de Maputo-Moçambique. Meu muito obrigado especialmente por me ensinarem, ao longo das entrevistas, coisas que eram inéditas e que me fizeram refletir sobre os casos de violência contra a mulher que acontecem em nossa sociedade, em geral.

Agradeço ao Ministério da Justiça que me deu a oportunidade de dar continuidade aos meus estudos, agora em nível de mestrado no Brasil, cuja finalidade foi a de levar minhas reflexões e contribuições acerca da Lei 29/2009, de Moçambique, sobre violência doméstica.

Agradeço a Christiane Soares e Paula Silveira, pelo companheirismo na jornada coletiva de nossos estudos de pós-graduação na Faculdade de Saúde Pública da USP, com as quais partilhei muitos momentos de aprendizagem e convívio, das quais tive sempre apoio incondicional. E minha gratidão especial à Christiane, com a qual partilhei o mesmo tema de pesquisa – a violência contra as mulheres – e tive ricas discussões sobre minha pesquisa, além de uma solidariedade sem limites, que me sustentou

nos vários momentos difíceis nessa minha jornada de estudante de pós-graduação na USP.

Estendo estes agradecimentos, de maneira muito especial, aos meus Pais, que me deram muito apoio e carinho, estavam comigo nos momentos difíceis da minha vida, não me deixaram só e nada me faltou. Com amor e carinho agradeço também à minha família, em geral, não tenho palavras, eu amo todos vocês Pai, Alexandre Meque, Mãe, Flora Meque e meus irmãos Aurora, Clementina, Alexandrina, Papaito, Leandro, Denis, Carlos, Vitor e Nelso, assim como aos meus tios Luisa, Jaime, Isaltina, Amasio, Adriano, Tereza, Baimusa e, *in memorian*, Moises.

Também esses mesmos agradecimentos aos meus padrinhos Litos Nicocholaque e Emilia Jordão, amigos da jornada Vania, Viviane, Suzana, Leida, Waldir, Armando Manhiça, Juana, Belinha Faizal, Estrela Faran, Alice, Linaula, Rodrigues Ussene e Benilda quero agradecer pelo companheirismo, pela parceria e pela disposição.

Agradeço a meu marido Joaquim Miranda Maloa, companheiro e "guerreiro", a quem muito quero nesta vida. Obrigada por tudo, pelo estímulo e por se fazer presente na minha vida, *aniko Kuchanda na simba* (eu te amo, com toda força), falo-te aquilo que a letra não alcança.

E, finalmente, quero registrar, que este trabalho de mestrado não me pertence. É da população moçambicana, principalmente do jovem do amanhã, na esperança de outro porvir, na confiança de que nem tudo está perdido. O sonho é o olho da vida!

MEQUE, Etelvina. A violência doméstica contra mulher e o atendimento jurídico na cidade de Maputo – Moçambique. [Projeto de Pesquisa de Mestrado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2016.

Resumo:

Introdução: A violência doméstica contra as mulheres apresenta-se, na atualidade, como relevante questão social e problema de saúde pública que afeta a maioria dos países. Portanto, não está mais restrita a países considerados do terceiro mundo e tende a ampliar-se e a se generalizar. Em Moçambique pouco se investigou sobre a importância e papel das Delegacias de Mulheres no processo de implementação da Lei 29/2009 sobre Violência Doméstica contra a Mulher. **Objetivo:** Conhecer como profissionais de Delegacias de Mulheres acolhem e encaminham aos Tribunais os casos de violência doméstica; como interpretam o texto da lei, seu alcance, limitação e desafios na defesa dos direitos das mulheres vivendo em situação de violência na cidade de Maputo. **Metodologia:** Trata-se de pesquisa de natureza qualitativa, na qual foram realizadas entrevistas com 21 profissionais, operadores de Delegacias da cidade de Maputo – Moçambique, que autorizaram a entrevista, segundo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. **Resultados e Discussão:** Os entrevistados apresentaram, em seus relatos, grande identificação com o tipo de trabalho exercido, considerando as Delegacias como espaços significativos para o reconhecimento da cidadania das mulheres, assim como um campo de atuação político-jurídica em defesa dos direitos das mesmas via atuação na implementação da Lei 29/2009. Reconhecem a relevância da Lei, tendo em vista a significativa expressão da violência como prática naturalizada, na sociedade moçambicana, pela cristalização de valores tradicionais do poder masculino sobre as mulheres, secundados por diferentes práticas culturais. Tais entrevistados identificam alcances, mas igualmente limites no processo de implementação da mesma, destacando a importância de sua maior divulgação em todas as regiões do país, quer urbanas, sobretudo nas periferias, assim como zonas rurais. Destacam, igualmente, a necessidade de maior capacitação dos próprios agentes do setor jurídico, considerando a multiplicidade de aspectos envolvidos na prática cotidiana dos serviços, notadamente nas delegacias, em relação à aplicação e ampliação do alcance da Lei. **Considerações Finais:** As tradicionais práticas culturais vigentes na sociedade moçambicana apresentaram-se como aspecto limitante para a implementação da Lei, assim como a remissão das penas, prevista na Lei, que, impossibilita a punição do agressor, em termos de detenção, uma vez que substitui a mesma por prestação de serviços à comunidade, pagamento de cesta-básica e/ou multas, tendo em vista, sobretudo, sua estreita relação com o artigo 37 sobre a “salvaguarda da família”. Diante disso, foram sugeridas, para maior alcance e efetividade na aplicação da Lei, modalidades como o trabalho reflexivo com grupos de homens, com o objetivo de desconstrução dos tradicionais valores sobre masculinidade vigentes nas relações entre homens e mulheres nessa sociedade, que mantém tanto a desigualdade quanto a iniquidade de gênero, pela permanência de tradicionais valores culturais, a exemplo do lobolo e da poligamia.

Descritores: Violência doméstica contra as mulheres; Delegacia de mulheres; Lei 29/2009 de Violência Doméstica contra a Mulher; Maputo - Moçambique.

MEQUE, Etelvina. Domestic violence against women and legal services in Maputo - Mozambique. [Research Project Master]. Sao Paulo: School of Public Health of USP, 2016.

Abstract

Introduction: Domestic violence against women is presented, today, as a relevant social issue and a public health problem that affects most countries. Therefore, it is no longer restricted to countries considered third world and tends to extend up and to generalize. In Mozambique little investigated on the importance and role of Police Stations for Women in Law 29/2009 implementation process on Domestic Violence against Women. **Objective:** To learn as Women Police Stations professionals welcome and refer to the courts cases of domestic violence; they interpret the text of the law, their scope, limitations and challenges in defending the rights of women living in situations of violence in the city of Maputo. **Methodology:** This is qualitative research, in which interviews were conducted with 21 professionals, operators delegacies of Maputo - Mozambique, which authorized the interview, according Term of Consent. **Results and Discussion:** respondents had in their accounts, great identification with the kind of exercised work, considering the police stations as significant spaces recognition of citizenship of women, as well as a political-legal field of action in defense of the rights of same via actions in the implementation of Law 29/2009. Recognize the relevance of Law, with a view to significant expression of violence as a naturalized practice in Mozambican society, the crystallization of traditional values of male power over women, seconded by different cultural practices. These respondents identified scope, but also limits the implementation of the same process, highlighting the importance of its dissemination in all regions of the country or urban areas, especially in the suburbs, and rural areas. Emphasize also the need for greater training of the agents of the legal sector, considering the multiplicity of aspects involved in the daily practice of services, particularly in police stations, in relation to the implementation and expansion of the scope of Law. **Conclusions:** Traditional cultural practices existing in Mozambican society is presented as a limiting aspect to the implementation of the Law, and the remission of penalties provided for in the law that prevents the punishment of the offender in terms of detention, as it replaces the same for service the community, payment basket of food staples and / or fines, with a view, above all, its close relationship with Article 37 on the "protection of the family." Thus, were suggested for greater reach and effectiveness in the application of the law, modalities such as reflective work with groups of men, in order to deconstruct the traditional values of prevailing masculinity in relationships between men and women in this society that keeps both inequality as gender inequity, the permanence of traditional cultural values, such as lobolo and polygamy.

Keywords: Domestic violence against women; Women's police station; Law 29/2009 of Domestic Violence against Women; Maputo – Mozambique

SUMÁRIO

1. Introdução	13
1.1. A Violência Doméstica Contra Mulher como questão social e problema de Saúde Pública.....	13
1.2 A violência doméstica em nível internacional.....	15
1.3. A violência doméstica na África Austral	20
1.4. A violência doméstica em Moçambique – Maputo e especificidades socioculturais.....	30
1.4.1. Caraterização Geral: a violência e seu contexto	30
1.4.2. A violência doméstica e a Lei nº 29/2009	41
1.4.3. A violência, o acolhimento e proteção às mulheres vítimas de violência doméstica em Maputo: a Delegacia da Mulher	44
1.4.4. A complexidade e relevância da violência doméstica em Maputo como um problema de investigação	46
2. Objetivos	49
3. Procedimentos Metodológicos	50
3.1. Natureza da Pesquisa	50
3.2. Sujeitos de Pesquisa.....	50
3.3. Trabalho de Campo	51
3.4. Tratamento e análise dos relatos	53
3.5. Aspectos Éticos.....	54
4 . Resultados e Discussão.....	56
4.1. Descrição do Tipo de Trabalho e Motivo da Escolha	56
4.1.1. Habilidades e qualidades dos profissionais para o acolhimento	56
4.1.2. Trabalho Normativo e Rigoroso	57
4.1.3. Trabalho Complexo e Especializado	58
4.1.4. Sentimento de Solidariedade	59
4.1.5. Sentido Social do Trabalho	60
4.1.6. Sentido de justiça e reconhecimento dos direitos de mulheres e crianças.....	61
4.2. Sobre o cotidiano dos profissionais nas Delegacias	65

4.2.1. O trabalho como atividade complexa e desafiante.....	65
4.2.2. Casos frequentes e graves atendidos pelas Delegacias.....	68
4.3. Sobre a situação de violência contra as mulheres e a questão sócio-cultural.....	74
4.4. Sobre a Lei 29/2009 e sua relevância.....	83
4.4.1. Sobre a criação da Lei 29/2009	83
4.4.2. Sobre a importância da Lei 29/2009 para Maputo - Moçambique.....	85
4.5. Sobre a implementação da Lei 29/2009 e a garantia dos direitos das mulheres	94
4.6. O Lugar das DDM na implementação da Lei 29/2009	98
4.6.1. Benefício das DDM para as mulheres.....	99
4.6.2. Sobre o atendimento às mulheres nas DDM.....	101
4.7. Aplicação e implementação da Lei 29/2009 na dinâmica das relações institucionais.....	106
4.8. Sobre a aplicação da Lei 29/2009 aos homens agressores.....	110
4.8.1. Sobre a versão masculina do delito	110
4.8.2. Sobre a dinâmica do atendimento aos homens agressores.....	114
4.9. Sobre o alcance e limites da Lei	119
4.9.1. Contribuição da Lei para a diminuição da impunidade dos casos de violência contra a mulher	119
4.9.2. Outros procedimentos para controle e diminuição da violência contra a mulher e limites do alcance da Lei	125
4.9.3. Remissão da pena e desafios à implementação da Lei 29/2009	134
4.9.4. Sugestões para modificação da Lei 29/2009 e sua implementação	140
5. Das Considerações Finais a Abertura de Questões	146
6. Referências	154
Anexos	167
I. Aprovação do Comitê de Ética	169
II. Declarações de Anuência.....	170
III. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	173
IV. Formulário para caracterização sócio-demográfica dos entrevistados....	175
V. Roteiro temático.....	177
VI. Tabela I.....	180

Lista de Figuras

Figura 1 – Mapa da África Austral.....	21
Figura 2 – Mapa de Moçambique.....	31

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Taxa de Homicídios de mulheres (por 100 mil) em 83 países.....	17
Gráfico 2 – Número de Mulheres denunciante de violência doméstica em Moçambique (2004 a 2007).....	37
Gráfico 3 – Casos de violência doméstica registrados em Moçambique (2009 a 2011).....	38
Gráfico 4 – Distribuição da violência contra mulheres maiores de 18 anos segundo modalidade e ano de ocorrência (2008 – 2014) em Maputo – Moçambique.....	123

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Distribuição da violência contra mulheres maiores de 18 anos segundo modalidade e ano de ocorrência (2008 – 2014) em Maputo – Moçambique.....	122
Tabela 2 – Taxa de homicídio de mulheres (por 100 mil) em 83 países do mundo.....	179

SOBRE A ESCOLHA DO TEMA

A escolha do meu tema decorreu-se da minha experiência profissional, trabalhando por oito anos na Penitenciária Cadeia Civil – Niassa – Moçambique, onde trabalhei com mulheres presas por assassinato de seus maridos agressores.

Acompanhei o sofrimento de tais mulheres e pude observar que, muitas delas, cometeram o assassinato devido a uma longa vivência em situação de violência, sendo agredidas cotidianamente pelos falecidos companheiros.

A partir dali, interessei-me pela questão da violência doméstica e decidi estudá-la, buscando a compreensão desse tão complexo fenômeno, encontrando essa oportunidade no curso de Mestrado em Saúde Pública, da Faculdade de Saúde Pública se Universidade de São Paulo, quando pude ampliar meus conhecimentos sobre o tema e manter rica interlocução com pesquisadores e outros pesquisadores que se dedicam a aprofundarem-se nesta problemática de interesse mundial.

1. Introdução

1.1 A Violência Doméstica Contra Mulher como questão social e problema de Saúde Pública

Segundo VALDEZ-SANTIAGO e RUIZ-RODRIGUEZ (2009), o processo de reconhecimento, em escala mundial, da violência doméstica masculina contra as mulheres, tornando-se objeto de estudo e intervenção na saúde pública, começou a ocorrer entre a década de 1960 e 1970.

Contudo, segundo as mesmas autoras, esse processo passou por diversos desafios desde o início e “é resultado de uma combinação de fatores, momentos históricos e atores sociais; todos coadjuvaram a conformar sua legitimidade, tanto acadêmica como instrumental.” (2009: 506). Destacam-se, nesse processo, o papel fundamental dos movimentos feministas e outros movimentos sociais, a partir das discussões sobre os direitos das mulheres promovendo visibilidade de diversas expressões da violência. As definições iniciais sobre violência doméstica contra as mulheres (VDCM), durante a década de 1970, eram caracterizadas pela dificuldade de apresentar caráter operacional e pela sua ambiguidade, tendo sido desenvolvidas de acordo com o modelo epidemiológico clássico.

Nesse contexto, segundo VALDEZ-SANTIAGO e RUIZ-RODRIGUEZ (2009), observou-se o papel e relevância da saúde, enquanto meio de difusão das consequências da VDCM, entendida como um problema social e público, em que a saúde pública deveria intervir.

Posteriormente, outras áreas, tais como a sociologia, psicologia, história, antropologia e psiquiatria, passaram a contribuir para a compreensão do problema da violência doméstica contra as mulheres, contribuindo para o reconhecimento como um problema de saúde pública, não só pela perspectiva de violência de gênero, como também de violência social. (VALDEZ-SANTIAGO, RUIZ-RODRIGUEZ, 2009).

A abordagem sobre a violência, na perspectiva da saúde pública, opera com quatro passos essenciais, segundo VALDEZ-SANTIAGO e RUIZ RODRIGUEZ:

A obtenção do conhecimento adquirido pela magnitude e alcance das características e consciências da violência nos planos locais, nacionais e internacionais; b) investigação das causas que produzem a violência (fatores de risco e proteção); c) busca de possíveis formas de prevenir a violência; d) execução de ações que em diferentes circunstâncias resultem efetivas, acompanhadas de uma ampla divulgação de informações. (VALDEZ-SANTIAGO, R., M. RUIZ-RODRIGUEZ, 2009:506).¹

Essas mesmas autoras ainda destacam como relevante que o reconhecimento deste problema a nível macrossocial significa abordar as dimensões de poder das organizações e instituições internacionais e nacionais.

Finalmente, é importante destacar que o problema da VDCM constitui-se em uma questão global de intervenção jurídico-social, além de saúde pública (MORENO, 2000), e manifesta-se também com outros tipos de violência, como crimes violentos (sequestros, homicídios e assaltos, entre outros).

Dessa forma, a compreensão de que o afastamento entre a produção de conhecimento acadêmico e o cotidiano pode ser visto como um problema de aplicação de políticas, de identificação de dificuldades em diversas dimensões, por exemplo, cultural, organizacional, institucional ou política, tem norteador a preocupação acadêmica. Enfatizam a responsabilidade do desenvolvimento de intervenções coletivas e medidas de prevenção para os níveis de atenção primária, secundária e terciária de

¹ Nossa tradução do seguinte original : "a) obtención de conocimientos vinculados con la magnitud del problema, el alcance, las características y las consecuencias de la violencia en los planos local, nacional e internacional; b) investigación de las causas que producen la violencia (factores de riesgo o protectores); c) búsqueda de posibles formas de prevenir la violencia; y d) ejecución de acciones que en diversas circunstancias resulten efectivas, acompañadas de una difusión amplia de la información" (VALDEZ-SANTIAGO R., RUIZ-RODRÍGUEZ M., 2009: 506).

atendimento, pois enfrentar a violência pressupõe o desenvolvimento de estratégias em diferentes escalas realizadas pelo setor acadêmico, especialistas em saúde pública e a sociedade em conjunto. (VALDEZ-SANTIAGO R., RUÍZ-RODRIGUEZ M., 2009).

1.2 A violência doméstica em nível internacional

A questão da violência doméstica contra as mulheres não está, ao que parece, mais restrita a alguns países subdesenvolvidos e tende a ampliar-se e a se generalizar. ABRAHAMS et al (2014) discutem que a violência contra as mulheres não está confinada a uma cultura, a uma região ou a um país específico, nem a grupos de mulheres em particular dentro de uma sociedade. Segundo o mesmo autor (2014, p.1648) “as raízes da violência contra as mulheres decorrem da discriminação persistente contra as mulheres” e ganha expressão global.

Durante a *Semana de Ação Global Contra a Violência Doméstica*, ocorrida na Universidade de Coimbra em Portugal, no ano de 2009, discutiu-se a violência nas diversas nacionalidades, independente da sua condição de classe, cultura, geração, credo religioso e origem étnica.

GÁRCIA-MORENO (2000) expõe, no artigo “*Violência contra la mujer: Género y equidade em la salud*,” que estudos realizados na Nicarágua, Camboja, Canadá e nos Estados Unidos demonstram que há associação entre exposição da violência doméstica entre os pais, durante o período de crescimento na família de origem e a violência doméstica contra as mulheres quando se tornam adultas.

Os dados apresentados abaixo (Gráfico 1), apontam as 21 primeiras posições, dentre 83 países, com dados homogêneos da OMS (WAISELFISZ, 2015) em relação à violência doméstica contra as mulheres - VDCM, por homicídio, cabendo destaque para o 5º lugar ocupado pelo Brasil e o 18º pela África do Sul. Muito embora Moçambique não conste da referida relação, é de se esperar que esteja dentre essas primeiras posições, tendo

em vista que, segundo tais estatísticas, o crescimento da VDCM está ocorrendo em quase todo o mundo.

Isso porque, considerando a literatura moçambicana que versa sobre a violência contra a mulher, em geral, cabe destaque à cidade de Maputo (INE, 2012), que apresenta, segundo estatísticas nacionais, o registro de aumento da violência a partir de 2004, o que teria levado à própria necessidade de promulgação e implementação da Lei 29/2009.

Vale observar que tais estatísticas apresentam limites, tendo em vista as especificidades de que se reveste a questão da violência, que encontra-se na dependência notadamente da denúncia por parte da mulher agredida, de diferentes modos pelo parceiro. Esse tipo de denúncia encontra-se relacionado, segundo ABRAHAMS et al (2014), ao medo das mulheres em serem responsabilizadas, pela falta de apoio familiar e de amigos, assim como pela escassez de serviços públicos, tal fato leva a um número menor de denúncias, o que implica no necessário suporte que deveria ser oferecido às mulheres em situação de violência. Além disso, sabe-se que a forma mais comum de violência contra a mulher é perpetrada por um parceiro íntimo, segundo a ONU, conforme afirmam os autores acima.

Gráfico 1. Taxa de Homicídio de mulheres (por 100 mil) em 83 países.

Fonte: Waiselfisz (2015. p. 28)

O gráfico 1, com base na tabela 1, no anexo V, com dados homogêneos da OMS, compreendidos entre 2011 e 2013, apresentado por WASELFISZ (2015), aponta a situação global da VDCM.

Discorrendo sobre esse tipo de questão, o periódico *Reuters*, através do correspondente Alyster DOYLE (2014), discute levantamento sobre estudo da Organização das Nações Unidas (ONU) em que afirma que a violência doméstica contra as mulheres e crianças gera custo à economia mundial superior a oito trilhões de dólares, por ano, e mata mais do que uma guerra.

Os pesquisadores Anke Hoeffler, da Universidade de Oxford, e James Fearon, da Universidade de Stanford, que trabalharam no estudo das Organizações das Nações Unidas (ONU), citado por Alyster DOYLE (2014), destacam a importância de se dispensar maior atenção aos abusos na esfera da família, tendo em vista que estes recebem menor destaque, em nível de sua publicização, do que conflitos armados. Nessa perspectiva, esses autores referem, ainda, que “para cada morte civil em um campo de batalha, nove pessoas são mortas em desavenças interpessoais.” (DOYLE,

2014, p.1). Pode-se ter a dimensão deste grave problema social através da comparação de que, nos últimos anos, considerando que aproximadamente 20 a 25 nações passaram por guerras civis e suas economias foram devastadas, com o custo por volta de 170 bilhões de dólares, por ano. Em termos proporcionais, os homicídios de homens, não relacionados a conflitos domésticos, geraram custo de 650 bilhões de dólares.

Observa-se assim que tratam-se de cifras pequenas diante dos 8 trilhões de dólares anuais de custo da violência doméstica, cuja maioria das vítimas são mulheres. É importante enfatizar o apontamento que DOYLE (2014) faz do texto de Bjorn Lomborg, onde o chefe do Centro de Consenso de Copenhagen encomendou o relatório sobre a violência doméstica contra a mulher no mundo, da Organização das Nações Unidas (ONU),² ao dizer que a violência doméstica é subestimada, fazendo analogia com os acidentes de carro, que atraem menor atenção em relação a acidentes de avião, embora os primeiros sejam bem mais fatais. Lomborg afirma, segundo DOYLE (2014), que “não se trata só de dizer ‘isto é um problema sério’”, pois, segundo ele, é preciso reconhecer e buscar encontrar soluções inteligentes. O Centro de Consenso de Copenhagen realiza estudos de mais de 50 economistas, entre eles três prêmios Nobel, e busca resoluções de baixo custo cujos objetivos são de combater “desde a mudança climática até a malária”. Através de tais estudos, objetiva-se, segundo tais autores, auxiliar a ONU na seleção de metas para 2030, incluídas nos Objetivos do Milênio que “poderiam incluir o fim dos espancamentos como forma socialmente aceita de disciplina infantil e a redução da violência doméstica contra mulheres”. (DOYLE, 2014)

IZUMINO (2004) argumenta que, em um contexto mais amplo, este processo confronta-se com dois importantes fatos contemporâneos que são,

² Referente a citação desse estudo pode ser encontrado em: DOYLE, Alister. Violência doméstica custa US\$8 trilhões por ano, e é pior que guerras, diz estudo. 9 de setembro de 2014. Disponível em: <http://br.reuters.com/article/worldNews/idBRKBN0H41HU20140909?pageNumber=2&virtualBrandChannel=0>. Acessado no dia 5 Jan 2015. Acessado 5 Jan 2015.

por um lado, a atual crise da sociedade relacionada ao sistema de justiça criminal, com altos índices de lentidão e de impunidade, e, por outro, à falência do sistema punitivo. Para a autora, a questão da impunidade e da desigualdade na distribuição da justiça e de acesso à Justiça não são questões exclusivamente relacionadas à VDCM, embora adquiram algumas especificidades nessa relação, as quais têm sido indicadas pelos estudos que assumem a perspectiva de gênero em suas análises. A ideia mais importante a ser destacada através desses estudos é a “persistência de mecanismos que colaboram com a manutenção da submissão da mulher na sociedade e sua redução a uma cidadania de segunda classe”. (IZUMINO, 2004: 2)

Segundo Scott (apud IZUMINO, 2003: 23), os estudos sobre VDCM podem ser beneficiados por outras análises a respeito da desigualdade quer pela perspectiva de etnia, quer de classe social. Isso porque gênero se constitui, a despeito de sua importância e transversalidade, em uma das vias de verificação da desigualdade social ao possibilitar demonstrar os desafios para a consolidação da cidadania, pensada no contexto da universalidade dos direitos humanos e na equidade de gênero.

Preocupados com este problema, os países da União Europeia criaram *Programas Europeus de Intervenção para Homens que Exercem Violência de Gênero: Panorama e Critérios de Qualidade*. Porém, como não havia informações a respeito das especificidades dos programas em diferentes países, foi criado o *Projeto Daphne: Trabalho com homens que exercem violência doméstica na Europa*, o qual contou com a participação de 19 países, sendo estes a Alemanha, Bélgica, Chipre, Malta, Áustria, Croácia, Dinamarca, Espanha, Escócia, Finlândia, Eslovênia, França, Irlanda do Norte, Luxemburgo, Hungria, Noruega, Polônia, Portugal, Inglaterra e País de Gales para disponibilizar informações e promover trocas entre os programas europeus. (GELDSCHLÄGER et al, 2010)

O *Projeto Daphne – Youth Deviance and youth violence: a European multi-agency perspective on best practices in prevention and control (YouPrev)* - tem como objetivo elevar o nível europeu de Direitos,

Igualdade, Cidadania e Justiça (REC Programme – Rights, Equality and Citizenship Programm), a serem promovidos pela Comissão Europeia durante o período de 2014 a 2020. Funciona com a apresentação de propostas na área do apoio a vítimas de violência e de crime. No decorrer do projeto, procede-se o preenchimento de um questionário, a nível nacional, difundido por todas as entidades participantes, que foi, posteriormente, analisado e comparado a nível europeu³.

Em relação às diretrizes para o desenvolvimento de padrões de qualidade para os programas dirigidos a homens que exercem violência doméstica, no que tange à colaboração com os serviços de apoio às vítimas e com os sistemas de intervenção, os resultados do *Projeto Daphne* indicam que para tratar os agressores, de forma efetiva, é necessário um sistema de intervenção participativo e envolvido em parcerias e redes de agências contra a violência doméstica. É considerada fundamental a cooperação com os serviços disponibilizados às mulheres vítimas e aos seus filhos, para garantir sua segurança e promover tratamento integral da violência doméstica através da inclusão de representantes de apoio às mulheres nos serviços, assim como técnicos nos comitês de supervisão e nas juntas diretivas dos programas dirigidos aos agressores. É considerada igualmente essencial a formação de redes com os demais serviços relacionados ao campo da violência doméstica (GELDSCHLÄGER et al, 2010: 187).

1.3. A violência doméstica na África Austral

África Austral, também chamada de *África Meridional* ou *Sul de África* é banhada pelo Oceano Índico, na sua costa oriental, e pelo Atlântico,

³ Ver:

<http://www.iscpsi.pt/investigacao/investigID/ProjetosInvestig/terminados/daphne/Paginas/default.aspx>. Acessado em 20 de maio de 2014.

na costa ocidental. Fazem parte desta comunidade⁴ os seguintes países: África do Sul, Angola, Botswana, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Zâmbia, Zimbabwe, Tanzânia Seychelles e a República Democrática do Congo. A situação da violência doméstica contra as mulheres entre estes países varia. Abaixo, apresentamos o mapa da África Austral.

Figura 1: Mapa da África Austral

Fonte: Marciano Dantas (2011).

Em relação à implementação da medida contra a violência doméstica, iniciativa do Fundo das Nações Unidas para AIDS ou SIDA (ONUAIDS/ONUSIDA), foi que se tornaram parceiros da comunidade e conselheiros da África Austral (SADC).

⁴ Tratam-se de comunidades para o Desenvolvimento da África Austral (ou SADC, do seu nome em inglês, “Southern Africa Development Community”). A maioria destes países são ainda membros da COMESA (“Common Market of Eastern and Southern África”).

Porém, a África Austral não resolveu a questão da violência doméstica contra as mulheres. Nos anos 2000, Gana, Namíbia, África do Sul e Zimbabwe submeteram à Assembleia da República uma legislação em relação à VDCM, reconhecendo que a violência inclui formas verbais, psicológica e econômica. A existência de uma legislação sobre a violência, com base no gênero, demonstra aumento de compromisso e atenção dos governos na África Austral em tratar deste tema. (SAFAIDS, 2010).

O desenvolvimento de políticas e a reforma do judiciário podem ser considerados avanços importantes para transformações necessárias. Porém, é preciso maior compromisso para garantir a execução universal das políticas no âmbito nacional, para que toda a sociedade, especialistas da área, agentes jurídicos estejam conscientes da existência e necessidade da aplicação das políticas vigentes. Há também a necessidade em serem abordados os aspectos culturais nos quais se sustentam e contribuem para a manutenção da violência doméstica e a violência com base no gênero. Atualmente, somente sete países membros da *Southern África Development Community* têm legislação específica sobre violência contra a mulher. Nestes países, a legislação de abusos sexuais expandiu-se gradualmente em função das mudanças de definição de estupro e assédio sexual. (SAFAIDS, 2010).

Neste contexto, pode-se destacar três países da África Austral, que são próximos a Moçambique quanto às características da questão da VDCM, sendo estes Zimbabwé e África do Sul, fazendo fronteira geográfica, e Angola, com proximidade linguística (NYAMAYEMOMBE et al, 2010). Isto tendo em vista apontar algumas evidências das preocupações e desafios comuns enfrentados por estes países, que mantêm entre si fortes alianças e legislação semelhante.

1. Zimbabwé

Segundo NYAMAYEMOMBE et al (2010), o problema da violência doméstica é considerado grave na sociedade de Zimbabwe. Envolve a coordenação de diversos setores da sociedade, órgãos do governo central para contrapor a situação da VDCM, pois, apesar das campanhas de combate à violência, o número de casos tem aumentado, inclusive os fatais. São comuns os casos em que as vítimas das agressões buscam retirar a queixa-crime registrada nos órgãos judiciais pelo receio de represálias e retaliações de familiares e outras pessoas próximas.

Em Zimbabwe, 6 em cada 10 mulheres são vítimas de violência doméstica. As agressões físicas, psicológicas e os abusos sexuais a menores são os mais frequentes, do ponto de vista social. NYAMAYEMOMBE et al (2010) ainda afirmam que em muitos dos casos de violência estão envolvidos agentes públicos. Por isso, trata-se de um problema gravíssimo que deve ser abordado do ponto de vista Jurídico e Social.

O país possui a *Lei das Ofensas Sexuais*, desde 2001, que impõe penalidades por abusos sexuais. A Lei de Violência Doméstica, de 2006, criminaliza a violência conjugal, protege as vítimas de violência doméstica, prevê medidas em longo prazo, é mais rigorosa com as sentenças, prevê responsabilidades especiais às polícias para a prestação de assistência às vítimas. De acordo com a sua aplicação, os chefes no Zimbabwé, em função da centralidade na solução de conflitos domésticos em zonas rurais, foram capacitados a interpretar e aplicar a lei. (NYAMAYEMOMBE et al, 2010).

BANDA (2010), correspondente do veículo de comunicação *Inter Press Service*, Agência de Notícias, de Zimbabwe e Estado de Bulawayo (ATASHA), publicou em 1º de dezembro de 2010, que a polícia de Bulawayo ignorou quando uma vítima relatou que foi espancada pelo marido. Ncube, de 31 anos de idade, dois filhos, foi vítima de violência doméstica ao questionar o marido sobre outros relacionamentos dele, dizendo que o esposo ficou furioso e lhe agrediu fisicamente. Em seguida, registrou a denúncia na delegacia de polícia, mas não conseguiu ser atendida. Foi

aconselhada a retornar para casa e voltar a viver com o esposo que a agrediu⁵.

Este episódio de violência doméstica exemplifica a forma de como se dá 60% dos casos de assassinato de mulheres. Estes atos são processados pelo Supremo Tribunal em Harare (capital de Zimbábwen). Houve em Zimbábwe uma iniciativa de criação de um projeto de lei baseada no alto custo da violência, especialmente por despesas médicas, judiciais, de transportes, perda de horas de trabalho, tratamento de doenças sexualmente transmissíveis e a perda de renda familiar. (BANDA, 2010).

2. África do Sul

É considerado, em todas as modalidades criminosas, o país mais violento da África. O artigo da Gleyma Lima e Polyanna Rocha, publicado no periódico *Operamundi*, no dia de 08 de abril de 2012, qualificava a África do Sul como a *capital mundial do estupro*. De acordo com a legislação sul-africana, o crime de estupro é considerado grave e o infrator poderá sofrer pena de até 20 anos. A lei que versa sobre esse crime existe desde 1998. Porém, as dificuldades consistem na coleta de dados necessários e provas para incriminar o agressor, pois é exigido que a mulher realize exame de DNA, entre quatro e seis horas após o crime, que mantenha as roupas, não tome banho, preserve a cena do crime, passe por exame médico pericial e faça a denúncia posteriormente com o maior número de informações possível. Os dados desse artigo indicam que a cada 27 segundos, uma mulher é violentada sexualmente. Tais dados apontam, igualmente, que uma em cada três mulheres sul-africanas será violentada pelo menos uma vez na vida e um em cada três homens sul-africanos estuprará uma mulher.

⁵ BANDA, Ignatius. *Zimbábwe: tolerância policial abandona violência doméstica*. Interpress Service (Agência de Notícias). 2010. Disponível em: <http://www.ipsnoticias.net/2010/12/zimbabwe-tolerancia-policial-abona-violencia-domestica/>. Acessado 5 Jan 2015.

Do ponto de vista legislativo, a África do Sul conta com ampla legislação, qual seja: com a *Lei da Violência Doméstica* (No. 118 de 1998), com o Código de uma Boa Prática na Abordagem de Assédio Sexual, emitido na Lei das Relações Laborais (1998), com a Promoção da Igualdade e Prevenção da Lei de Indiscriminação Injusta (No. 20.876), de 2000, que criminaliza a mutilação genital feminina e a Violência contra as mulheres, além da Lei da Alteração (No. 32) da Lei Criminal (Ofensas Sexuais e Assuntos Relacionados a esta), de 2007, que aborda a violência sexual e o estupro por parceiro, e também introduz medidas de proteção às sobreviventes da violência sexual. Conta, igualmente, com a Lei da Igualdade de Emprego (No. 55 de 1998), que criminaliza o assédio sexual no local de trabalho. (SAFAIDS, 2010).

LIMA e ROCHA (2012) sustentam, em seu artigo, os dados estatísticos que apontam que uma mulher é violada a cada 27 segundos, dados esses da *Rape Crise*, uma organização sem fins lucrativos (ONG) de combate à violência contra a mulher, localizada na Cidade do Cabo. A associação também aponta que, na maioria dos casos, a violência sexual é realizada por um homem que participa do cotidiano da vítima.

Essas mesmas autoras também ilustram essa questão com o caso de Eliane, 30 anos. A vítima de violência doméstica relata:

Conheci o meu primeiro namorado numa casa de dança, foi amor à primeira vista. Cerca de oito meses depois que nos casamos ele começou a usar drogas, beber e conseqüentemente a me tratar mal. Ela conta que a violência aumentou gradativamente: Um dia ele levou uma prostituta para nossa casa. Eles deitaram na minha cama para ter relações sexuais e fui obrigada a participar de tudo. Depois, ele me esfaqueou e me disse que tinha de fazer isso porque era inferior⁶. (LIMA e ROCHA, 2012: p. 6).

⁶LIMA, Gleya e ROCHA, Polyanna. Capital mundial do estupro na África do Sul, uma mulher é violentada a cada 27 segundos. *Operamundi*. 08 de abril de 2012. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/21013/capital+mundial+do+estupro+na+africa+do+sul+uma+mulher+e+violentada+a+cada+27+segundos.shtml>. Acessado em 5 de Jan 2015.

Na África do Sul, uma menina nascida no país tem mais chances de ser estuprada do que de aprender a ler. Um quarto delas é abusada sexualmente antes de completar 16 anos. Este problema tem a ver com muitas raízes, segundo a *Rape Crisis*, entre elas o machismo, pois 62% dos meninos com mais de 11 anos pensam que forçar alguém a fazer sexo não é uma ação de violência. A violência é considerada um problema social e está associada à pobreza, desemprego, marginalização masculina, indiferença da comunidade e cultura da impunidade, pois são raros os casos denunciados às autoridades e os poucos registrados são negligenciados pela polícia. (LIMA e ROCHA, 2012).

Segundo LIMA e ROCHA (2012), nos últimos 10 anos, de 25 homens acusados de estupro no país, 24 são livres de punição, segundo os levantamentos de *Rape Crisis*. De acordo com Marieta de Vos, diretora executiva da *Mosaic Training, Service and Healing Centre for Woman*, uma organização que fornece suporte às vítimas de violência doméstica e estupro, a África do Sul registra 50 mil estupros por ano. As estatísticas criminais referentes a um período de mês de abril a setembro de 2007 incluíam o registro de 22.887 estupros.

Para essas mesmas autoras, muitos casos de violência contra as mulheres não são denunciados na África Austral, como mostram outros exemplos. Ida Jacobs, 37 anos é colaboradora da associação *Labour Rights Programme Officer – Women on Farms Project*, uma ONG que protege mulheres que sofrem qualquer tipo de abuso nas fazendas da África do Sul. Ela também foi vítima de violência doméstica e estupro, que muitas vezes estão relacionados. Ela conta que várias mulheres não denunciam os agressores porque geralmente existe uma dependência emocional e financeira e também por conta da falta de aceitação da família em relação ao divórcio.

DISSEL et al (2003) discutem em “*As mulheres dando a sua voz: A violência doméstica e a sua equipe da justiça restaurativa na África do Sul*”⁷ que a maioria dos crimes de violência doméstica não são relatados à polícia por medo de intimidação, vergonha, medo de não ser acreditado, não voltar a ter um parceiro íntimo, ser responsabilizada, medo de retaliação familiar e por vizinhos (BOLLEN, ARTZ, VETTEN e LOUW, apud DISSEL e NGUBENI, 2003).

A *Lei de Violência Doméstica* (Lei nº116) possui o objetivo de regulamentar a proteção a mulheres contra a violência doméstica, ao criar responsabilidades na execução da lei para proteger as vítimas. Ao definir vasta gama de comportamentos considerados como violência doméstica e incluir além das modalidades física e sexual, a verbal, emocional e o abuso psicológico, a exemplo do assédio, intimidação, danos intencionais à propriedade, acesso não autorizado à propriedade de quem denuncia e outras formas de controle comportamental geradores de danos para a segurança, saúde ou o bem-estar da mulher, busca proteger mais amplamente as vítimas. A Lei também busca proteger casais do mesmo sexo, casais que namoram, estão noivos e para relacionamentos casuais (DISSEL e NGUBENI, 2003).

As penalidades para quem infringir a lei de violência doméstica na África do Sul inclui ordem de proteção que proíbe o réu de cometer qualquer ato de violência doméstica e entrar em um local determinado. Se for considerado culpado, o Tribunal pode condenar a pagar multa ou a aprisionamento. Os promotores não podem recusar a entrar com uma ação ou retirar uma, a menos que autorizado pelo diretor do Ministério Público da Justiça. (DISSEL e NGUBENI, 2003)

⁷Tradução nossa: DISSEL, Amanda & NGUBENI. *Giving Women their Voice: Domestic Violence and Restorative Justice in South Africa*. Centre for the Study of Violence and Reconciliation. Paper presented at the XI International Symposium on Victimology, Stellenbosch, July 2003.

Angola

A *Lei Contra a Violência Doméstica* de Angola foi aprovada em junho de 2011 pela Assembleia Nacional daquele país. Segundo o *Relatório do Ministério da Família e Promoção da Mulher de Angola* (2007)⁸, a violência neste país é um grave problema social. Diversas instituições, tais como igrejas, ONGs, associações locais e o próprio Estado atuam para atenuar a violência doméstica, por meio de campanhas sociais de sensibilização, incentivando as denúncias de agressões às autoridades competentes.

Segundo WALILE (2012: 53), “as pessoas devem aprender a assumir o ato de responsabilidade que lhes compete frente a essas ações que realizam”. Este autor defende a ideia de que os agressores, em sua maioria, não podem ser considerados doentes e, sim, pessoas que escolheram um *modo de vida* de incorporação da violência enquanto um meio de controle e manipulação. Dessa forma, considera que a responsabilização é uma ação necessária aos agressores. Recorre, em seu artigo, mais uma vez à citação de Nunez ao afirmar que para o rompimento do ciclo de violência, é necessário “romper esse círculo de cumplicidade silenciosa. O silêncio só perpetua o horror. Não faz parte da solução, mas sim do problema” (WALILE apud NUNEZ, 2012:53).

WALILE (2012) afirma que o aumento da intervenção do Estado Angolano, na vida familiar, decorre do reconhecimento de que a violência doméstica é um problema social grave. Para tal, foi criado o Ministério da Família e Promoção da Mulher e recentemente, em 2011, avançou quando foi aprovada a *Lei Contra a Violência Doméstica*, pela Assembleia Nacional.

Destaca também esse autor que a atuação do Ministério da Família e Promoção da Mulher de Angola trabalha no desenvolvimento de políticas e programas sociais que buscam tratar da violência doméstica através do

⁸Ver. MINISTÉRIO DA FAMÍLIA E PROMOÇÃO DA MULHER. *Relatório de Estudo sobre a violência doméstica em Angola*. Luanda: Ministério da Família e promoção da mulher. 2007.

oferecimento de proteção aos membros de famílias consideradas vulneráveis. Considera que a aprovação da lei contra a violência doméstica reflete o atual empenho da sociedade angolana na luta contra a violência doméstica. Para esse mesmo autor, a violência não é um tema restrito a quem sofre, e sim referente a toda a sociedade. (WALILE, 2012).

Apontando para essa questão da violência como questão social e pública, o *Jornal Notícias de Portugal* (DNOTÍCIAS, 2014), na edição de 10 de setembro de 2014⁹, declara que o número de casos de violência doméstica em Angola aumentou de 500 para 4.664, no primeiro semestre do ano, quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Os dados foram obtidos a partir dos registros realizados pelos Centros de Aconselhamento criados pelo Executivo angolano e apontam para um aumento significativo dos casos registados no segundo trimestre de 2014.

Nessa mesma linha de preocupação, a *Sociedade Independente de Comunicação* (SIC)¹⁰, no dia 27 de novembro de 2014, declarou que em cada 10 mulheres angolanas, 8 já foram vítimas de violência doméstica, de acordo com o Relatório do Índice de Gênero e Instituições Sociais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE, 2015). A média dos 108 países avaliados é de 30%, enquanto que em Angola chega a 80% das mulheres vítimas de violência por parte dos homens. Contrapondo-se a esse percentual, no Canadá, 7% das mulheres se disseram vítimas de violência doméstica. Angola ocupa a 57.^a posição da tabela geral. Segundo essa mesma sociedade, esses dados podem ser discutidos pela perspectiva do poder de decisão feminino nas famílias, pelo acesso a bens e recursos e pela participação social e política (SIC, 2014).

⁹Podem ver. DNOTÍCIAS. *Angola regista mais meio milhar de casos de violência doméstica no 1º semestre. 10 de set 2014.* Disponível em: <http://www.dnoticias.pt/actualidade/mundo/468556-angola-regista-mais-meio-milhar-de-casos-de-violencia-domestica-no-1%C2%BA-semes>. Acessado, 2 de Jan 2015.

¹⁰SOCIEDADE INDEPENDENTE DE COMUNICAÇÃO (SIC). *80% das mulheres angolanas são vítimas de violência doméstica. 27.11.2014.* Disponível em: <http://sicnoticias.sapo.pt/mundo/2014-11-27-80-das-mulheres-angolanas-sao-vitimas-de-violencia-domestica>. Acessado, 2 de Jan 2015.

1.4. A violência doméstica em Moçambique – Maputo e especificidades socioculturais

1.4.1 Caracterização Geral: a violência e seu contexto

De acordo com o censo de 2007, Moçambique tem uma população de 20.579.265 habitantes, sendo que 48,7% são homens. Sua população urbana totaliza 6.282.632. As principais cidades de Moçambique são Maputo, Matola e Beira. (NHABOMBA, 2013:40).

Administrativamente, Moçambique está organizado em 11 Províncias (ao Norte, Niassa, Cabo Delgado e Nampula, ao Centro, Zambézia, Tete, Manica e Sofala, e, ao Sul, Inhambane, Gaza, Maputo e Maputo Capital) e 128 Distritos. De uma forma geral, existem 33 municípios, incluindo as 10 cidades com estatuto de capital provincial e Maputo, a capital do país que tem estatuto de província. (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2002:3).

A Cidade de Maputo, capital de Moçambique, está localizada no sul do país, na margem ocidental da Baía de Maputo. Os seus limites são ao norte, o distrito de Marracuene, a noroeste e oeste, o Município da Matola, a oeste, o Distrito de Boane, ao sul, o Distrito de Matutuíne. Administrativamente, a cidade é considerada um município, com um governo eleito e tem, também, desde 1980, o estatuto de província. Não deve ser confundida com a província de Maputo, que ocupa a parte mais meridional do território moçambicano da Cidade de Maputo. A Cidade de Maputo possui uma área de 347.69 km. Sua população é de 1.094.315, conforme Censo de 2007, representando um aumento de 13,2% em dez anos (INE, 2008).

Figura 2. Mapa de Moçambique

Fonte: Pelouro de Infraestruturas do Município de Maputo (2013).

A taxa de analfabetismo é de 50,4%, sendo que 64,2% são mulheres e 34,6% são homens. Dessa forma, observa-se que a taxa alfabetização masculina é o dobro da feminina apontando para o afastamento das mulheres ao acesso à informação escrita e ao desfavorecimento em relação à compreensão dos discursos orais e escritos, transmitidos somente em língua portuguesa (OSÓRIO e MACUÁCUA, 2013).

A tal situação está associada às dificuldades de reivindicação por direitos, de acesso ao emprego e outras questões sociais relativas às condições femininas. De acordo com o estudo realizado em 2009, por Conceição Osório & Tereza Cruz e Silva, embora, segundo a *Lei da Igualdade de Género*, 30% de mulheres devam compor os Conselhos

Consultivos Locais, o nível de participação é bastante reduzido e as discussões são essencialmente realizadas pelos homens, levando a um alto grau de dependência feminina nos aspectos socioeconômicos. (OSÓRIO, 2010).

Para OSÓRIO e MACUÁCUA (2013), em relação ao ensino formal, até 2010, existiam no país 13.927 escolas do ensino primário e secundário, das quais 10.444 do 1º grau, 2.990 do 2º grau, 374 do ensino secundário do 1º grau e 119 escolas do secundário do 2º grau. Nos níveis EP1¹¹ e EP2¹² existiam 5.263,399 alunos matriculados e 821,676 no ES1¹³ e ES2¹⁴. O EP1 abrange o maior número de alunos matriculados (4,385. 557) e se, no ensino primário, as diferenças de gênero não são ostensivas, no ensino secundário, elas se evidenciam na medida em que os dados mostram que há 66.038 alunas e 91.242 alunos.

Em todo o país existem 1.430 unidades sanitárias, dos quais 1.220 são centros de saúde e há instituições religiosas que prestam atendimentos de saúde, principalmente as igrejas da religião cristã católica que constituem a maioria em Moçambique, com 28.4%, contando com 4 hospitais centrais especializados, postos de saúde, 5 hospitais gerais, 21 hospitais rurais, 16 hospitais distritais e 7 hospitais provinciais, de acordo com o Censo de 2007. (OSÓRIO e SILVA, 2009: 22).

Vale observar que do ponto de vista do sistema político, o país adotou, logo após sua independência, em 1975, o sistema socialista nacionalizando, segundo BERGH-COLLIER citado por GUERRA (2014, p. 5), “o patrimônio da igreja e instituindo a laicidade do Estado”. No entanto, segundo esse mesmo autor, a despeito da laicidade do Estado, são muitas as influências religiosas e culturais presentes na sociedade moçambicana,

¹¹Da primeira até quinta série.

¹²Da sexta à sétima série.

¹³Da oitava série à décima.

¹⁴Da décima primeira série até a décima segunda.

influências essas que fortalecem o sistema patriarcal que subordina as mulheres.

Segundo GUERRA (2014), essa influência apresenta implicações em termos da construção cultural dos homens e mulheres em Moçambique, sendo os dogmas religiosos propagados notadamente através do alcorão (pela religião islâmica) e da bíblia (pelo cristianismo, notadamente a religião católica). Para SILVA, citado por essa mesma autora, independentemente da religião professada, as desigualdades entre homens e mulheres coloca-as sempre numa situação de inferioridade. Interessante observar que, segundo TVEDTEN et. al., igualmente citado por essa mesma autora, a religião possui uma influência significativa, notadamente, no acesso de crianças à escola, ou seja, enquanto 63% de crianças católicas frequentam a escola, a percentagem para àquelas pertencentes a famílias muçulmanas cai para 48%. Nesse sentido, a ideia presente é a de que as estreitas relações entre crenças religiosas, valores e normas sócio-culturais são estruturantes da sociedade moçambicana.

Outra questão relevante diz respeito à diversidade de idiomas falados no país, pois, de acordo com GUERRA (2013), existem trinta e uma línguas diferentes em Moçambique, todas de origem Bantu. Assim, embora a língua oficial desse país seja, a partir de 2004, o português que é falado por apenas 20% das mulheres do país, o que se relaciona, em parte, com o menor acesso das mulheres à escolaridade formal, no país.

A despeito dos avanços que caracterizam essa sociedade, notadamente em termos da representação política feminina na sociedade, segundo ESTAVELA e SEIDL (2015, p. 30) fato a destacar é “que aspectos estruturais e uma forte cultura patriarcal continuam a manter a posição dominante dos homens e a inibir a maioria das mulheres a ganhar maior autonomia econômica e maior independência social”.

Nesse particular, vale mencionar que tais práticas sócio-culturais não somente se relacionam com a questão da histórica subalternidade da mulher frente ao homem, apontando para uma questão de desigualdade e também iniquidade de gênero, assim como para a maior vulnerabilidade da mulher

frente à violência doméstica e às doenças sexualmente transmissíveis, a exemplo da HIV/AIDS. Dentre tais práticas, podem ser destacadas o *lobolo* ou *lovolo*, a poligamia, assim como *pitakufa/kudjenga*, na qual a viúva se vê compelida a manter relações sexuais com o cunhado sem proteção, tendo em vista sua purificação e também a prática de *catorzinhas* ou *mbuias* onde mulheres jovens iniciam sua vida sexual de maneira precoce com homens mais velhos, o que apontaria para a manifestação de poder econômico masculino. (ESTAVELA e SEIDL, 2015, p. 33).

Em sua tese de doutorado, Adelino Esteves TOMÁS (2016), enfatiza o *lobolo* e a poligamia como formas de conjugalidade que mantém uma estreita relação com a prática da violência contra as mulheres por representarem trocas e práticas conjugais desiguais.

O costume do *lobolo*, segundo COTA citado por TOMÁS (2016) tem sua origem no tabu do incesto, onde “irmãs e irmãos foram compelidos a procurarem pares sexuais fora do grupo consanguíneo”, o que implicou notadamente em raptos de mulheres em casas alheias levando a um estado de instabilidade social. Daí o surgimento do *lobolo* como “preceito jurídico”, passou a caracterizar-se como uma outra prática, de natureza mais conciliatória e pacífica, reconhecida como uma prática cultural e social. Assim, a prática do *lobolo* se dá pela compra da mulher, no pressuposto de que a “aquisição da mulher por compra” é o “único meio de compensar a família pela perda de um de seus membros”, no caso a mulher. (TOMÁS, 2016. p. 101).

De acordo com TOMÁS (2016, p.102), o *lobolo* passou a representar uma verdadeira monetarização da economia e a mercantilização de sua prática leva, por vezes, à circulação de verdadeiras fortunas pelo *lobolo* das filhas, assim como a uma afirmação da virilidade masculina pela “capacidade [do homem] de dominar econômica e materialmente as mulheres, de licença para o exercício do poder ou de legitimação da violência infligida sobre as mulheres”.

Para TOMÁS (2016), a despeito da questão do poder masculino revelado pela prática do *lobolo*, o seu real exercício evidencia, sobretudo,

nas possibilidades de controle e submissão de mulheres associadas à prática da poligamia. A poligamia encontra suas raízes na economia agrícola e, segundo MARTINEZ, citado por TOMÁS (2016), do ponto de vista social, tal prática representa a expressão do prestígio da masculinidade, em diferentes níveis.

Em relação à violência contra a mulher, sua transformação de um problema privado em uma questão pública ganha expressão na sociedade moçambicana, notadamente, segundo TOMÁS (2016), a partir dos anos 1970, tendo o movimento feminista nacional e internacional um papel fundamental.

A partir de então, o esforço para minimizar as ocorrências e os efeitos da violência podem ser destacados à elaboração do *Plano Nacional de Prevenção e Combate a Violência contra a Mulher (2008-2012)*. Este plano é considerado um instrumento operacional do Programa Quinquenal do Governo Moçambicano (2005-2009) (PQG), assim como a Política Para a Redução da Pobreza (PARPA II), a Política de Gênero e Estratégia da sua implementação, assim como o Plano Nacional para o Avanço da Mulher (PNAM). (MINISTÉRIO DA MULHER E AÇÃO SOCIAL, 2008).

Essas estratégias são mecanismos para viabilizar os compromissos internacionais assumidos pelo país. Neste contexto, pode-se destacar a Convenção para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW), a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, Direitos da Mulher em África (MINISTÉRIO DA MULHER E AÇÃO SOCIAL, 2008).

Em relação às instituições, há planos e ações relacionadas a este problema da violência presentes nos Ministérios da Mulher e da Ação Social, da Justiça, do Interior, da Saúde, da Educação e da Cultura; dos Órgãos Judiciais e do Legislativo; de Instituições Públicas, Privadas e a Sociedade Civil, a exemplo do Fórum Mulher, Organização da Mulher Moçambicana (OMM), Associação das Mulheres de Carreira Jurídica, Mulher, Lei e Desenvolvimento (MULEIDE), WLSA. Dessa forma, percebe-se a existência de planos e ações em vários níveis, desde o regional até a esfera nacional. (MINISTÉRIO DA MULHER E AÇÃO SOCIAL, 2008).

O grupo de referência destes planos está centrado na mulher vítima de violência, porém, as ações abrangem todos os afetados por este problema, sendo estes homens, crianças, jovens, idosos, pessoas portadoras de deficiência, entre outros grupos.

A violência contra a mulher pode ser considerada, em termos estruturais, como resultado das intensas desigualdades de poderes entre mulheres e homens, caracterizando o que BORDIEU (1998) chama de *dominação masculina*.

Em Moçambique, as mulheres representam 52,3% da população do país e atuam com forte papel na manutenção e desenvolvimento familiar e social, contudo é a maior vítima de violência praticada habitualmente pelos homens. As vítimas apresentam receio em registrar suas queixas aos órgãos competentes por vergonha e sentimento de *lealdade familiar* (OMS, 2002).

Além da violência, as mulheres também são as maiores vítimas de problemas socioculturais e econômicos, a exemplo da pobreza absoluta,¹⁵ do analfabetismo, considerados produtos do desrespeito aos seus direitos e deveres sociais. (OMS, 2002).

Vale registrar que, no que se refere à questão da epidemia do HIV/AIDS, de acordo com os resultados da Ronda Epidemiológica de 2004, a mulher é a mais infectada pelo HIV, com elevada prevalência, que estaria relacionado, em parte, aos crimes de violência sexual dos quais as mulheres são vítimas. Diante de tais dados, evidencia-se a posição de vulnerabilidade das mulheres em relação aos homens nos diferentes níveis, constatada em trabalhos como o de OSÓRIO e TEMBA (2003).

Segundo outro dado, considerado curioso por ESTAVELA e SEIDL (2015, p. 28), a prevalência do HIV cresce proporcionalmente ao aumento da escolaridade, ou seja, entre as mulheres de 15-49 anos infectadas por HIV, 9,8% referem-se a mulheres sem nenhum nível de escolaridade, enquanto que 14,4% possuem nível primário e 15% possuem nível superior. Essas

¹⁵ Considera-se pobreza absoluta quando se sobrevive com renda abaixo de dois dólares por dia.

mesmas autoras consideram a epidemia do HIV/AIDS em Moçambique, assim como nos demais países da África Sub-Sahariana, preocupante, tendo em vista a prevalência em pessoas adultas, de 15-49 anos, ser de 11,5%.

De acordo com os dados oficiais do Ministério do Interior (2008), a violência contra as mulheres atingiu níveis muito elevados entre 2004 e 2007, em nível nacional. Neste período, mais de vinte e nove mil mulheres vítimas de violência apresentaram queixa nas Delegacias da Mulher, conhecidas também como Gabinetes, com uma média de mais de sete mil mulheres por ano, conforme o gráfico 1, a seguir.

Gráfico 2. Número de mulheres denunciantes de violência doméstica em Moçambique (2004-2007)

Fonte: Ministério do Interior/Comando Geral da Polícia, Departamento da Mulher e Criança, dados dos Gabinetes de Atendimento à Mulher Vítima de Violência, 2008. Apud: República de Moçambique – PNAPVCM, s/d.

Segundo o gráfico acima mencionado, vale observar que:

De acordo com os dados oficiais do Ministério do Interior, a violência contra a Mulher tem atingido níveis muito elevados nos últimos quatro anos, a nível nacional. Neste período mais de vinte e nove mil mulheres apresentaram queixa nos Gabinetes de Atendimento à mulher,

como tendo sido vítimas de violência, com uma média de mais de sete mil mulheres por ano (Gráfico a baixo). Os números reais das vítimas de violência são muito mais elevados que estes, uma vez que muitas mulheres não apresentam queixa quando são vítimas de violência, por razões culturais, sociais e económicos. (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, PNAPCVCM, s/d, p. 7).

O gráfico 3, a seguir, apresenta dados relativos aos casos de violência registrados em Moçambique, após 2009, quando foi criada a Lei da Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher – LVD – Lei 29/2009.

Gráfico 3. Casos de violência doméstica registrados em Moçambique (2009 -2011)

Fonte: República de Moçambique. Instituto Nacional de Estatística (2012).

Segundo afirma o documento acima mencionado:

[Os] resultados apresentados no Gráfico acima que mostra as taxas de violência doméstica registadas em cada 100 mil habitantes, a Cidade de Maputo é a que apresenta maiores taxas de violência doméstica, na ordem de 302 e 238 em cada 100,000 habitantes em 2010 e 2011, respectivamente. As menores taxas de violência doméstica registaram-se nas Províncias do Norte de Moçambique e nas Províncias de Tete e Zambézia no centro. Entretanto, as Províncias de Sofala, Gaza e Maputo Cidade tiveram a tendência da redução

de ocorrência de casos de violência doméstica. (República de Moçambique. Instituto Nacional de Estatística, 2012, p. 24).

Segundo MINISTÉRIO DA SAÚDE DE MOÇAMBIQUE (2011), os crimes de violência física mais frequentes neste país são as agressões corporais voluntárias, tais como, esbofetear, dar pontapés, morder ou esmurrar, assim como agressões qualificadas, a exemplo de espancamentos com sangramento e ameaças à integridade física. A principal forma de violência sexual no país é o estupro, com qualquer parceiro. A violência psicológica é a mais frequente, pois se considera que para a ocorrência de qualquer tipo de violência física, houve uma primeira de ordem psicológica. A violência praticada pelos homens contra as mulheres ocorre, sobretudo, na faixa etária dos 25 a 34 anos, mas encontra-se presente, de modo geral, em todas as idades e estratos sociais. As mulheres são, portanto, de acordo com esse mesmo Ministério, as principais vítimas da violência, no país.

Para o MINISTÉRIO DA SAÚDE (2011), os principais perpetradores de violência contra a mulher são os parceiros íntimos. Isso explica os motivos pelos quais, na maioria dos casos, as vítimas de crimes de violência não registram as queixas nos órgãos de justiça e não aceitam a instauração de processo judicial contra os agressores, causadores deste grave problema social, que se tornou igualmente um relevante problema de saúde pública.

Daí, segundo o MINISTÉRIO DA SAÚDE (2011), as origens da violência podem ser associadas à estrutura social, às questões culturais que formam valores, tradições, costumes, hábitos e crenças que se relacionam diretamente à desigualdade sexual em que as vítimas da violência são majoritariamente as mulheres e os agressores, quase sempre, os homens, demonstrando o quanto as estruturas sociais sustentam e reproduzem essa dinâmica.

Vai ao encontro desse tipo de explicação trabalho de OSÓRIO et al (2000) que, ao lado de reafirmarem que a violência se apresenta como um grave problema global, consideram que a mesma é resultado da crença historicamente construída, em diversas culturas, de que o homem é superior e deve ser detentor de mais direitos que a mulher, em diferentes meios de

convivência social. Segundo esses mesmos autores, sustentados por um sistema hierárquico a que se pode chamar de patriarcado, a violência contra a mulher resulta de um desequilíbrio de poder entre mulheres e homens, com base nas desiguais relações sociais de gênero, cristalizadas por estruturas sociais tradicionais.

Diante disso ser mais comum, segundo OSÓRIO et al (2000), que ao apresentarem a queixa, as mulheres procuram pela *reposição da ordem no casamento*. Daí se observar, em geral, a maioria das mulheres buscarem solução dos seus problemas em nível comunitário, com recursos de familiares, vizinhos e outras pessoas próximas, tais como padrinhos de casamento e anciões.

Para Conceição OSÓRIO e Tereza Cruz e SILVA (2009), não há uma explicação única para a existência da violência contra a mulher. Contudo, algumas causas que têm sido frequentemente apontadas no país, justificando a ocorrência de vários tipos de violência contra a mulher encontram-se estreitamente relacionadas a aspectos culturais, traduzidos em hábitos e crenças intimamente ligados a desigualdade sexual, em crenças de que a mulher é inferior ao homem, portanto, relacionadas especialmente às questões de gênero.

Para essas autoras, é possível observar as desigualdades presentes nas relações de poder entre mulheres e homens, sendo estes últimos detentores de maior poder, através de estruturas e sistemas sociais, cujos aspectos culturais, econômicos e políticos historicamente lhes têm favorecido por meio de várias práticas e valores consolidados.

Aspecto peculiar encontra-se presente nas relações conjugais, onde os ciúmes são considerados como umas das causas da violência de gênero contra a mulher e manifesta-se por meio do tradicional comportamento controlador do parceiro íntimo, norteador por suspeitas de infidelidade e mesmo tendências consideradas obsessivas de controlar a mulher.

Segundo OSÓRIO e SILVA (2009), outros aspectos ganham expressão como, por exemplo: antecedentes de violência na família do agressor, quando os mesmos cresceram em ambientes familiares em que a

violência era prática usual; dependência econômica da mulher, levando à falta de recursos para a satisfação das necessidades básicas, fato gerador de conflitos; soropositividade, quando um dos cônjuges toma conhecimento da infecção do seu parceiro ou obriga a parceira a manter relações sexuais sem o uso do preservativo.

Finalmente, de acordo com OSÓRIO e SILVA (2009), a violência contra a mulher tem resultados negativos em todos os níveis e domínios da vida do país. Direta ou indiretamente o impacto da violência contra a mulher tem também implicações econômicas no seio da família e na economia nacional, com implicações globais na sociedade.

Diante de tal quadro é possível entender as preocupações de órgãos públicos, como por exemplo, o Ministério da Saúde (2011) que aponta inúmeras consequências da violência contra a mulher consideradas graves, quais sejam: danos físicos e psicológicos à mulher; contaminação por doenças de transmissão sexual (alta incidência de ITS's e infecção de HIV/SIDA nas comunidades); influência negativa no rendimento na escola ou no local de trabalho e no desenvolvimento da criança; redução de autoestima; estigmatização; conflitos e desintegração familiar; uso abusivo de álcool e droga; problemas sociais como a marginalidade, criminalidade e crianças vivendo na rua; constante estado de estresse e medo; agressão ou assassinato dos intervenientes (familiares, crianças, vizinhos); distúrbios comportamentais nas crianças, como consequência de violência dos pais.

1.4.2. A violência doméstica e a Lei n° 29/2009

A Lei da Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher, denominada LVD (Lei 29/2009 – 29 de setembro de 2009)¹⁶ foi promulgada e

¹⁶Ver REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Lei n°29/2009, de 29 de setembro (Lei sobre a violência doméstica praticada contra as mulheres). Diário Oficial da República. 2° suplemento, n°28. Imprensa Nacional de Moçambique.

exemplifica algumas das mudanças que vêm ocorrendo na realidade moçambicana. A lei envolve algumas questões, que destacamos a seguir.

1. Regime Jurídico – Objeto (Art. 1º).

A *Lei da Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher* tem como objetivo principal punir “a violência praticada contra a mulher no âmbito das relações domésticas e familiares das quais não resulta a morte”. Dessa forma, pode-se concluir que o *sujeito passivo* deste crime é principalmente a mulher.

Segundo SAMUEL (2013), autora moçambicana, ainda não há concordância quanto à constitucionalidade da referida lei, pois há quem defenda que, de acordo com o princípio constitucional sobre igualdade de gênero positivado no art. 36º da Constituição da República de Moçambique, essa lei também se aplica às circunstâncias iguais e com as adaptações necessárias a homens vítimas de violência doméstica e familiar. (Art. 36º da LVD).

Uma das questões presente quando se discute sobre a constitucionalidade da lei moçambicana, principalmente em função da adequação ao princípio constitucional da igualdade, autores como RUDSON (2009) a comparam à lei brasileira 11.340/06 - Lei Maria da Penha, no sentido de que existe tratamento diferenciado dos gêneros com objetivo de proteger especificamente as mulheres.

Para SAMUEL (2013), ao se pensar no conceito de ação afirmativa, fica notória a legitimidade deste tratamento específico para mulheres, uma vez que as mesmas vêm sendo historicamente subjugadas pelos homens. Elisa Samuel, Juíza de Direito, membro do Tribunal Judicial do Distrito da Machava, na Província de Maputo, discute que a inclusão do princípio de gênero na LVD, pelo legislativo moçambicano, pode ser considerada uma desvirtuação e subversão da lógica que inspirou a lei, e também a que norteou as Organizações das Nações Unidas ao adaptar a *CEDAW*, (A

Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher), em 1979.

Ainda nesse sentido, é importante apontar que mesmo com os princípios da proteção da vida e da integridade física das pessoas, registrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a ONU ainda elaborou um documento de proteção específico, diante das particularidades e características de determinados grupos da sociedade que necessitam de proteção especial, pois tais grupos sofrem maior discriminação e estão em relação de desvantagem diante dos demais (SAMUEL, 2013), como é o caso das mulheres em relação aos homens.

A referida juíza ainda discorre que objetivo do legislador moçambicano deveria ser o de elaboração de uma lei específica voltada à violência doméstica praticada contra a mulher ou, então, de não assumir uma posição, e sim optar por não especificar a questão do gênero. Essa é a postura adotada no campo legislativo por outros países onde existe uma lei semelhante, como é o caso de alguns países europeus, dentre eles Portugal. (SAMUEL, 2013).

2. Suspensão Provisória da Pena (art. 10º)

O art. 10º nº 1 estabelece, relativamente ao prazo e aos requisitos para a decretação desta medida, uma especialidade de suspensão, relativamente às estabelecidas no art. 88º do Código Penal de Moçambique. Desde logo, aqui se estabelece o prazo mínimo de 2 anos e o máximo de 5 anos para a suspensão e, relativamente aos fundamentos para a suspensão, estes são diferentes dos elencados na Lei da Violência Doméstica. Nesta, o prazo máximo da suspensão está fixado em 12 meses e, ao contrário do regime geral, findo este prazo a decisão deve necessariamente ser executada.

Talvez seja por isso que alguns autores moçambicanos, como Conceição OSÓRIO, Ximena ANDRADE e Eulália OTEMBA (2000), defendam a não remissão das penas estabelecidas nesta lei como

mencionado por alguns autores. A legislação do país estabeleceu como pena alternativa à prisão, a possibilidade do juiz, por exemplo, como vem plasmado no art. 13º nº 2, substituir a pena de prisão por pena de trabalho a favor da comunidade e cesta básica, o que não ocorre no Brasil, já que este foi um dos aspectos alterados pela Lei Maria da Penha, que modifica o regime de execuções penais brasileiro no que se refere aos crimes relacionados a violência doméstica. Assim, a Lei Maria da Penha coloca os crimes entendidos como de violência doméstica fora do rol daqueles que seriam julgados pela Lei 9099/99, onde, por conta de princípios como o da celeridade processual, os crimes considerados de menor potencial ofensivo – com pena máxima de 2 anos – são julgados pelos juizados especiais criminais e podem ter sua pena substituída por alguma forma de pena alternativa.

Assim sendo, entendemos que de fato ainda não há cobertura na lei moçambicana para a não remissão das penas, mas que, pelo contrário, as penas podem ser redimíveis. Aliás, em termos práticos, ao se pensar na não remissão das penas, o legislador moçambicano viria, no caso, agravar a situação de superlotação que se vive nas cadeias do país, que tem sido apontada como um dos grandes problemas a serem enfrentados no sistema de administração da justiça em Moçambique.

1.4.3. A violência, o acolhimento e proteção às mulheres vítimas de violência doméstica em Maputo: a Delegacia da Mulher

A primeira delegacia, também denominada esquadra, específica para a Defesa da Mulher (DDM) foi aberta em 06 de abril de 2009, na cidade de Maputo. São gabinetes considerados *modelos* e planejados para prestar assistência apropriada e abrangente. A proposta inicial previa que estas Delegacias deveriam constituir-se como um espaço nos quais as mulheres vítimas de violência física, sexual, psicológica se sentissem seguras para denunciar seus agressores (UNICEF Moçambique, 2009).

Segundo o relatório UNICEF Moçambique (2009), desde o ano 2000, já existia em Moçambique, nas esquadras da polícia, um departamento de atendimento às vítimas de violência doméstica, além das Delegacias de Mulher, na cidade de Maputo e da Beira, porém não oficializadas.

A cerimônia de oficialização foi realizada junto das celebrações do Dia da Mulher Moçambicana e contou com a presença e intervenções do Vice Ministro de Interior, José Mandra, da Governadora da Cidade de Maputo, Rosa da Silva, do Comandante da Polícia da República de Moçambique da Cidade de Maputo, José Weng San, Representante do UNICEF, Leila Pakkala e do Encarregado de Negócios da Embaixada de Portugal, João Côrte-Real, entre outros parceiros (UNICEF Moçambique, 2009).

No discurso de lançamento, o Vice Ministro de Interior José Mandra, disse:

Acreditamos que a melhoria da rede de gabinetes de atendimento e das suas infraestruturas e serviços, bem como o estabelecimento de uma linha telefônica de emergência irá, sem dúvida, reforçar os mecanismos já instituídos para prevenção e resposta à violência contra a mulher”. (UNICEF Moçambique, 2009)¹⁷.

Atualmente, existem em Moçambique mais de duzentas Delegacias (ou Gabinetes) de Defesa da Mulher (DDM), situadas em esquadras da polícia e hospitais em todos os estados do país. O objetivo é fornecer um espaço seguro em que as mulheres vítimas de violência, abuso e exploração possam denunciar tais situações e receber o atendimento e encaminhamento necessários (UNICEF Moçambique, 2009).

De acordo com o relatório UNICEF Moçambique (2009), nestes gabinetes as mulheres vítimas de violência têm sido atendidas por

¹⁷UNICEF. Lançado em Maputo Gabinete “Modelo” de Atendimento a Mulher e Criança Vítimas de Violência Doméstica. 2009. Disponível em: http://www.unicef.org/mozambique/pt/media_4890.html. Acessado em 24 de junho 2014.

profissionais capacitados para assistência às mulheres vivendo em situação de violência doméstica relacionada à questões de gênero, com acesso a serviços especializados como, por exemplo, tratamento médico, assistência psicossocial, aconselhamento, assistência legal, entre outros.

As DDM desenvolvem ações junto às comunidades com o objetivo de envolvê-las na prevenção da violência, abuso e exploração de mulheres e crianças. As DDM da cidade de Maputo, Beira e Nampula, que são consideradas referência, incluem compartimentos equipados em que as vítimas podem repousar e obter aconselhamento individual. A previsão é de 14 delegacias “modelos” no país. A DDM “modelo” da Cidade de Maputo situa-se no Bairro do Alto Maé (UNICEF Moçambique, 2009).

Do ponto de vista administrativo, as DDM são coordenadas pelo Comando Geral da Polícia da República de Moçambique, envolvendo os Ministérios da Saúde, da Mulher e Ação Social e da Justiça e conta com apoio técnico e financeiro do UNICEF, da Cooperação Portuguesa, da Embaixada da França, da Save the Children, entre outros. (UNICEF, Moçambique, 2009).

As DDM são órgãos policiais, vinculadas ao Ministério do Interior. Sua criação, atribuições, funcionários, instalações e recursos são determinados pelo Ministério do Interior, que comanda os órgãos polícias (Comando-Geral da Polícia da República de Moçambique).

As atribuições das DDM são: registrar ocorrências policiais, realizar investigações, reunir provas, apurar responsabilidades e funcionar como órgão de apoio ao Sistema de Justiça Criminal. Sendo considerada unidade especializada para atendimento a mulheres vítimas de violência, esse órgão também possui funções de caráter social, tais como orientação psicossocial às vítimas (UNICEF Moçambique, 2009).

1.4.4. A complexidade e relevância da violência doméstica em Maputo como um problema de investigação

Segundo Araújo (2003), embora os registros policiais sejam utilizados na maior parte dos estudos a respeito do tema violência contra a mulher em Moçambique, estes em sua maioria se ocupam em descrever e analisar o fenômeno da violência, dedicando pouca atenção ao funcionamento das Delegacias de Defesa das Mulheres.

A escolha da cidade de Maputo como *locus* para o trabalho de campo deveu-se, por um lado, ao fato de Maputo ser a capital do país, onde se encontra toda a hierarquia do sistema de organização judiciária, incluindo o Tribunal Supremo. Por outro, porque segundo ARAÚJO (2003), nos dez últimos anos a cidade de Maputo teve expressivo crescimento, devido à guerra e às calamidades naturais, o que provocou a ocupação do espaço por uma população rural, com diferentes comportamentos e práticas sociais e, portanto, coagida a apropriar-se violentamente de modelos de convivialidade, com regras e ritmos das áreas rurais.

Esta situação faz de Maputo um excelente laboratório social, tendo em vista que nela se cruzam, se conciliam e se reajustam diversos fundamentos normativos, permitindo o surgimento de um conjunto de dinamismos que influenciam o acesso aos recursos, incluindo o acesso à justiça.

E nesse contexto há que se considerar que as causas e motivos que contribuem para a perpetuação da violência doméstica são diversos e complexos e estão relacionados às desigualdades de gênero, assim como à forma como o papel e o lugar da mulher na sociedade foram historicamente construídos.

Aponta para o interesse de Moçambique, em relação à violência, a recente reunião realizada no Brasil entre o Fundo de População das Nações Unidas, o UNFPA, a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério de Relações Exteriores desses países e o Ministério da Saúde do Brasil para dar início ao plano de trabalho de 2015, com o objetivo de pensar ações e estratégias de cooperação com Moçambique.

A referida reunião centrou-se na discussão das interfaces entre saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens, assim como na

prevenção e atenção às vítimas de violência de gênero. Prossegue, assim, com a pauta e preceitos defendidos na Reunião sobre População e Desenvolvimento realizada, em 1994, na cidade de Cairo, que após vinte anos (Cairo + 20) busca reafirmar, através de reuniões dessa natureza, importante compromisso internacional firmado entre diferentes países (PITANGUI, 2014). Daí o referido encontro buscar fortalecer, segundo divulgação da UNFPA Brasil, a aliança do Brasil com países da África, entre eles Moçambique¹⁸. Assim, podemos considerar que esse tipo de evento permite apontar, igualmente, para a relevância da presente dissertação, que busca trabalhar a temática da violência contra a mulher e a aplicação e implementação da lei 29/2009 de Violência contra a Mulher, de Moçambique.

¹⁸UNIFPA Brasil. **UNFPA, ABC e Ministério da Saúde traçam estratégia para cooperação com Moçambique.** 09 set 2014. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/novo/index.php/noticias/ultimas/oju-omo>. Acessado em 23 de março de 2015.

2. Objetivos

As DDM foram criadas em Maputo – Moçambique, no ano de 2009, com a promulgação da Lei 29/2009 e seu funcionamento ainda foi pouco investigado. Considerando a relevância das atividades desenvolvidas por tais delegacias tanto para a implementação da Lei 29/2009, quanto para o controle e diminuição da violência contra a mulher, o presente trabalho tem como objetivos, com base na perspectiva dos profissionais que atuam nas DDM:

- 1 – Identificar como Delegacias de Direitos da Mulher (DDM) da Cidade de Maputo acolhem e encaminham os casos de violência doméstica.
- 2 – Identificar como operadores das DDM interpretam e atribuem significado ao texto da Lei 29/2009 na defesa dos direitos das mulheres.
- 3 – Descrever e analisar as representações que os operadores das DDM apresentam sobre os conflitos domésticos e de gênero que envolvem mulheres em situação de violência.
- 4 – Identificar o alcance, limitação e tipos de desafios enfrentados por DDM no processo de implantação e implementação da Lei 29/2009 e seu lugar na rede de serviços para a defesa dos direitos das mulheres.

3. Procedimentos Metodológicos

3.1. Natureza da Pesquisa

Dada a natureza do problema de investigação e objetivos propostos, a presente pesquisa caracteriza-se como do tipo qualitativa. Com ela buscamos abordar o tema da violência contra a mulher na perspectiva da história oral, com base em depoimentos considerados como relatos orais de sujeitos sociais específicos. (QUEIROZ, 1988; MEIHY, 1998).

Para MINAYO (2014), as metodologias de pesquisas qualitativas possibilitam reter, no processo investigativo, o significado e a intencionalidade das ações humanas como inerentes tanto aos indivíduos, quanto às relações sociais e às estruturas sociais. Possibilita, portanto, a apreensão da lógica interna que preside as ações de indivíduos e grupos sociais, suas relações, além de possibilitar o desvelar de processos sociais pouco conhecidos, referentes a fenômenos e grupos específicos.

3.2. Sujeitos de Pesquisa

Os entrevistados da pesquisa são considerados informantes-chave, por se tratarem de profissionais que possuem vínculo estreito com a problemática da pesquisa, ou seja, são profissionais com experiência no processo de implementação da Lei n° 29/2009, sobre violência doméstica, que atuam como operadores em Delegacias dos Direitos da Mulher na Cidade de Maputo, Moçambique. Foram entrevistados 21 profissionais, tendo em vista contemplar diferentes categorias profissionais e funcionais, tais como: chefes de gabinete e de departamentos, policiais de diferentes escalões, notificadores, assim como outras categorias profissionais

identificadas, que as delegacias possuem, e que se apresentaram como pertinentes no momento do trabalho de campo. O total de entrevistados atua em três delegacias da mulher, sendo uma delas considerada delegacia modelo e de referência no país.

Os 21 profissionais foram selecionados dentre aqueles que, ao serem convidados, aceitaram participar da pesquisa e tiveram condições de colaborar com suas narrativas, de acordo com o roteiro de temas pré-estabelecido (anexo V), preenchido pelos mesmos na forma de um questionário. Essa opção por utilizar a forma de questionário deveu-se ao fato de a pesquisadora não receber autorização, no momento do trabalho de campo, por parte da superintendente da polícia, para realizar as entrevistas durante o período de trabalho dos profissionais, nas respectivas delegacias, sob a alegação de que os funcionários não poderiam dispor do seu tempo de trabalho para tal entrevista. Diante disso, optou-se pela sugestão da própria superintendente, qual seja, a de entregar o roteiro temático (anexo V), para que os próprios funcionários pudessem responder, caso desejassem, de próprio punho, na forma de questionário.

Os profissionais que aceitaram colaborar com a pesquisa receberam um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de acordo com normas vigentes do Comitê de Ética, conforme consta do Anexo III.

3.3. Trabalho de Campo

Sobre a realização das entrevistas, utilizamos, portanto, uma aproximação à técnica de depoimento, considerada importante para abordar o tipo de temática e problema sob investigação. De acordo com QUEIROZ (1998) “ao colher um depoimento, [diferentemente da história de vida] o colóquio é dirigido diretamente pelo pesquisador, que pode fazê-lo com maior ou menor sutileza, mas na verdade tem nas mãos o fio condutor da pesquisa. ‘Da vida’ do seu informante, privilegiam acontecimentos que

venham se inserir diretamente no trabalho, e a escolha é unicamente efetuada por este critério” (QUEIROZ, 1988, p.21).

As entrevistas realizadas na forma de questionário foram, portanto, aproximadas à técnica de um roteiro do tipo temático (MEIHY, 1998), empregada em pesquisas de natureza qualitativa e adequada à técnica de depoimento adotada. Embora esse tipo de instrumento contemple um conjunto de questões abertas relacionadas ao tema, ao problema e aos objetivos da pesquisa, buscou-se considerar o critério de flexibilização do instrumento, tendo em vista a proposta original de levantamento dos relatos via entrevistador. No entanto, a ideia de dar abertura de espaços para a emergência de informações não previstas nas referidas questões e identificadas como relevantes ficou prejudicada, uma vez que não houve, pelos motivos apontados a possibilidade de se instaurar a relação investigador-investigado, fundamental para o aprofundamento do processo de investigação em pesquisas de natureza qualitativa.

Assim, o questionário teve como base o próprio roteiro temático, sendo que o mesmo abrange temas e questões de diferentes ordens e encontra-se, conforme já observado, no Anexo V. Foi entregue, igualmente, um formulário do tipo semiestruturado (Anexo IV), com a finalidade de coleta de dados sócio demográficos dos participantes, tendo em vista identificá-los como sujeitos sociais, que proferem seus relatos orais como discursos, a partir de um dado lugar social que ocupam em determinado grupo social. No entanto, o mesmo foi preenchido somente por pequeno número de entrevistados, o que impediu-nos a utilização desses dados.

Além das entrevistas foi utilizado o registro, na forma de diário de campo, das informações obtidas através da observação participante da pesquisadora durante o período de cerca de dois meses e meio. Na ocasião realizou-se também pesquisa documental específica em relação à implementação da Lei nº 29/2009, sobre violência doméstica, disponibilizadas pelos responsáveis pela Delegacia dos Direitos da Mulher na Cidade de Maputo, Moçambique.

3.4.Tratamento e análise dos relatos

Os relatos escritos foram digitados pela pesquisadora e devidamente revisados para fins de utilização no texto da dissertação.

Do ponto de vista operacional, alguns passos foram considerados no que diz respeito ao processo de leitura e identificação de categorias de análise. Tais passos se aproximam da proposta de MINAYO (2014), tendo em vista adotar uma melhor estratégia para se proceder a um diálogo entre a teoria e dados empíricos na prática da pesquisa. Os passos foram os seguintes:

1º. Foi realizada uma primeira leitura de todas as entrevistas, a partir da qual buscamos identificar algumas palavras-chave (simples ou composta) presentes nos relatos dos entrevistados, assim como expressões que pudessem conter conteúdos significativos para a análise do tema e objeto da pesquisa.

2º. Num segundo momento buscamos relacionar essas palavras-chave e expressões entre si, tendo em vista definir categorias específicas que fossem relevantes para o processo de análise.

3º. Finalmente, foram construídas algumas categorias gerais tendo em vista agrupar categorias específicas que se aproximavam, em termos de conteúdo e de significado, capazes de representarem uma linguagem menos empírica, portanto, mais próxima de conceitos relevantes do ponto de vista interpretativo. Foram, portanto, empregadas como categorias temáticas e de análise. Tal conjunto de categorias compôs o denominado *corpus* do trabalho, tendo em vista a apresentação e análise dos resultados de maneira lógica e estruturada.

A interpretação dos relatos escritos foi baseada na literatura especializada acerca de temas como violência contra a mulher, lei 29/2009 de Moçambique, notadamente na perspectiva das ciências humanas e sociais, tendo em vista que os sujeitos da pesquisa se tratam de profissionais atuando nas DDM, sendo que na interpretação das narrativas foi considerado o lugar de onde os nossos sujeitos da pesquisa falavam, ou

seja, como operadores das delegacias de defesa das mulheres. Nesse processo de interpretação foi igualmente empregados dados secundários disponíveis na literatura especializada a que tivemos acesso, assim como anotações do diário de campo, além de documentos oficiais, legislação e relatórios relacionados ao tema e problema de investigação.

Em relação à alteração dos verdadeiros nomes dos entrevistados, realizamos a mudança dos mesmos utilizando-se de nomes comuns de Moçambique para evitar que os profissionais entrevistados pudessem ser identificados.

3.5. Aspectos Éticos

Os aspetos éticos considerados nesta pesquisa referem-se ao constante na normatização dos Conselhos Nacionais de Saúde, do Brasil, em resolução nº 196, de 10 de outubro de 1999, que dispõe sobre as Diretrizes e Normas Reguladoras de Pesquisa envolvendo Seres Humanos.

Em atenção a tais Diretrizes e Normas vigentes no Brasil, o presente projeto foi encaminhado para aprovações do Comitê de Ética da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – FSP/USP (Anexo I), assim como da Delegacia dos Direitos da Mulher na Cidade de Maputo, Moçambique, conforme “Declarações de Anuência e Termo de Compromisso” da Instituição exaradas pelo Ministro do Interior Jaime Basílio Monteiro e pela superintendente da polícia de Maputo Maria Supinho Olimpio Uamusse (Anexo II).

A todos os participantes da pesquisa foram disponibilizadas informações atinentes à pesquisa por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (Anexo III), no qual se explicita os objetivos deste estudo, a fim de obter a autorização prévia dos mesmos, por meio de assinatura para participação na pesquisa.

A pesquisadora compromete-se a utilizar os dados coletados para fins da construção de sua dissertação de mestrado e artigos a ela relacionados, bem como preservar o anonimato dos entrevistados.

4 . Resultados e Discussão

4.1. Descrição do Tipo de Trabalho e Motivo da Escolha

Ao serem convidados a descreverem o tipo de trabalho realizado nas três delegacias em que atuam, assim como o motivo da escolha desse trabalho, a totalidade dos profissionais expressam gosto e prazer pelas atividades que desenvolvem, em equipe, com exceção de uma das entrevistadas que realiza um trabalho individualizado. Em seus relatos, os profissionais indicam alguns aspectos que permitem caracterizar não somente a natureza do trabalho propriamente dito, mas, igualmente, o que relatam como habilidades e qualidades pessoais que consideram necessárias ao bom desempenho das funções profissionais nesse campo de atuação.

Como primeiro aspecto, apresentamos, abaixo, relatos de profissionais que enfatizam habilidades e qualidades dos próprios profissionais para o atendimento às vítimas de violência nas delegacias.

4.1.1. Habilidades e qualidades dos profissionais para o acolhimento

Belita: Sim gosto de trabalhar. É um trabalho normal como qualquer outro, o importante é saber lidar com as vítimas, dar carinho para poder se expressar.

Tania: Gosto do meu trabalho: atendimento à família vítima de violência física.

Zaina: Sim, gosto do meu trabalho que é de lidar com as vítimas e ouvi-las.

Samuel: Sim, gosto de trabalhar aqui, o meu trabalho é atender os casos de violência doméstica, especialmente contra mulher.

Ana: Gosto. Atendo pessoas necessitadas que passam violência em todos os sentidos de ambos os sexos e sem distinção de idade, nem sexo.

Alberto: Claro, o meu trabalho necessita de seguir algumas normas, precisa de muita paciência, não ser arrogante, ser simpático...

Estefania: Claro, gosto. O trabalho é rigoroso e complicado, necessita de pessoas simpáticas, não orgulhosas, ser amigo de todos.

Conforme podemos observar, a importância que os profissionais atribuem ao bom acolhimento refere-se, ao que parece, à própria condição de vulnerabilidade e de sofrimento social e psíquico em que se encontram as mulheres que sofreram violência de diferentes ordens quando decidem buscar por justiça, tendo em vista o reconhecimento de seus direitos humanos e de cidadania, positivados nas leis vigentes no País. Nesse sentido, a ideia presente é de que tal atividade requer o exercício constante da sensibilidade, da escuta e da alteridade na relação que o profissional estabelece com mulheres em situação de violência. Daí destacarem algumas características de personalidade caras à profissão, como: simpatia, paciência, solidariedade, despidos de orgulho e arrogância, dentre outras.

Um segundo aspecto mencionado pelos profissionais entrevistados para descreverem o desenvolvimento das atividades nas delegacias pode ser classificado em duas modalidades, quais sejam: trata-se, por um lado, de um trabalho normativo que requer dedicação e empenho e, por outro, um trabalho complexo e especializado.

4.1.2. Trabalho Normativo e Rigoroso

Estefania: Claro, gosto. O trabalho é rigoroso e complicado, necessita de pessoas simpáticas, não orgulhosas, ser amigo de todos.

Peninha: Sim, meu serviço é muito rigoroso, necessita de seguir suas normas e a lei.

Alberto: Claro, o meu trabalho necessita de seguir algumas normas, precisa de muita paciência, não ser arrogante, ser simpático

Jaime: O trabalho é muito bom, mas precisa de alguma cautela e normas para usares e nela acompanhar.

Em relação à consideração do trabalho ser normativo e rigoroso, tal categorização remete diretamente à própria natureza do trabalho – jurídico – que tem como preceito ser normativo e regulamentado, exigindo do profissional adequação ao rigor da lei no cumprimento dos ritos processuais.

4.1.3. Trabalho Complexo e Especializado

Por conta da natureza jurídica do trabalho, podemos entender a ênfase dada por alguns profissionais à natureza especializada do trabalho, ao lado de sua complexidade, conforme relatos a seguir:

Joana: Sim, gosto de trabalhar aqui, é um trabalho que precisa que o especialista seja eficiente, coeso.

Antonio: Gosto sim, o serviço é muito complicado, necessita de alguns esforços.

Estefania: Claro, gosto. O trabalho é rigoroso e complicado, necessita de pessoas simpáticas, não orgulhosas, ser amigo de todos.

Aurora: Sim, é um trabalho difícil porque trabalhamos com pessoas que são, que pertencem ao mesmo agregado familiar.

Vale observar, que embora a palavra “complicado” seja diferente do termo “complexo”, como observa Edgar MORIN (1996), atribuímos às falas de Antonio e Estefania essa designação por considerarmos pertinente, dada a complexidade de que se reveste a violência doméstica, que implica um trabalho interinstitucional desafiando quer processos de conhecimento do fenômeno, quer processos de atuação na prática.

Ao descreverem o motivo de escolha do trabalho, os profissionais revelam o sentido social, político e jurídico que atribuem às atividades que desenvolvem nas Delegacias, ao lado de um sentimento de solidariedade para com as mulheres que vivenciaram a violência doméstica.

4.1.4. Sentimento de Solidariedade

O sentimento de solidariedade foi manifestado a partir de expressões dos profissionais entrevistados como, por exemplo, “ajudar as vítimas”, “ajudar a camada carente”, dentre outras, conforme ilustram as falas a seguir:

Joana: Eu me senti capaz de ajudar as vítimas, estou muito satisfeita de ajudar, principalmente aqueles que sofrem violência.

Marta: Por experiência própria. Já fui agredida, espancada. Já não quero mais pagar por isso.

Vania: Para ajudar as vítimas de violência doméstica.

Camilo: Para ajudar as vítimas ou pessoas que necessitam dos nossos serviços.

Belita: O que me levou a trabalhar com a violência doméstica foi o sofrimento da mulher no seu dia-a-dia, sem direito a palavra ou muito mais.

Ana: Uma missão incumbida pela necessidade de ajuda a vítimas que sofrem nos núcleos familiares.

Nando: Para ajudar a camada carente, refiro-me às mulheres e crianças e estou satisfeito com as atividades.

Como podemos observar, as falas acima expressam um sentimento de solidariedade notadamente para com as mulheres, mas também para com as crianças, que se encontram em situação de violência familiar caracterizando, assim, o trabalho nas delegacias como um espaço de “ajuda” às pessoas consideradas em situação de vulnerabilidade social. Tal sentimento de solidariedade vai além, quando entrevistados, como Nando, referem-se a tais sujeitos sociais como mulheres e crianças pertencendo a “camada carente”, ou seja, mulheres e crianças em situação de exclusão social.

4.1.5. Sentido Social do Trabalho

Um segundo conjunto de relatos apontados pelos entrevistados relaciona-se ao que podemos categorizar como “sentido social do trabalho” que desenvolvem. Muitos profissionais expressam, conforme falas destacadas a seguir, uma motivação social para desenvolverem suas atividades, assim como observam a desigualdade entre homens e mulheres, a vulnerabilidade de determinados sujeitos e militam por uma ideia de cidadania e bem-estar social.

Ana: Uma missão incumbida pela necessidade de ajuda a vítimas que sofrem nos núcleos familiares.

Tania: O motivo é de querer o bem estar da sociedade, em particular as mulheres.

Estefania: Primeiro, salvar deste mal [violência doméstica], estou satisfeito com a atividade porque consigo contribuir com as minhas ideias para o País.

Antonio: A melhor coisa que me levou é de tentar ajudar população que não tem defesa, agora estou muito satisfeito porque consigo me enquadrar.

Tatiana: Inspirei-me com a área da violência doméstica e estou satisfeita com esta atividade.

Belita: O que me levou a trabalhar com a violência doméstica foi o sofrimento da mulher no seu dia-a-dia, sem direito a palavra ou muito mais.

Zaina: O que me levou é que gosto de conhecer os direitos da mulher e os seus deveres. Sinto-me feliz com o trabalho que faço.

Conforme podemos observar, a partir dos relatos acima, vale considerar que o sentido social atribuído ao trabalho por alguns dos entrevistados apresenta-se sob diferentes aspectos, quais sejam: através de ideias como “missão” de “ajuda a vítimas”, no caso mulheres, a exemplo da fala de Ana, assim como, dentro de uma visão mais ampla, o desejo de contribuir ao bem-estar da sociedade, no caso de Tania. Também há referências a ideias próprias como contribuição para mudanças sócio-

culturais nas relações conjugais de gênero, principalmente no que tange à violência doméstica contra a mulher, conforme relato de Estefania. Outro aspecto a destacar refere-se a questão da cidadania das mulheres consideradas “sem direito a palavra ou muito mais”, assim como desconhecedoras dos seus direitos, conforme ilustram as falas de Belita e Zaina, respectivamente.

A questão da cidadania presente nos relatos acima articula-se a outros aspectos que foram relatados por outros entrevistados que colocam o sentido de seus trabalhos no campo de uma militância propriamente político-jurídica.

4.1.6. Sentido de justiça e reconhecimento dos direitos de mulheres e crianças

Samuel: O que me levou trabalhar com a violência doméstica contra mulher, é por vontade e a fim de prevenir, sancionar [punir] os infratores e prestar às mulheres vítimas de violência doméstica a necessária proteção. Me sinto muito satisfeito com esta atividade. Tem havido um número considerável de denúncias, o que é um aspecto positivo, e um aspecto negativo é que temos constatado a ocultação de denúncias por parte das mulheres e outra parte são infratores que não se fazem presentes.

Jaime: O que me espanta tanto é que vi mulher com sofrimento igual e me ambicionei e concretizei o sonho de ajudar a combater este [problema da violência] e estou satisfeito.

Aurora: Querer tentar eliminar a violência contra mulher e criança, estou muito satisfeita porque adquirei mais informação sobre a vida da sociedade.

Alberto: A satisfação é enorme, o que me digno muito é tentar reduzir os males e contribuir com as minhas ideias para melhor reduzir este mal.

Pelas narrativas do conjunto dos profissionais entrevistados, um dos aspectos que consideramos relevante destacar relaciona-se ao sentido que atribuem ao trabalho que desenvolvem nas delegacias, ou seja, este não se traduz em um mero emprego, uma vez que todos os profissionais relatam um tipo de significado social às atividades que desenvolvem ao

mencionarem que trabalham notadamente em defesa dos direitos das mulheres, preconizados pela Lei 29/2009.

Esse tipo de constatação foi igualmente observado em pesquisa realizada pelo Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, com apoio da Fundação Ford, intitulada “25 anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher (1980-2005): alcances e limites”. (DINIZ, 2006).

Apontando para esse tipo de identificação dos profissionais com a questão da violência de gênero no Brasil, DINIZ (2006, p.29) observa que no país a questão da violência contra mulheres causou uma mobilização entre os próprios funcionários públicos, tendo em vista que muitas dessas funcionárias públicas “foram ganhas pelo ideário feminista, de uma maneira muito profunda que transformou suas próprias vidas.” Acrescenta, ainda, essa mesma autora, que tais profissionais “tornaram isso uma militância no trabalho delas, muitas vezes com uma criatividade e uma radicalidade surpreendentes”, continuando a assumir, em diferentes gestões governamentais, suas atividades profissionais imbuídas do ideário de defesa de uma causa: a causa dos direitos das mulheres em situação de violência.

A satisfação que os nossos entrevistados, assim como aquelas profissionais identificadas por DINIZ (2006), relatam obter pelo desempenho de suas tarefas, nesse tipo de atividade, encontra explicação, ao que parece, na consideração que o filósofo Espinosa faz, quando indivíduos encontram-se inseridos em um trabalho comum, cujo objetivo central refere-se a ações voltadas ao benefício social de uma dada coletividade (SILVEIRA, 2016), como é o caso do trabalho nas referidas delegacias.

Para SILVEIRA (2016), que trabalhou com profissionais da área da saúde mental, os conceitos de prazer e frustração – relacionados a essa tese de Espinosa – aplicados a tais profissionais que atuam em campo de tensão, foram reveladores do engajamento de muitos deles, em um projeto que consideram coletivo, à luz da Reforma Psiquiátrica Brasileira,

preconizada por uma luta antimanicomial e de implementação de um modelo psicossocial de cuidado a pessoas com sofrimento psíquico.

Ao ressaltar que, para Espinosa, a ideia de potência refere-se à relação complexa de “afetar e ser afetado”, por se tratar de um importante mobilizador da ação humana na esfera social, SILVEIRA (2016) possibilita-nos interpretar, no caso de nossos sujeitos de pesquisa, que a sensação de prazer e alegria relatada pelos mesmos é estabelecida na relação destes profissionais com seu trabalho à medida que os mesmos lidam diretamente com sofrimentos sociais que podem ser considerados crônicos, relacionados a desigualdades profundas e estruturais de uma sociedade tradicionalmente cristalizada e são, muito provavelmente, por elas sensibilizados e mesmo afetados. Assim, com seu trabalho, idealizam atingirem dada transformação social, pressupondo afetar, com suas ações, o entorno, numa relação que pode levar, conforme linguagem de Espinosa, a um constante afetar e ser afetado, o que proporcionaria ou alimentaria, ao que parece, a esses mesmos profissionais forte subsídio para uma frequente ampliação da potência de cada um deles e da instituição como um todo, na direção de fortalecerem a ideia de um sentido de justiça não só jurídica, mas também social ao trabalho que desenvolvem.

É nesse sentido que, ao lado do sentimento de alegria, sentimento de solidariedade e de sentido social do trabalho, cabe destaque as falas de alguns profissionais que expressam, ao que parece, suas próprias identidades profissionais em defesa do cumprimento da Lei 29/2009, fazendo das delegacias espaços significativos para o reconhecimento da cidadania das mulheres, assim como um campo de atuação político-jurídica em defesa de uma causa, ou seja, a da justiça diante da violência doméstica contra a mulher, através da aplicação, de fato, da referida Lei, com vistas a própria transformação da sociedade, em termos da concretização de uma mudança de valores nas relações sociais de gênero, caracteristicamente entendidas como violentas e discriminadoras das mulheres.

Trata-se, ao que parece, do reconhecimento e importância que atribuem à judicialização das relações familiares, através da Lei 29/2009, em relação à questão da violência, uma vez que a intervenção do setor judiciário em tais relações tem se mostrado em alguns estudos, a exemplo do trabalho de Debert & Gregori (2008), autoras brasileiras, imprescindível para que seja estabelecida a justiça e a igualdade entre homens e mulheres, igualdade essa que vem sendo negada tradicional e historicamente em diversas sociedades.

Tais reflexões diferenciam-se de estudo de OSÓRIO (2004), realizado antes da aprovação da Lei 29/2009, que apontou para a questão dos profissionais das delegacias de Moçambique não considerarem importante, àquela ocasião, a interferência do judiciário em relações familiares, interpretando muitos casos como “caso social”, mesmo quando se tratava de crimes já previstos nas Leis do país, como violência física, abandono do lar [ausência de provisão alimentar à família] e poder paternal [não reconhecimento da paternidade].

Tais colocações da autora representaram importante demonstração à necessidade de promulgação de Lei específica, relacionada à violência contra a mulher, o que ocorreu, conforme já observado, com a Lei 29/2009. Esses relatos, no entanto, parecem sugerir certa dificuldade de alguns profissionais e também de parte da própria população com as questões consideradas de âmbito estritamente privado e a tendência a mantê-las nesta esfera, não trazendo as mesmas, portanto, para o âmbito público e político, como é o caso exemplar da violência doméstica.

Nesse particular, há que se considerar que, ainda hoje, observa-se a expressiva presença de organizações familiares ancoradas na prática institucionalizada do lobolo e também da poligamia (TOMÁS, 2016), que representariam maior resistência à mudanças sócio-culturais, tendo em vista que delas se legitima a maior submissão das mulheres ao tradicional poder masculino.

4.2. Sobre o cotidiano dos profissionais nas Delegacias

Existe amplo reconhecimento, por estudiosos, de que a questão da violência doméstica trata-se de um problema complexo por envolver diferentes dimensões, quais sejam, social, cultural, política, jurídica, dentre outras, dimensões essas que trazem implicações para as diferentes práticas institucionais envolvidas na busca de sua solução.

Assim, observamos que para a aplicação da Lei 29/2009, a esfera da justiça necessita da colaboração do trabalho conjunto de outras instituições, a exemplo da saúde, da educação, da cultura, entre outras, tendo em vista que sua prática refere-se a verdadeiras intervenções em nível do social e do cultural, o que significaria a instauração de uma nova prática contemporânea de intervenção do público na esfera privada, no caso, a regulação institucionalizada de relações familiares, consideradas tradicionalmente como pertencentes à esfera do privado por excelência, conforme atestam estudos levados à cabo, no Brasil, a exemplo do artigo de DEBERT e GREGORI (2008), que apontam para a polêmica que se coloca em relação a essa questão no país, conforme será observado adiante em item específico.

Os relatos de nossos entrevistados acerca do trabalho que desenvolvem para o atendimento e resolução dos casos de violência doméstica, em Maputo, apontam para a complexidade de que se reveste tal prática profissional, manifestada através de dificuldades relatadas nas entrevistas.

4.2.1. O trabalho como atividade complexa e desafiante

Com exceção de duas entrevistadas, Tatiana e Belita, que consideram os trabalhos nas delegacias “fácil” ou “normal”, todos os demais entrevistados relataram que o trabalho nas Delegacias tratava-se de uma

atividade complexa, em diferentes níveis, atribuída a uma diversidade de motivos.

Estefania: É muito complicado, cada um vê da própria maneira e tentar pôr-se no lugar do outro é difícil.

Antonio: É complicado porque em alguns momentos, alguns casos se apresentam diferentes, [assim] para cada [um] sair satisfeito é duro mesmo.

Alberto: É complicado, como cada uma que chega tem que ser atendida de maneira que elas acham, não queriam perder a razão.

Ana: É [...] complicado porque cada um vem com a sua história.

Marta: É muito difícil. Famílias que ouvimos 3 a 4 vezes no mês.

Deny: É muito difícil mas como disse anteriormente, queria ajudar a simplificar.

Ao considerarem as atividades na Delegacia como tarefas altamente complexas, através de termos ou expressões como “muito complicado” ou “muito difícil”, os motivos atribuídos a esse nível de complexidade encontram-se na diversidade de casos que se apresentam, na necessidade do exercício da alteridade constante para o entendimento dos casos, no atendimento à demanda de mulheres que reivindicam por seus direitos e, finalmente, a recorrência da violência apontando para a sua prática como naturalizada e representando um estilo de vida, do ponto de vista sócio-cultural.

Outros entrevistados reconhecem a complexidade do fenômeno, no entanto de maneira relativizada.

Zaina: Não é fácil por se tratar de casos familiares.

Joana: É um caso complicado, mas, como fomos capacitados conseguimos sanar os problemas.

Tania: Não é tão fácil, mas o nosso dever é satisfazê-la, ou seja, ajudá-la a ter solução.

Vania: Não é tão fácil mesmo, mesmo com as dificuldades o trabalho está a decorrer normalmente.

Nando: Não é assim tão fácil lidar no dia a dia com os casos de violência contra as mulheres, em particular nos fins de semana.

Samuel: Lidar no dia-a-dia não é tarefa fácil. Atendendo e considerando a gravidade de alguns casos, são meramente complicados, às vezes são mulheres que não sabem articular a língua portuguesa, outras pessoas são mudas, não falam. É preciso esforço para comunicação, para entender o que estão dizendo.

No relato de Zaina podemos observar que o sentido da complexidade no tratamento dos casos de violência nas Delegacias reside, essencialmente, na natureza complexa do fenómeno já mencionada, ou seja, por se “tratar de casos familiares” onde relações sociais e culturais são norteadas por valores éticos, morais e tradicionais que estruturam modos de vidas peculiares, dentro de uma lógica bastante singular e considerada como pertencente à esfera do privado, a questão da judicialização de tal esfera ganha expressão em termos da defesa dos direitos e apresenta relevante polémica a ser considerada, conforme já sinalizado.

Podemos observar nos relatos de nossos entrevistados que, a despeito da questão da complexidade do fenómeno da violência e da polémica envolvendo a questão da judicialização das relações sociais, alguns profissionais entendem a necessidade de operar um processo de redução ou simplificação, trazendo o fenómeno para a esfera da justiça propriamente dita, por entenderem, ao que parece, a necessidade da busca de uma solução jurídica para as demandas das mulheres que se encontram em situação de violência. Daí destacarem aspectos como a capacitação dos mesmos para “sanar os problemas”, ajudar as mulheres “a ter solução” em suas demandas jurídicas e atuar de maneira a possibilitar que as atividades das Delegacias fluam normalmente numa relação que acompanhe a própria dinâmica das relações e tensões vividas por famílias residentes notadamente em Maputo. Isto porque nesta ocorrem, por exemplo, as tradicionais recorrências de casos de violência doméstica nos fins de semana, mencionadas por Nando, a demandarem atendimentos, assim como a necessidade de adequar a comunicação diante da diversidade de línguas que caracterizam a sociedade moçambicana, conforme expresso por Samuel, nosso entrevistado, e apontado por GUERRA (2013), em seu

trabalho. Esse autor menciona a existência de trinta e uma línguas nacionais diferentes no país, todas de origem Bantu e que, apesar da Língua Portuguesa ser considerada a língua oficial do país, a partir de 2004, conforme artigo 10 da Constituição de Moçambique, apenas 20% das mulheres desse país falam a língua portuguesa.

4.2.2. Casos frequentes e graves atendidos pelas Delegacias

Ao referirem sobre os casos mais frequentes e “mais graves” recebidos no cotidiano das Delegacias, assim como os “menos graves”, os profissionais entrevistados identificam, em sua maioria, a “violência física simples” como a mais frequente e a “violência física grave” como a que requer maior atenção por parte da justiça, em virtude dos agravos de diferentes ordens que a mesma encerra, incapacitando a mulher, daí a questão da violência física ser diferenciada, nestas duas categorias, no próprio texto da Lei 29/2009, em seu Capítulo III, artigos 13 e 14. Em relação à violência considerada “menos grave”, a mesma é relatada, em termos comparativos, como uma relativização do próprio significado que a violência vivenciada pela mulher possa ter, quando, por exemplo, a mesma “é expulsa do lar”, recebe uma “ameaça” ou sofre uma violência do tipo psicológica, dentre outros. Essas violências, ao serem consideradas menores, permitem-nos apontar em que termos a violência se apresenta como um problema complexo em Moçambique e o quanto a “violência física grave” assume, nesse complexo, um papel nuclear. Nesse sentido, a mesma pode se apresentar ora como causa, ora como desfecho de um processo de violência naturalizado pela própria cultura.

Vale observar que a referência à diferenciação desses tipos de violência física, em violência física simples e violência física grave, encontra-se no próprio texto da Lei 29/2009, ao lado de outras modalidades de violência, como a violência psicológica, a violência moral, a cópula não

consentida, a cópula com transmissão de doenças, a violência patrimonial e a violência social. (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2009)

Acerca da naturalização da violência contra a mulher, SAFFIOTI (1995), pesquisadora brasileira, afirma que a dominação masculina sobre a mulher expande-se no terreno da ideologia, estabelecida dentro de um conjunto de ideias apresentado como “verdade”. Coloca, ainda, que a melhor maneira de se apresentar qualquer ideologia, inclusive a de gênero, como sendo a “verdade”, consiste em situar suas raízes fora do único lugar em que elas nascem, a saber, o tecido social. Assim ocorre também com as explicações ideológicas de qualquer fenômeno social: suas origens são sempre postas fora da sociedade, ou seja, no reino da natureza ou no plano divino.

De acordo com algumas teorias religiosas e biologicistas, as diferenças sociais são, conforme essa autora, consideradas naturais. Daí podermos entender que a existência de uma possível conformidade e aceitação em relação a algumas modalidades de violência, consideradas “menos graves”, possa adquirir amplo significado social e cultural, em diferentes sociedades.

ARTHUR e MEJIA (2006, p. 99) observaram o fenômeno da naturalização da violência em Moçambique, o que pode ser exemplificado, de modo característico, na posição de subserviência em que se coloca a própria mulher na sociedade moçambicana, conforme falas de uma entrevistada dessas autoras, citadas a seguir:

[Eu] já levei porrada, não posso dizer que nunca levei, mas há bom tempo, quando acabava de me juntar, em 87, porque o meu marido não queria que eu desse emprestado aquele material de ferramenta, que é de homem. Então, eu, aparece um meu irmão, pede a ferramenta, então eu como considerando que é irmão, não vai criar problemas, tirei aquela ferramenta e dei. Só que quando ele volta, pega, bate, diz: você não me ouviu. Mas não foi aquela porrada exagerada. (...)

E continua:

Na minha óptica, eu particularmente, um homem tem direito de bater quando, por exemplo, fiz uma coisa relevante, lhe ofendi bastante, e quando ele vier para vir falar comigo e eu não lhe mostro aquela sensibilidade de pedir desculpas, de me rebaixar a ele, dizer que fiz mal mas foi por acaso. Então se eu for a exaltar ou não sei o quê, então até aí o homem chega a ponto de me bater, dou-lhe toda a razão. (...) (ARTHUR e MEJIA, 2006, pág. 99).

Diante desse tipo de narrativa, podemos melhor entender os desafios que se colocam à sociedade moçambicana, tendo em vista que a naturalização da violência encontra-se, conforme já observado, ancorada na própria cultura, na organização familiar e nas relações de gênero.

Em nossa pesquisa, a quase totalidade dos nossos entrevistados aponta a “violência física simples” como a mais frequente. Em relação às consideradas mais graves, ganha expressão a “violência física grave” seguida, em menor proporção, das violências do tipo sexual, psicológico e moral. Ilustram tais considerações, as falas abaixo:

Tatiana: Sim, que são violência psicológica, física, patrimonial e social. As queixas mais frequentes são de agressão física, os casos mais graves são de espancamento e os casos menos graves são expulsão do lar.

Nando: Os casos recebidos com maior frequência são os de agressão física, que é o mais grave, pois danifica o corpo, e os casos de promessa [ameaça], que é o menos grave.

Alberto: Das mais frequentes são violação física e moral. As graves violências físicas e menos graves são violências psicológicas.

Peninha: Mais frequente é violência física, mais grave é violência moral e psicológica.

Tania: A mais frequente é a violência física simples. Casos mais graves é violação sexual e o menos grave falta de assistência.

Samuel: Violência física simples é a mais frequente. Os casos mais graves são: violência física, psicológica. Menos graves temos a destacar os casos do tipo violência moral, social e falta de assistência.

Vale sinalizar que entre os casos indicados como menos graves figuraram, em alguns relatos, a exemplo da fala de Alberto, a própria

violência psicológica, ao lado das violências do tipo moral, social e falta de assistência, referidas por Samuel. Importante destacar que tal tipo de avaliação não só responde por casos que foram denunciados nas respectivas delegacias e que podem estar relacionados com uma menor frequência nas três delegacias em que atuam os profissionais entrevistados como devem ser relativizados uma vez que os entrevistados possam estar tomando como referência os casos mais graves com os quais os mesmos se depararam, em termos de atendimento, o que poderemos observar em item a seguir. Esse tipo de ressalva adquire importância tendo em vista que qualquer tipo de violência é um fenômeno complexo dependendo sua avaliação na observação caso a caso, isto porque ao não ser considerado esse aspecto pode-se incorrer numa interpretação ingênua de que alguns tipos de violência sejam menos lesivos que outros, o que nem sempre é verdade, uma vez que a depender da violência psicológica, moral, social e de que tipo de assistência falta, tais violências podem ser, em função das implicações para cada mulher, tão, ou mais, graves quanto muitos casos de violência física grave.

Tais considerações vão ao encontro do trabalho de Graça JULIO (2013), pesquisadora moçambicana, que identifica como crimes de violência doméstica mais frequentes, em cidades como Cabo Delgado e Manhica, os seguintes tipos de violência: psicológica, física simples, patrimonial e violência física grave. Relata como menos frequentes, a violência moral, cópula não consentida e a violência social.

Segundo a investigação dessa autora, que entrevistou várias categorias de profissionais atuantes na rede de assistência às mulheres em situação de violência, assim como em várias cidades de Moçambique, a violência contra a mulher é considerada um grave problema social em todo país. Descreve que os agressores “são homens entre 18 e 40 anos de idade, embora em casos menos frequentes apareçam homens na faixa dos 50 anos” (JULIO, 2013, p. 24). Em relação às mulheres agredidas, afirma ainda que a faixa etária é ampliada para 16 a 60 anos de idade.

Por se caracterizar como um problema nacional, essa mesma autora refere que o mesmo atinge todas as camadas sociais, sendo os considerados infratores possuidores de “nível de escolaridade bastante variável, desde os analfabetos aos indivíduos com ensino superior”. Em relação a zona rural, os agressores não apresentam nenhum nível de escolaridade. (JULIO, 2013, p. 24).

Ao serem indagados acerca dos casos mais graves por eles atendidos nas delegacias em que atuam, nossos entrevistados apresentaram casos que podemos considerar como emblemáticos, relativos a duas modalidades que se apresentariam como as mais significativas: a violência sexual (5 casos) e a violência física grave (8 casos).

Em relação ao primeiro tipo de violência apontado, dois relatos apresentados abaixo exemplificam o fato de que a questão da violência sexual traduz-se, ao que parece, em uma violência doméstica, quando observamos pelas narrativas que a mesma ocorre tanto em relação à mulher, quanto à criança e também a adolescentes.

Tatiana: O caso mais grave que já atendi foi o de uma mulher que foi espancada pelo seu marido porque esta negava de fazer sexo. O desfecho foi ouvir e levar um auto para a PC local e depois foi encaminhada para o Tribunal.

Peninha: O caso mais grave foi a violência sexual de menor, que culminou com a detenção do mesmo, até trâmites legais.

Quanto à violência física, uma diversidade de aspectos encontram-se relacionados à sua prática, conforme ilustram os casos abaixo relatados:

Samuel: O caso mais grave por mim atendido foi o de violência física grave, em que a vítima estava grávida e veio a sofrer um aborto. O caso foi recebido, elaborado o auto e encaminhado ao MP, onde o infrator foi julgado e condenado.

Aurora: Foi o de violência física que causou um corpo sem vida [morte] e o desfecho foi o de abrir um processo crime.

Belita: O caso mais grave foi em Maguanine "B", onde o marido agrediu a esposa até desmaiar e foi lhe pôr no contentor da lixeira, só foi socorrida dia seguinte, onde eu lavei o auto para levar para tribunal, mas ele abandonou a casa.

Nando: O caso mais grave é de agressão física porque um exigia da outra parte que fosse concedido o seu direito, assim, forçosamente, e culminando com o espancamento, onde foi solicitada a polícia para intervenção e com chegada da Esquadra houve uma sensibilização e o fato é que ambas as partes sentiram-se culpadas e chegaram a um bom termo.

Como podemos observar, a gravidade de aspectos e implicações da violência física apresenta-se, nos relatos acima, tendo em vista que as mesmas tiveram graves implicações, quer em relação à morte da própria mulher (feminicídio), quer resultando em aborto, assim como em tentativa de ocultação do corpo da mulher, ainda viva, em uma lixeira, decorrente de uma agressão física considerada grave. Um último caso permite ilustrar a complexidade de que se reveste o fenómeno da violência física, tendo em vista que a mesma pode significar não somente causa, mas efeito de outras modalidades de violências prévias, como a reivindicação de um direito, quer do tipo patrimonial, ou mesmo, de um relacionamento sexual forçado, dentre outros.

Cabe observar que em relação aos casos considerados graves, que foram significativos aos nossos entrevistados, encontram-se violências dos tipos: psicológica, patrimonial, dentre outras, o que parece indicar que não são somente as violências físicas graves as mais importantes no cotidiano das delegacias.

4.3. Sobre a situação de violência contra as mulheres e a questão sócio-cultural

Os relatos acerca da situação de violência contra as mulheres, em Maputo – Moçambique, permitem revelar relações significativas da mesma com as questões de gênero, estreitamente relacionadas aos valores e normas sócio-culturais, que apontam para o lugar e motivo da vulnerabilidade em que se encontram as mulheres moçambicanas: o fato de serem mulheres.

A violência contra mulheres foi relatada, pela maioria dos entrevistados, como uma situação crítica no país, conforme relatos abaixo:

Samuel: A situação da violência contra mulher em Moçambique é uma preocupação do Governo e já foi descrita como violação dos Direitos humanos e um obstáculo à harmonia social e foi adaptada [pela Lei 29/2009] às medidas integradas para prevenir e eliminar a violência contra a mulher, É um dos principais assuntos.

Estefania: É um caso sério, a entidade responsável deve encarar muito, aliás, continuar a dar palestras, teatros, publicidades de som nos rádios.

Aurora: Em Moçambique é uma situação crítica que lamentamos, mas estamos trabalhando contra a violência.

Vaina: A violência em Moçambique é um problema que se registra frequentemente.

Camilo: É assunto sério a situação de violência em Moçambique, pois precisa de um trabalho árduo.

Antonio: É preocupante e necessita de muito trabalho para a sua diminuição.

Zaina: Cada dia que passa os casos aumentam

Pelos relatos acima podemos observar que a grave situação de violência vivida pelas mulheres encontra-se expressa através de expressões como: “É um caso sério”, “É preocupante”, “É uma situação crítica”, dentre

outras. Nesse sentido, narrativas como a de Samuel destaca a necessidade de reconhecimento dos direitos das mulheres como cidadãs moçambicanas, discriminadas social e culturalmente, o que aponta para uma acentuada iniquidade de gênero e destaca a relevância e possibilidades da Lei para o reconhecimento da igualdade de gênero.

O destaque à relevância da Lei 29/2009, como estratégia de controle de tal iniquidade e desigualdade de gênero, encontra-se presente, em outros relatos, que indicam, inclusive, uma possível diminuição de tal violência em virtude da vigência da referida Lei.

Ana: A violência tende a diminuir por causa da lei 29/2009.

Tatiana: A violência contra mulher em Moçambique é razoável em relação aos outros anos.

Tania: Nos anos passados haviam tantos casos, mas agora com a Lei as pessoas aprendem, poucas vezes recebemos casos. A violência, a tendência é diminuir.

Joana: Acho que a violência já está a diminuir em Moçambique, isso porque temos feito palestras, nos hospitais colocamos panfletos, nas rádios, televisão, falam e através dos espetáculos que os músicos têm feito. A maioria já sabe que a violência é um crime público.

Peninha: Cada vez mais tem a tendência de diminuir e de levar muitos casos às instâncias competentes pela atribuição de Lei que a ela protege.

Alberto: Moçambique toda é preocupação porque existem zonas rurais que mesmo vendo que isto é crime tem medo de denunciar - vai me deixar, em particular em Maputo, com a introdução de algumas leis tende-se diminuir.

A menção à possível diminuição da violência em Maputo, e mesmo em Moçambique, é referida diretamente à vigência da Lei 29/2009 atribuindo o fato não somente à natureza da Lei, mas às estratégias de implementação da mesma através do emprego de ampla gama de atividades como: panfletos em hospitais, palestras, divulgação em rádio e televisão, e inclusive espetáculos musicais na mensagem da violência como um crime de natureza pública, a exemplo da fala de Joana. Para entrevistados como Tania, a operação da Lei punindo os infratores leva a um aprendizado

cultural que pode culminar, na sua perspectiva, a uma mudança de hábitos na sociedade em questão.

Na fala de Alberto, embora reconheça um amplo alcance da Lei em relação às mulheres vivendo em cidades, como Maputo, ele aponta para uma limitação da mesma em termos do país, tendo em vista que nas zonas rurais parece prevalecer a cultura do medo, tendo em vista o silêncio diante de casos reconhecidos como crimes.

Tal relato vai ao encontro do que foi colocado por outros entrevistados quando afirmam que as mulheres mais penalizadas pela violência doméstica são aquelas que vivem em zonas rurais ou suburbanas, por conta da falta de acesso a informações e desconhecimento dos próprios direitos, que as aprisiona a uma violência naturalizada pelo tradicional e histórico domínio masculino, vigente em muitas famílias.

Nando: É a mulher que vive em zonas rurais e fora da cidade porque às vezes não sabe e nem conhece os seus direitos.

Peninha: A mais penalizadas são aquelas das zonas rurais que não têm conhecimento e importância de quem somos.

Vania: A mulher que está na zona rural porque a informação chega com dificuldade.

Camilo: As mulheres que estão nas zonas suburbanas, porque a informação em certas vezes chega com dificuldades.

Alberto: As mulheres mais penalizadas são aquelas que encontram-se no campo porque não sabem sobre os fatos, pensam que tudo é normal.

Samuel: As mulheres das zonas rurais são mais penalizadas com a violência por causa da sua cultura e tradição. Ex.: Lobolo

Nas narrativas acima, o reconhecimento da maior vulnerabilidade das mulheres vivendo em zonas rurais ou periferias das cidades encontra-se presente, tendo em vista a maior dificuldade de acesso a informações sobre a Lei 29/2009, portanto ao (re)conhecimento de seus direitos humanos e de cidadania que a própria cultura naturaliza, perpetuando um estilo de vida

onde valores da cultura são vistos como naturais, ou seja, fazendo parte da própria natureza humana, conforme discutido anteriormente.

Na fala de Samuel podemos identificar importante aspecto da cultura de discriminação de gênero em relação às mulheres, exemplificado notadamente pela prática cultural do lobolo, ao lado da poligamia, conforme discutido em nível da introdução a partir do trabalho de TOMÁS (2016). Em relação ao lobolo, vale lembrar que sua prática consiste em uma prática cultural presente na sociedade moçambicana, ao lado de outras nações, a partir do qual a mulher é “comprada” do pai, pelo futuro marido, como se fosse um objeto, uma mercadoria, o que remete a uma prática que foi observada no início de muitas civilizações, segundo RUBIN (1975). Essa autora disserta acerca de uma economia de sexo e gênero, onde a mulher aparece não como sujeito, mas como objeto de troca, ficando a sugestão de que a desigualdade de gênero teria seu início junto com o início desse tipo de cultura, que se encontra na gênese das relações humanas.

Discorrendo também sobre o tema, BAGNOL (2008), pesquisadora moçambicana, descreve que o termo lobolo é uma adaptação à língua portuguesa da palavra original “*lovolo*”, de origem changana, língua do sul do país, e refere-se a um costume comum relacionado ao casamento tradicional moçambicano, onde o noivo “presentearia”, notadamente com moeda, a família da noiva. A própria autora afirma, assim, que a prática do lobolo é uma transação monetária entre os parentes envolvidos e caracteriza a “venda da mulher”.

Outra prática cultural comum em Moçambique, também mencionada em nível da introdução, refere-se ao casamento poligâmico que, apesar do país possuir um Código da Família onde a monogamia é estipulada, esse tipo de constituição familiar apresenta-se como uma modalidade ainda representativa no país. Vale acrescentar que além desta prática, também são comuns, apesar de proibidos por Lei, os casamentos prematuros e forçados, onde as meninas são retiradas da escola para o casamento, na

maioria das vezes sem possibilidades de retornarem aos estudos. A média de idade das meninas para esta prática é de doze anos de idade. (Liga Moçambicana dos Direitos Humanos, 2007).

Apontando para a grande amplitude que assume a violência contra as mulheres encontra-se, igualmente, o grave problema do tráfico de meninas no país. Segundo a Organização Rede Came, na prática do tráfico de mulheres em Moçambique, aproximadamente mil crianças são transportadas ilegalmente para a África do Sul para exploração de mão-de-obra infantil e prostituição, o que fez com que autoridades de Moçambique ratificassem a Convenção contra o tráfico de seres humanos. (Liga Moçambicana dos Direitos Humanos, 2007).

Assim, é comum em Moçambique, ainda hoje, alguns comportamentos divergentes das Leis, como os acima citados. Por conta disso, foi criado pela Liga Moçambicana dos Direitos Humanos o documento “Direitos da Mulher no Moçambique: dever de terminar práticas ilegais”, em 2007, com o objetivo de erradicar tais práticas culturais consideradas ilegais, que prevalecem arraigadas na tradição cultural, despeito da existência de leis no país.

Embora alguns entrevistados reconheçam que a violência contra a mulher seja uma realidade presente em toda a sociedade moçambicana, a exemplo do relato de Zaina, que afirma: “Toda mulher pode ser vítima” e de Ana, que a reconhece como pertinente a todas mulheres, independentemente da sua condição social, quando relata “Todas as classe são penalizadas”, outros entrevistados como Antonio e Severino apontam como mais vulneráveis à violência as mulheres pertencentes a camadas de baixa renda, conforme relatos abaixo:

Antonio: Mais penalizadas são aquelas que estão na classe social e econômica mais baixa.

Severino: Cá em Maputo, a mulher mais penalizada é aquela que tem baixa renda econômica.

Dentre os motivos apontados para a frequente existência da violência doméstica cabe um primeiro destaque à questão do consumo de álcool e outros tipos de drogas, fato presente em diversas sociedades.

Embora entrevistados como Zaina, Aurora, Vania e Camilo apontem, de maneira circunscrita, o alcoolismo e a drogadição como os principais motivos notadamente para as violências física e sexual, outros entrevistados reconhecem a violência como um fenômeno complexo, tendo em vista os valores sociais e culturais da sociedade moçambicana. As falas de Deny, Samuel e Joana ilustram tal complexidade:

Deny: São vários motivos. Uns alegam traição e outros o consumo excessivo de bebidas alcoólicas, são os motivos mais frequentes para que haja a violência.

Samuel: Ciúme, vingança, ignorância e outros tem a ver com a falta de conhecimento acerca deste mal, consumo de bebidas alcoólicas, drogas e desemprego.

Joana: Os motivos são vários e muitas das vezes os homens é que iniciam porque não dão assistência alimentar à família e quando ela questiona acaba lhe agredindo, ora porque o homem quer manter relações sexuais à força.

Ao lado do uso de álcool e drogas, destacam-se, igualmente, a questão da atribuição de traição à mulher, ciúme, vingança, desemprego, ausência de assistência alimentar, recusa em manter relações sexuais, assim como a própria naturalização da violência como estilo de vida e prática cultural.

Essa naturalização da violência como traço fundamental da cultura vigente ganha expressão nos relatos abaixo, tendo em vista que os mesmos parecem revelar algum tipo de mudança cultural nas relações de gênero por parte das mulheres, em virtude da implementação da Lei 29/2009, que preconiza a igualdade de gênero e de direitos entre homens e mulheres, fato que por sua vez acaba por se constituir num novo motivo de violência.

Marta: Falta de respeito. Por causa da igualdade de direitos, algumas mulheres já não respeitam seus maridos. Nada justifica a agressão física.

Tatiana: Os motivos mais frequentes que levam os homens a praticarem violência doméstica contra as mulheres são alguns homens não se conformarem com esta Lei, traição, falta de respeito e igualdade de direitos.

Belita: Os motivos mais frequentes são a desobediência por parte da mulher, a falta de comunicação, onde por vezes tem acontecido a cópula não consentida.

Severino: Os seus motivos, através de alguns comportamentos não bem adequados das mulheres, isto é, o mal atendimento no seu lar.

Esse fenômeno ganha relevância por apontar, ao que parece, para a existência de uma busca de direitos por parte das mulheres ao não se reconhecerem nem como vítimas, nem como necessariamente submissas diante de uma relação conjugal, ou seja, indicaria o início do que se nomeia, na literatura feminista, como um processo de “empoderamento” de algumas mulheres traduzido este pela busca de autonomia das mesmas como sujeitos de direito e protagonistas de suas próprias histórias.

Essa busca de autonomia encontra-se expressa na fala de Marta, quando relata que “algumas mulheres já não respeitam seus maridos”, “por causa da igualdade de direitos”, “desobediência” essa referida igualmente por Belita e por Tatiana quando afirma que “alguns homens não se conformam com essa Lei”, referindo-se à Lei 29/2009.

A situação de violência contra mulheres, considerada como fenômeno complexo e bastante grave na sociedade moçambicana, ganha expressão em outros relatos de nossos entrevistados quando referem-se às implicações que tal violência apresenta para a saúde física e o bem-estar psicológico e social das mulheres, conforme exemplificam as falas a seguir:

Nando: A situação das mulheres que vivem sob ameaça não é boa. A sua mente está traumatizada e vive na solidão. Não há paz, nem alegria.

Ana: Visto que são mulheres que muitas das vezes vivem isoladas e traumatizadas

Camilo: Mulher que vive sob ameaças de violência, a propósito, a situação não é das melhores, são humilhadas.

Samuel: A situação das mulheres que vivem sob ameaça no seu dia-a-dia se mostram deprimidas [...] algumas até chegam a sofrer de algum trauma psicológico.

Estefania: No caso de se tratar de violência física ou sexual, a autoridade deve encaminhar as vítimas à unidade sanitária para receber cuidados médicos.

Conforme podemos observar, as narrativas acerca das implicações para a vida das mulheres apresentam um quadro complexo de comprometimento da saúde integral dessas mulheres, acarretando sobretudo marcas psicológicas e sociais. Tais marcas, decorrentes muitas vezes da própria questão da violência física ou sexual, apresentam-se sobrepostas ao lado de violências de outras ordens, como a violência psicológica propriamente dita, assim como a violência moral, patrimonial, dentre outras.

Essa complexidade encontra-se presente em expressões trazidas pelas narrativas de nossos entrevistados quando parecem retratar as condições de vida de tais mulheres, ou seja: traumas, ausência de paz, de alegria, isolamento, humilhação e depressão, expressões estas que apontam para a necessidade de o fenômeno da violência ser reconhecido como algo complexo, não somente do ponto de vista de seu conhecimento, mas, sobretudo, dos desafios que o mesmo coloca à prática jurídica que não pode prescindir de uma interlocução institucional notadamente com o campo da saúde, além de outros.

Tais implicações para a saúde integral da mulher apresentam-se, nos relatos de outros profissionais entrevistados, como apontando para a necessidade de que a aplicação da Lei 29/2009 tenha como ação prioritária

a própria prevenção da violência, tendo em vista que muitas mulheres ainda não se valem da Lei para sua própria proteção. Esse tipo de preocupação encontra-se expressa de maneira explícita no discurso de Peninha, quando afirma:

Peninha: A situação é intolerável, aliás intolerável e preocupa-se muito nos dias de hoje. O Governo devia ver de perto para apurar sua veracidade.

Severino: A situação está a ser muito cruel, seria de boa maneira a estrutura competente incentivar, mostrar a comunidade que chega [de violência].

Alberto: Vejo uma situação grave, melhor a quem de direito se responsabilizar o mais rápido possível.

Jaime: É grave e preocupante, queria uma boa atuação como dos governantes, assim como dos líderes comunitários.

Através de expressões como: “lamentável”, “intolerável”, “preocupante”, “muito cruel” e “grave” nossos entrevistados apontam para a relevância do emprego, pelas delegacias, de estratégias, ao que parece, mais eficazes no processo de implementação da Lei, ou seja, que as mesmas não permaneçam como simples receptáculos para o recebimento de demandas, mas atuem através de prevenção e busca ativa notadamente nos casos em que sejam denunciadas situações de violência onde as mulheres estejam privadas da própria liberdade de buscar os seus direitos, por se encontrarem ainda presas a uma tradicional cultura e organização familiar que as oprime.

4.4. Sobre a Lei 29/2009 e sua relevância

4.4.1. Sobre a criação da Lei 29/2009

Como outras leis da mesma natureza, a Lei 29/2009 Sobre a Violência Doméstica Praticada contra a Mulher, de Moçambique, responde à necessidade de proteção às mulheres histórica e tradicionalmente vulneráveis, em muitas culturas, a este tipo de prática sócio-cultural implicando numa condição de subalternidade feminina frente ao poder masculino desprovido-as de seus direitos humanos e de cidadania.

Para todos os profissionais entrevistados, a Lei representou um avanço para as relações de gênero, no que tange à equidade, tendo em vista os tradicionais valores vigentes que colocam a mulher em situação de desigualdade frente ao homem na sociedade moçambicana, valores esses legitimadores, por assim dizer, da própria prática naturalizada da violência contra a mulher.

As falas abaixo são exemplificadoras dos relatos dos vários profissionais entrevistados:

Nando: É uma lei bem-vinda para fazer compreender a sociedade que a mulher não pode viver de violência ou ser violentada.

Alberto: A criação dessa é mais válida para mostrar que elas necessitam dessa proteção e de valorizá-las [...]

Joana: A ideia é de louvar porque muitas mulheres sofriam caladas nos lares.

Samuel: A criação desta Lei foi preponderante, pois ela visa proteger a integridade [da mulher] para materialização dos objetivos pretendidos na sua nobre missão de combater a violência doméstica contra a mulher.

Belita: A criação da lei 29/2009 veio mais para proteger a integridade física, moral, psicológica, patrimonial e sexual da mulher.

Aurora: Excelente, porque as mulheres eram violentadas, abusadas sem nenhuma lei para as protegerem.

Marta: Achei que é um bom instrumento para combater a violência doméstica.

Tatiana: A criação da Lei 29/2009 da violência contra a mulher veio para melhorar e foi muito positiva.

Nas falas de Nando e Alberto podemos observar que a criação da Lei apresenta um significado afirmativo para a própria sociedade no sentido de dar maior visibilidade às mulheres e aos seus direitos de cidadania e proteção contra a iniquidade de gênero, iniquidade essa tendo em vista que as mesmas sempre viveram não em condição de mera desigualdade de gênero, mas numa situação que as desqualificavam do ponto de vista dos próprios direitos humanos, uma vez que eram consideradas, pelas próprias práticas sociais e culturais vigentes como desprovidas de tais direitos perante a legislação existente até então.

Daí ganharem expressão outras falas, como a de Joana, ao relatar que “muitas mulheres sofriam caladas nos lares”, assim como a de Aurora, quando afirma que “as mulheres eram violentadas, abusadas, sem nenhuma lei para as protegerem”.

A expressão empregada por Samuel em relação aos objetivos da Lei entendidos como “sua nobre missão de combater a violência doméstica contra a mulher”, atribuindo portanto, o sentido de verdadeira missão aos defensores da mesma, pode ser relacionada ao próprio sentido social que muitos entrevistados atribuíram ao trabalho profissional que desenvolvem nas delegacias, qual seja, o de proteção às mulheres vivendo em situação de violência.

Tendo em vista tais considerações, vale observar que embora a Lei 29/2009 contemple, em seu artigo 36, sua aplicação igualmente aos homens, em nome do que consideram a “igualdade” de gênero, todos os entrevistados a reconhecem, a partir de suas narrativas, como uma Lei

tipicamente de proteção à violência praticada contra as mulheres, a exemplo da Lei Maria da Penha, Lei 11.340 de 2006, instituída no Brasil, que é voltada tão-somente às mulheres, por considerar que para atingir a igualdade de gênero é fundamental antes que seja corrigida a histórica condição de iniquidade de gênero das mulheres brasileiras.

Artigo 36:

(Igualdade de gênero)

As disposições da presente Lei aplicam-se ao homem, em igualdade de circunstâncias e com as necessárias adaptações. (MOÇAMBIQUE, LEI 29/2009).

Essa questão das relações entre igualdade e equidade de gênero ganha expressão nas discussões sobre as Leis contra violência doméstica ou, de maneira específica, violência contra a mulher, tendo em vista a própria questão dos direitos humanos e de cidadania das mulheres no mundo contemporâneo, em várias sociedades. Nesse sentido é que Boaventura de Sousa Santos preconiza a inclusão do conceito de equidade quando a igualdade descaracteriza pessoas e direitos, quer em relação à gênero, raça ou classe. (SANTOS, 2009), conceito que é relevante notadamente nos estudos sobre violência contra a mulher.

4.4.2. Sobre a importância da Lei 29/2009 para Maputo - Moçambique

Lei de Defesa à Igualdade de Direitos

Embora a Lei 29/2009 busque ir ao encontro do princípio constitucional da igualdade de gênero, como aponta SAMUEL (2013), a necessidade de criação de uma Lei específica de proteção à mulher, como

explicitado no próprio título da mesma Lei, aponta para o reconhecimento da questão acima sinalizada da iniquidade de gênero.

É nesse sentido que poderíamos considerar, por exemplo, a narrativa de Marta, abaixo apresentada:

Marta: A importância que esta Lei tem é positiva, já existe igualdade de direitos.

No entanto, a afirmação de Marta de que “já existe igualdade de direitos” merece ser relativizada, uma vez que embora a Lei aponte, em seu texto, para a questão da igualdade entre homens e mulheres, somente sua implementação voltada prioritariamente contra a histórica iniquidade de gênero existente permitirá que no futuro tal igualdade seja alcançada.

Diante disso, antes de se apresentar como uma “Lei de Defesa à Igualdade de Direitos”, a importância da Lei 29/2009 se apresentou, nas falas da quase totalidade dos profissionais entrevistados, como: “Defesa aos Direitos da Mulher”, “Estratégia pedagógica de mudança sócio-cultural”, assim como de “Judicialização das Relações de Gênero”, conforme ilustram as categorias e falas, a seguir apresentadas:

Lei como Defesa aos Direitos da Mulher

Nas falas dos entrevistados, a seguir, há, ao que parece, um reconhecimento da iniquidade de gênero como importante condição da geração de violência contra a mulher, tendo em vista sua condição de vulnerabilidade e subalternidade frente aos homens.

Nesse sentido, a Lei poderia representar as possibilidades de uma ação afirmativa da mulher frente aos seus direitos humanos e de cidadania, contemplados pela referida Lei, tirando-lhes da condição de vítimas para a

condição de protagonistas de suas próprias histórias, a exemplo do que são historicamente os homens.

Exemplifica tal prática interventiva notadamente a narrativa de Zaina, quando afirma que a “Lei abriu os olhos da mulher”, ou a de Ana que considera a importância da Lei “na defesa das vítimas de violência doméstica” ou, ainda, as falas de Camilo e de Vania quando consideram tal intervenção da Lei na sociedade com o objetivo, ao que parece, de uma diminuição significativa da violência contra a mulher.

Zaina: Esta Lei abriu os olhos da mulher moçambicana porque ela sofria calada.

Ana: É importante na defesa das vítimas de violência doméstica.

Camilo: Esta lei é importante, pois, faz com que os homens diminuam ou parem de violentar as mulheres.

Vania: Esta Lei é importante, pois faz com que diminua a violência contra a mulher.

Belita: A importância é de que a violência praticada contra a mulher no âmbito das relações domésticas e familiares não resulte uma morte.

Nessa mesma linha de reflexão, colocam-se outras narrativas, que contemplam a Lei 29/2009 como uma modalidade de intervenção social, positiva e inovadora, em termos sócio-culturais e de gênero, conforme relatos que ilustram a categoria abaixo.

Lei como estratégia pedagógica de mudança sócio-cultural

Nas falas abaixo apresentadas encontram-se ilustradas narrativas que parecem apresentar a Lei em termos de uma estratégia pedagógica de intervenção na sociedade, tendo em vista uma mudança sócio-cultural capaz

de operar mudanças significativas na sociedade moçambicana, tendo em vista o ideal preconizado na Lei por uma igualdade de gênero.

Nesse sentido, como afirma Tania, a Lei não só conscientiza a sociedade da gravidade da violência contra a mulher, mas propicia reflexão por contemplar “ensinamentos” acerca das relações sociais de gênero. Na mesma linha de reflexão coloca-se a fala de Severino quando atribui grande importância à Lei por possibilitar uma nova cultura nas relações sociais entre homens e mulheres, qual seja, a da “não violência doméstica”.

Tania: Dar a conhecer ao público a gravidade da violência, porque ensina-nos.

Severino: A importância é grande porque vai conseguir se instalar nos pensamentos da comunidade, a “não violência doméstica” [...] Esta lei veio no tempo certo, e boa chegada para conseguir regularizar o comportamento da comunidade.

Tal estratégia pedagógica da Lei encontra-se presente na fala de Deny quando visualiza mudanças na vida cotidiana, assim como na fala de Jaime quando aponta para a aquisição, por parte dos homens, de novos valores familiares, conjugais e de gênero. Fato observado igualmente nos relatos de Estefania, Peninha e Alberto:

Deny: A importância desta lei é vasta para Maputo em especial, agradecemos porque é por ela que temos que presumir mudança nos nossos dias.

Jaime: Ela foi bem-vinda porque consegue incentivar a não fazer aqueles que queriam estar a fazer igual.

Estefania: Porque pretende introduzir mudança de comportamento na sociedade.

Peninha: A importância é extensiva porque com a criação dela conseguimos ver alguns que melhoraram seu comportamento. [...] Uma grande vantagem da comunidade que se sentia desprotegida.

Finalmente, para outros profissionais, a Lei adquire importância e significado por apresentar-se como possibilidades de uma judicialização das relações de gênero, ou seja, de uma intervenção da esfera pública na esfera do privado.

Judicialização das Relações de Gênero

Muito embora a questão da relevância da judicialização das relações de gênero ganhe destaque nas falas de alguns entrevistados como Nando, Joana e Alberto, vale observar que, como bem exemplifica a narrativa de Joana, tal intervenção responderia mais a uma busca de mediação dos conflitos existentes entre os casais do que, necessariamente, de uma criminalização e punição do ato violento por parte de agressores de mulheres. Casos clássicos na literatura especializada são as referências à sucessivas denúncias e retiradas de queixas por parte das mulheres para “não prejudicar” a vida profissional ou mesmo social de seus parceiros.

Vale observar que no Brasil, fato semelhante ocorreu na história das Delegacias de Defesa da Mulher, criadas em 1985. Tais delegacias, mesmo com uma legislação que não fazia menção à violência contra a mulher, pareciam ser uma evolução para a solução de tal violência, ao trazer para o âmbito público e à esfera criminal o que antes era considerado como questão de âmbito privado e familiar. Contudo, houve dificuldade com a criação dos Juizados Criminais Especiais, em 1995. Isto porque estes juizados foram criados com base na Lei 9.099/95, que julga crimes considerados de menor potencial ofensivo e cujas penas previstas no Código Penal não ultrapassem dois anos de detenção. Esta Lei preza pela oralidade e celeridade dos processos e prima pelo acordo entre as partes, além de fazer uso de penas alternativas como prestação de serviços

comunitários ou pagamento de cestas básicas à instituições específicas, penas estas podendo ser, ou não, associadas a multas.

Esta Lei, de fato, trouxe celeridade aos processos e o fluxo do trabalho das DDM foi intensificado, porém, ocorreu que a preservação da instituição familiar e dos laços afetivos parecia prevalecer frente ao combate à violência doméstica e a resolução dos casos, propriamente dita, ficava, ainda, reservada a esfera do privado, sendo limitada a ação do judiciário à mediação das relações, como referem DEBERT e GREGORI (2008), conforme abaixo descrito:

Refletir sobre as mudanças ocorridas ao longo dos vinte anos de existência das DDM é atentar para um duplo processo. De um lado, o processo por meio do qual a violência entre casais, antes relegada a um problema doméstico, transformou-se numa questão pública, pois as delegacias de defesa da mulher tiveram um impacto importante no sentido de explicitar que tais agressões eram crimes. De outro lado, com a criação dos Juizados Especiais Criminais, assistimos a um processo inverso, em que os delitos voltaram a ser privatizados. A tendência nesses juizados é ver esse tipo de criminalidade como uma questão menor a ser resolvida em casa ou com a ajuda de psicólogos ou assistentes sociais de modo a não atrapalhar o bom funcionamento dos tribunais. Além disso, são as vítimas que devem decidir se as agressões e as ameaças por elas sofridas devem ser ou não tratadas como crimes. (DEBERT e GREGORI, 2008, p. 172)

Por conta disto foi necessária, em 2006, a criação da Lei Maria da Penha – Lei 11.340/06, que coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher e aponta que os crimes cometidos nestas circunstâncias não podem ser julgados pela Lei 9.099/95, que nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida só será admitida a renúncia à representação perante o juiz e limita a possibilidade de prestação de penas alternativas, além de tomar outras medidas, conforme os artigos abaixo:

Art. 16. Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

Art. 17. É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

Art. 41. Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995. (BRASIL. Lei 11.340/06).

Houve também alteração do próprio Código Penal, pela Lei 10.886/04, que diferencia a lesão corporal causada por violência doméstica das demais lesões corporais, com pena também diferenciada pela Lei Maria da Penha (Lei 11340/06), acrescentando o parágrafo nono ao artigo 129, dispondo que:

Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge, ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade:

Pena: detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos. (BRASIL. Código Penal)

Estas foram algumas alterações e medidas tomadas no Brasil, na direção da judicialização das relações sociais de gênero e na busca de soluções para a questão da violência doméstica praticada contra mulheres, tendo em vista que as relações familiares estão presentes e que estes crimes são bastante peculiares e requerem dos profissionais sensibilidade aguçada e conhecimento das leis, para tratar dos casos que surgem no cotidiano.

Profissionais entrevistados, como Nando, Alberto e Joana, relataram o caráter de regulamentação, ou seja, de intervenção de leis na vida social e em relação a “atitudes erradas” criadas pela sociedade moçambicana. A fala de Joana aponta igualmente para as implicações sociais e familiares que a violência representa quando implica separação e uma naturalização dos conflitos conjugais e de gênero na vida cotidiana de muitos casais.

Nando: Esta lei é importante para Moçambique por regular algumas atitudes erradas, criadas pela sociedade.

Alberto: A importância é maior, porque consegue regulamentar [a vida social]...

Joana: A importância é para que haja harmonia, paz nos lares e isso diminui a separação nos lares e traz bons valores no nosso país como em Maputo.

As palavras de Joana vão ao encontro do que constatou Graça JULIO (2013) em sua pesquisa, em relação à necessidade ainda presente na sociedade moçambicana da manutenção do casamento como elemento fundamental para a manutenção da família tradicional, o que acaba por dificultar a libertação da mulher desta situação de opressão e violência:

Como refere um informante em Cabo Delgado:

“Tratando-se de crimes que ocorrem no núcleo familiar, deve-se ter em conta as repercussões advindas, deve-se mediar como sancionar sem ferir o instituto familiar, isto porque uma sanção severa pode dar origem à saída da mulher vítima de violência da casa de família, o que implica a desestruturação da vida familiar, na medida em que acarreta por regra, a saída dos filhos, criando problemas escolares a estes e profissionais àquela, pelo que a institucionalização de mulheres e crianças é, em si mesmo, um problema. Mesmo não havendo menores a cargo, a saída da mulher da residência implica dupla vitimização. (JULIO, 2013, p. 27)

Na fala de Samuel, a seguir apresentada, podemos observar que a esfera do privado, historicamente considerado como “intocável” e reduto do poder patriarcal, vê-se, nas sociedades contemporâneas e, no caso, notadamente em Moçambique, sujeita a regulações públicas, principalmente

pelo setor judiciário. Tal fato resulta de demanda de movimentos sociais, a exemplo do movimento feminista, tendo em vista a defesa dos direitos humanos e de cidadania das mulheres, acerca do que dissertaram DEBERT e GREGORI (2008).

Samuel: O fato de punir crimes que antes eram considerados de fórum privado e que portanto apenas a vítima podia denunciar, isso porque a mulher era considerada ou instrumentalizada na sociedade e no lar.

Ao analisarem a realidade brasileira, DEBERT e GREGORI (2008) consideram que a capilarização do Direito com sua participação e intervenção em relações sociais consideradas de cunho privado, como é o caso das relações familiares, conjugais e de gênero, é objeto de controvérsias. As autoras apontam, por um lado, analistas que consideram tal expansão da atuação do Direito como uma “ameaça à cidadania” por colocar e “consagrar” os juristas como verdadeiros depositários do que seria o “justo”. Por outro lado, apontam a contestação a este tipo de argumento, ressaltando que esta intervenção do Direito em relações familiares e de gênero, ou seja, essa intervenção do público no privado, ocorreu por reivindicações sociais, no caso específico das mulheres, por fortes apelos de movimentos feministas que perceberam e se sensibilizaram com a situação de exclusão social e de inequidade de gênero a que as mulheres vinham sendo submetidas. As Delegacias de Defesas de Minorias são criadas, na grande maioria das vezes, por conta das necessidades especiais destas minorias geradas pelas desigualdades estruturais e tradicionais encontradas em diversas sociedades contemporâneas. (DEBERT e GREGORI, 2008).

Cabe salientar, ainda, que a criação de Leis, da noção do que seria o “justo”, assim como da esfera do Jurídico, de uma maneira geral, não estão isentas de disputas, como colocaram essas mesmas autoras. A despeito da “pretensão de neutralidade”, que caracteriza esta instância, a mesma é, com frequência, palco de negociações entre diferentes atores sociais, muitas

vezes em desigualdade de poder, sendo que é próprio do jogo democrático que surjam novos atores empenhados na formulação de novas demandas que possam surgir, ou vir a ser percebidas a partir do cotidiano e das relações sociais. (DEBERT e GREGORI, 2008).

Nesse sentido, vale mencionar, em defesa dos direitos das mulheres, aspecto relacionado à questão da judicialização, considerado por Elisa SAMUEL (2013), quando afirma que o sistema judicial moçambicano deveria intervir com medidas legais adequadas em relação à violência doméstica e dispor de conhecimento, ciência e autoridade para tanto. Outra garantia necessária, segundo essa autora, é a de que a mulher não fosse duplamente vitimizada, ou seja, que o julgamento não represente uma “repetição pública de sua experiência traumática” e que haja, ainda, proteção durante o processo e depois de ocorrido o mesmo.

4.5. Sobre a implementação da Lei 29/2009 e a garantia dos direitos das mulheres

Nos relatos acerca da implementação, ou não, da Lei 29/2009 podemos observar que para a maioria dos entrevistados, com exceção de três profissionais, a mesma encontra-se em processo de implementação a partir de alguns indicadores apontados em diferentes falas.

Para alguns entrevistados tal implementação é identificada, ao que parece, pelo trabalho de algumas instituições, governamentais ou não-governamentais, envolvidas com tal processo através da realização de palestras, ampliando a divulgação de informações acerca dos direitos das mulheres, aspectos esses que podem ser exemplificados nas falas a seguir:

Tatiana: Sim, porque hoje já temos algumas palestras nos bairros, a Lei está sendo implementada na íntegra.

Joana: Acho que sim, porque mesmo nas chapas [ônibus] as pessoas falam desta Lei e isto ajuda muito.

Samuel: Esta Lei está conseguindo ser implementada, sim. Atualmente, em muitas regiões do País as mulheres conhecem e falam dos seus direitos.

Peninha: De fato, está a se implementar, não como de antes, os casos também tendem diminuir e sabemos [que é] o resultado da reflexão da Lei.

Nas falas de outros entrevistados, a exemplo de Nando, um dos indícios de que a Lei está sendo implementada refere-se à crença no aumento do número de denúncias, por parte das mulheres.

Nando: Esta lei está sendo implementada porque muitas mulheres, depois de terem seus direitos violados, aparecem denunciando, o que não acontecia.

Relacionada a esse tipo de percepção de Nando encontram-se também algumas outras falas, como as de Belita e Aurora, que identificam no trabalho das Delegacias que punem os agressores evidências de implementação da Lei 29/2009.

Belita: Esta a ser implementado e os agressores tende a reduzir o índice da violência, isto porque eles acabam indo a cadeia.

Aurora: Sim, porque os agressores são punidos, cumprindo a pena ou (---) em multa ou caução.

Para três de nossos entrevistados os relatos revelam limitações no processo de implementação da Lei, relacionadas quer a ausência de critérios que viabilizem tal implementação ou a ausência de uma divulgação mais ampla da Lei, que abarque, além das regiões centrais da cidade de Maputo, as zonas periféricas da cidade, além, ao que parece, das zonas rurais.

Antonio: Efetivamente posso dizer não está sendo conseguida a sua implementação, porque falta de alguns critérios [estratégias] que possam viabilizar a implementação.

Severino: Ela consegue se implementar para aquela mulher que já tem o conhecimento, mas para as zonas que a lei nunca foi divulgada é difícil.

Alberto: Confesso que sim, porque algumas zonas que tem vindo tratar a sua mensagem sobre ela [a Lei], tem feito implementação, e no do outro sentido não.

Conforme pudemos observar no conjunto das falas, o processo de implementação da Lei encontra limites relativos à própria complexidade de que se reveste a questão da violência contra a mulher, no país, que implica mudanças substantivas em termos não somente comportamentais como estruturais, a exemplo do que aponta MAXIMIANO (2013) quando tece algumas observações, descritas a seguir:

Enquanto a censura ética não existir, enquanto determinados comportamentos ilícitos forem aceites pela comunidade, muito dificilmente se conseguirá concretizar a censura jurídica dessa conduta. Essa consciência de censuralidade existe hoje em Moçambique, pelo menos numa certa faixa de cidadãos, mas há problemas ligados a uma *pretensa moralidade familiar* que faz esconder o ilícito evitando-se que cada vez mais as vítimas levem ou tornem estes casos conhecidos dos tribunais. (Maximiano, 2013, p.9)

O silenciamento em relação às transgressões à Lei 29/2009, atribuído a uma “*pretensa moralidade familiar*”, entre outras dificuldades, pode ser apontado como um importante limite à implementação da Lei, o que pode ser exemplificado em nossa pesquisa quando se observa relatos acerca da considerada garantia dos direitos e proteção às mulheres que a Lei, em processo de implementação no país, possibilitaria às mulheres em situação de violência.

Embora quase a metade dos entrevistados considerem, em um discurso genérico, que a Lei garanta os direitos das mulheres e, no seu processo de implementação, a mesma esteja protegendo as mulheres contra a violência doméstica, outras modalidades de discursos mais reflexivos, de alguns profissionais, buscam relativizar o alcance da mesma, assim como diferenciar a garantia de direitos da proteção oferecida, de fato, pela referida Lei.

Para entrevistados como Peninha, Antonio e Alberto, a Lei garante os direitos e protege as mulheres, embora com ressalvas, conforme falas a seguir:

Peninha: Principio a dizer que [a Lei] garante e a Lei protege, só que alguns não sabem como valorizar a mesma.

Antonio: A lei consegue garantir, mas na comunidade ainda precisa de ter mais informações.

Alberto: A lei protege, mas deve-se aumentar alguns aspectos mais importantes e responsabilizar de boa maneira e eficaz aos que não a acatam.

Nas falas desses nossos entrevistados acima, podemos observar, por um lado, a referência a uma não-valorização, por parte das próprias mulheres, do espírito da Lei 29/2009, qual seja, o de defender os direitos das mulheres, no sentido de uma emancipação frente à tradicional dominação masculina, e protegê-las contra a violência doméstica e de gênero. Por outro, a referência às limitações de implementação da Lei que deve, ao que parece, não somente ampliar e aprimorar a atuação do Judiciário no julgamento e punição dos agressores, mas de as DDM terem um papel mais ativo no sentido da divulgação da referida Lei em nível da sociedade como um todo.

As falas de Jaime e Deny, abaixo, exemplificam as narrativas que afirmam que a Lei não garante direitos, mas protege mulheres vulneráveis à violência doméstica:

Jaime: Garantido não, mas protegendo existe. Mas, em algum momento, por existir aquelas prisões preventivas.

Deny: Pode ser não bem assim garantindo, mas, sim, protegendo a camada sofredora, estamos a falar de mulheres.

Em seus relatos, Jaime e Deny, consideram, igualmente, a necessidade de uma atitude mais ativa por parte do Judiciário, apontado na categoria acima por Antonio e Alberto. Isso em relação à necessidade de uma ampliação das estratégias de implementação da Lei, quer em termos de sua maior divulgação sobre os direitos humanos e de cidadania das mulheres, notadamente aquelas que vivem em situação de violência, assim como ao julgamento e punição dos homens infratores.

4.6. O Lugar das DDM na implementação da Lei 29/2009

LOFORTE (2011) aponta que os Gabinetes (ou DDM) de Atendimento às Mulheres e Crianças Vítimas de Violência Doméstica foram criados com o intuito de aumentar a responsabilidade do Estado frente a estas questões. Tais gabinetes foram criados em nível das esquadras (delegacias) de polícia.

A mesma autora elenca as atribuições destes gabinetes, que são:

i) prevenir e combater a violência doméstica; ii) prestar assistência às vítimas de violência doméstica, abuso sexual e tráfico; iii) proporcionar um atendimento personalizado de acordo com as necessidades de cada vítima e iv) garantir a observância da lei e facilitar o acesso a justiça. (LOFORTE, 2011. Pág. 5)

A autora afirma, ainda, que tais gabinetes foram criados a despeito das carências materiais e tornaram-se um “espaço novo de maior receptividade das queixas apresentadas”. Importante também foi a participação das ONGs que abordam os casos de violência, seguindo três vertentes: natureza estrutural de gênero, conteúdo da Lei 29/2009, considerando sua abordagem igualitária entre ambos os sexos, e, finalmente, os procedimentos policiais passíveis de aplicação.

4.6.1. Benefício das DDM para as mulheres

Ao se buscar identificar, na percepção dos entrevistados, a importância que atribuíam às Delegacias no processo de implementação da Lei 29/2009 um dos aspectos que se destaca, nas falas em geral, é a ideia de apoio e proteção às mulheres com base em atividades de divulgação da Lei, sob diferentes formas, como palestras, campanhas de conscientização das mesmas frente às vulnerabilidades que possuem em relação à violência familiar e de gênero, “aconselhamentos”, dentre outros, o que pode ser exemplificado em alguns relatos, a seguir:

Ana: Tem divulgado a lei através da campanhas de sensibilização e palestras.

Camilo: Ajudar na divulgação de mais informações relacionadas com a matéria da violência.

Aurora: Aconselhar a mulher como deve comporta-se perante a violência...

Zaina: Aconselhamento e encaminhamento para o Tribunal ou outras instâncias competentes.

Para outros entrevistados, a relevância das delegacias revela-se, além do conhecimento sobre os direitos da mulher que a nova Lei passa a garantir, ou seja, notadamente na questão do apoio, da proteção e da

autonomia das mulheres, na redução da violência, que ganha expressão. Os relatos abaixo exemplificam tais aspectos:

Nando: Apoiar a ter conhecimento sobre a matéria e a conhecer os seus direitos.

Estefania: A DDM exerce um papel fundamental na sua proteção e garante que elas tenham liberdade e contribua com ideias dentro da sociedade.

Samuel: O benefício que a delegacia traz para as mulheres é redução da violência e de [a mulher] conhecer seu papel ou direito de mulher.

Nos discursos de outros profissionais, os benefícios individuais com a punição dos agressores pelas DDM resultam em um benefício maior, para a própria sociedade, por abrir possibilidades de uma mudança de natureza sócio-cultural mais ampla, mediante a devida ação jurídica de aplicação da Lei aos agressores que insistam em persistir com a prática da violência masculina, em relação às mulheres, como algo naturalizado na sociedade moçambicana, e por ela legitimado. Ilustram esse tipo de concepção, as falas abaixo:

Joana: O benefício que temos é de estar num país sem violência, por isso garantimos os direitos e a proteção destas mulheres.

Samuel: O benefício que a delegacia traz para as mulheres é redução da violência e de conhecer seu papel ou direito de mulher.

Peninha: A DDM faz o seu cumprimento em que os praticantes [da violência] devem ser punidos na tentativa de querer seguir [a prática da violência].

Severino: Fazer valer esta lei no sentido de punir os infratores e dar o que eles merecem.

Podemos observar que mesmo antes da promulgação da Lei 29/2009, as Delegacias já se destacavam como relevantes órgãos de assistência à violência contra a mulher, apontando para a importância de seu lugar na implantação e implementação da Lei, de acordo com MEJIA e ARTHUR

(2007), o aumento no número de denúncias feitas nas DDM de Moçambique, por motivo de violência contra mulheres, aponta para o recente fenômeno da maior utilização, pelas mulheres, desta “instância oficial que tem como instrumento a lei”.

Essas mesmas autoras observaram que durante os três primeiros anos de funcionamento dos Gabinetes, de 2000 a 2003, ocorreram, em Moçambique, 3493 denúncias e que, nos dois anos seguintes, de 2004 a 2005, houve 7584 casos denunciados, o que significou um incremento de 54%. Tal incremento é interpretado pelas autoras como possibilidade de que nesses anos referidos a sociedade moçambicana estivesse passando por uma importante transformação no sentido de maior aceitação da intervenção pública nas relações privadas, sendo tal tendência o esperado caminho para o que consideram a necessária “erradicação” da violência no país, o que já vinha sendo realizado com o auxílio do trabalho realizado pelas DDM.

LOFORTE (2011) aponta, igualmente, para o aumento da quantidade de delegacias de defesa da mulher que ocorreu em Moçambique, ou seja, de 95 em 2005 para 151 em 2007. A mesma autora destaca, ainda, o trabalho realizado pelas ONGs na prestação de assistência jurídica a esses gabinetes, em relação à análise e interpretação da Lei 29/2009, dentre outras leis relacionadas aos crimes de violência contra a mulher.

4.6.2. Sobre o atendimento às mulheres nas DDM

Para muitos dos entrevistados, a delegacia se destaca por oferecer um trabalho especializado em termos de um atendimento especial às mulheres em situação de violência, segundo protocolos que atendem aos parâmetros da Lei 29/2009, sintetizado na fala abaixo de Samuel:

Samuel: Nesta delegacia só trabalham técnicos capacitados na matéria de violência doméstica, estes é que recebem e acolhem as vítimas para suas devidas tramitações, estes são considerados como protocolo desta delegacia.

No processo de atendimento às mulheres, a questão do acolhimento parece reveladora da complexidade da tarefa dessas delegacias, tendo em vista a situação da violência contra as mulheres, considerada epidêmica no país, e os desafios que se anunciam em algumas das falas dos entrevistados.

Isso porque, enquanto para Ana e outros entrevistados, o acolhimento é adequado, contando inclusive com acomodações para o caso de algumas mulheres, especialmente àquelas que não possuem familiares próximos, para Joana, Antonio e Severino o serviço deixa a desejar, tendo em vista notadamente a precariedade de algumas instalações físicas, considerando que os nossos entrevistados atuam em diferentes delegacias. Suas falas a seguir ilustram tal questão:

Ana: As mulheres são bem recebidas, tem camas para ficar e dormitórios.

Joana: O acolhimento é muito mais para se evitar o pior, porque algumas estão em perigo de morte e acabam ganhando trauma.

Antonio: O acolhimento é um pouco favor, tendo e considerando as condições que a delegacia oferece.

Severino: O acolhimento dessas é um pouco digno, levando em conta as possibilidades da Instituição que acolhe.

Em termos do atendimento e protocolos seguidos em diferentes delegacias, algumas falas permitem melhor visualizar tal processo, tendo em vista os trâmites legais que o trabalho nas delegacias requer, o que implica um trabalho de natureza interinstitucional.

Na fala de Alberto, a seguir, podemos observar tal processo e o destaque que o mesmo dá a escuta ou acolhimento.

Alberto: 1° tentar perceber sobre a situação e 2° saber analisar se dá para encaminhar ou não, mas acima de tudo escutar o que a vítima vem a queixar, que foi agredida, manda-se para unidade sanitária para a sua observação, depois daí notifica-se o agressor na tendência de ser ouvido, o que está atrás desses tratados, e se não chegue a alguma conclusão envia-se o expediente ao seu tratamento legal.

Os relatos de Alberto vão ao encontro do que consta no documento “Mecanismo Multisectorial de Atendimento Integrado à Mulher Vítima de Violência” (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2012), que reconhece o envolvimento que os vários setores, instituições governamentais e organizações da sociedade civil, têm com a questão da violência. Dentre os vários setores ativamente engajados neste trabalho, cabe citar o Ministério da Mulher e Ação Social, o Ministério da Saúde e o Ministério da Justiça.

Muito embora, para Graça JULIO (2013) os relatórios médicos necessários contam com a colaboração satisfatória de entidades sanitárias, sendo prontamente fornecidos no caso de lesões causadas pela violência, posição contrária encontra-se no documento acima referido, isso porque, em relação ao atendimento à saúde para as mulheres vítimas de violência, mencionado acima na fala de Alberto, esse referido documento relata que existe no país uma defasagem em relação ao atendimento a estas mulheres. De acordo com o este documento:

Em todo o país, existem em funcionamento três serviços de Medicina Legal, que operam na cidade de Maputo, e nas cidades da Beira e Nampula. Esta situação dificulta o exame médico-legal das vítimas e a elaboração dos respectivos relatórios, fundamentais para a produção da prova, pondo em risco todos os esforços para criminalizar o agressor e proteger a vítima. Embora não prevista no Código de Processo Penal, a prática tem sido, nos locais onde não existam serviços de Medicina Legal, de recorrer a médicos (a médicos ginecologistas quando se trata de violência sexual) ou, na sua falta, a técnicos e enfermeiros. A função destes é essencialmente fornecer apoio médico e proceder ao registo das lesões na pessoa violentada, mas os relatórios produzidos, por ausência de formação adequada dos profissionais e de laboratórios são normalmente insuficientes para servir de

elemento de prova. Por outro lado, mesmo quando estes relatórios apresentam dados suficientes, a sua utilização na resolução judicial do problema depende da decisão do juiz, de acordo com o princípio da livre apreciação da prova que, entre outros, guia a sua conduta. (República de Moçambique, “Mecanismo Multisectorial de Atendimento Integrado à Mulher Vítima de Violência”, págs. 19 e 20).

De acordo com este mesmo documento, a assistência médica e psicológica, necessária à mulher atingida por violência e prevista na Lei 29/2009 – artigo 22 – ainda não é gratuita, cabendo à mulher arcar com estes ônus.

Além destas questões relacionadas à Saúde, podemos observar, no relato de Estefania, que, em se tratando de caso sumário, a Lei prevê encaminhamento imediato e diretamente a Procuradoria, que implica numa prisão preventiva do agressor, até o julgamento final.

Estefania: 1º - Quando alguém vem fazer a denúncia deve-se ouvir a vítima. 2º - Se houver indícios da prática de crime, o agente deverá abrir um processo e realizar as diligências necessárias. 3º - Pode ser sumário, pois no crime de violência doméstica, o caso deve ser enviado de imediato para Procuradoria.

Outro aspecto destacado em narrativas de alguns profissionais, sobre o atendimento e protocolos seguidos nas DDM, refere-se ao direito preservado do homem ser ouvido, conforme narrativas a seguir:

Peninha: Ela expõe sua situação, depois a Delegacia emite uma solicitação. Depois de aparecer o indiciado são ouvidas as duas partes, se não tiver uma conclusão possível naquela hora, encaminha-se o expediente ao MP para melhor decidir.

Jaime: Primeiro ter uma denúncia para aí ser ouvido o agressor em seguida ver se existe entendimento ou não, daí que se segue outros momentos legais.

Antonio: Ela, principalmente quando sofre este tipo [de violência], primeiro dá-se guia ao banco de socorro [hospital] a fim de ter o diagnóstico, capaz de provar se sofreu algum dano e aí, solicita-se o agressor na tentativa de ser ouvida a sua versão, daí encaminha-se a instância competente.

Discorrendo sobre o fluxo dos processos Graça JULIO (2013) informa, acerca do trabalho da Procuradoria, que a mesma trata os processos de violência doméstica de forma urgente e com celeridade, tendo em vista que, de acordo com a Lei 29/2009, os mesmos possuem carácter prioritário em termos de prevenção e de repressão aos agressores.

Em termos de trâmites legais dos processos relacionados à denúncias por violência doméstica, Graça JULIO (2013) afirma que regra geral os crimes são tratados conforme estabelecido quer na Lei 29/2009 assim como nos Códigos Penal e de Processo Penal, conforme descreve abaixo, em seu artigo:

A maior parte dos casos recebidos pela Procuradoria não carece de instrução, por serem crimes cometidos no âmbito da lei em estudo, e de tratamento da forma de processo sumário-crime. Assim, após levantamento dos autos, na esquadra ou nos Gabinetes de Atendimento, são remetidos ao Tribunal pelo Ministério Público para julgamento imediato, conforme plasma o art. 1, nº 1, do Decreto-Lei nº 28/75, de 1 de Março, salvo os casos em que seja necessário juntar relatório médico.

No que concerne os crimes que carecem de instrução (violência física grave, cópula não consentida e cópula com transmissão de doenças), os autos são levantados na Polícia, de seguida remetidos ao Ministério Público, responsável pela direcção da instrução preparatória, ordenando diligências a serem efectuadas pela Polícia de Investigação Criminal (PIC). Finda a instrução preparatória o Ministério Público produz um despacho, com a dedução da acusação ou abstenção caso haja lugar, e posterior remessa do processo em causa para o Tribunal, sendo que estes processos tomam a forma de Polícia Correccional ou Querela. (JULIO, 2013. pp. 25-26)

Finalmente, tendo em vista que em vários relatos aqui já apresentados, alguns profissionais identificaram uma diferença em relação à vulnerabilidade das mulheres moçambicanas, em função de sua condição social, sendo mencionadas especialmente aquelas vivendo nas periferias urbanas, assim como nas zonas rurais, em resposta à questão por nós formulada sobre a possível existência de diferença no atendimento às mulheres pertencentes às camadas populares, os discursos foram unânimes

em afirmarem a não existência de diferenciação no atendimento às mulheres nas delegacias, em defesa do princípio da igualdade que deve nortear a prática jurídica nesses estabelecimentos. Nesse sentido, algumas falas são ilustrativas:

Samuel: Não, todas são atendidas da mesma maneira. Trabalhamos respeitando o princípio da transparência, sem distinção de raça, cor e etnia.

Peninha: Em nenhum momento isso aconteceu, não tem classe especial. Todas são tratadas como uma única.

Estefania: Não há diferença porque não existe distinção, nem a cor tem prioridade.

Camilo: Não existe diferença no atendimento de mulheres de classes sociais diferentes, tratando-se de serem todas mulheres.

Alberto: Nas leis e normas moçambicanas nunca procedem atendimento diferente. Toda mulher que tem o atendimento é igual.

Observa-se que embora seja o princípio da igualdade o que rege o atendimento às mulheres, segundo muitos relatos proferidos, cabe considerar, no entanto, a carência ainda existente de equidade de gênero e de classe, já que algumas mulheres, notadamente aquelas que habitam as zonas rurais ou periféricas das cidades, necessitam de maior atenção, pois, as informações nem sempre alcançam as mesmas.

4.7. Aplicação e implementação da Lei 29/2009 na dinâmica das relações institucionais

A relevância das relações interinstitucionais, no caso da violência doméstica e de gênero, revela-se na própria natureza complexa do fenômeno e na necessidade, para aplicação e implementação da Lei 29/2009, de um trabalho conjunto e articulado entre as várias instituições envolvidas no processo de atendimento à mulher em situação de violência.

Os atendimentos pelas delegacias aos considerados casos “mais graves” de violência apresentam-se como exemplos característicos dessa necessidade, tendo em vista a importância da existência de suporte imediato dos serviços de saúde, que atestam a gravidade do delito, além do trabalho de outras instituições, como assistência social, outros setores jurídicos e organizações não-governamentais (ONGs).

Nas falas, a seguir, são ilustrados esses tipos de necessidade, como parte de procedimentos especiais das delegacias para proteção das mulheres:

Nando: Claro que temos alguns procedimentos especiais de proteção às mulheres vítimas de violência, passamos guias para o Banco de Socorro. [pronto-socorro]

Joana: Sim, existe um procedimento especial de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e também a instituição é o Ministério à mulher e Ação Social. [Ministério à Mulher e Ação Social são órgãos que cooperam com os serviços de defesa da mulher, DC]

Camilo: Posso assim não [sei] dizer bem se tenho algum procedimento especial de proteção às mulheres, mas esta a se trabalhar e existe um elo de ligação com outras instituições como é o caso de IPAJ [Instituto de Patrocínio de Apoio Jurídico].

Ana: Sim, tem um local que o G.M.C. [Gabinete da Mulher e da Criança] central que acolhe essas mulheres vítimas para aguardar até se proceder o julgamento.

Tatiana: Sim, encaminhamento para o hospital com a viatura da esquadra. [batalhão]

Do mesmo modo, esse tipo de necessário intercâmbio interinstitucional pode ser observado em relação às mulheres que, passando por uma situação de violência, não contam com o apoio de família e parentes vivendo próximos à mesma. Isso porque, embora alguns relatos mencionem a existência de acomodações em algumas delegacias para mulheres vivendo nessa situação, outros falas indicam a necessidade de encaminhamentos para outras instituições.

Deny: Se por ventura aparecer mulheres que não tem apoio da famílias de origem, a delegacia acomoda e em seguida encaminha-se a outras estruturas competentes.

Nando: Neste caso, ajudamos a vítima a encontrar uma solução junto de nós, uma vez que a vítima não tem apoio dos parentes.

Joana: Nesta esquadra não temos sítio para abrigá-la, mas, sim, encaminhamos à Ação social.

Peninha: Em conjunto com a Ação social elas têm apoio que a Instituição oferece...

Belita: Para estes casos encaminhamos as vítimas ao Departamento da Mulher no Alto Maé. (bairro de Maputo).

Ana: Não existe um local próprio, mas o G.M.C (Gabinete da Mulher e da Criança) central acaba por abrigá-las.

Severino: A delegacia não tem próprio padrão, quando tiverem situação igual, minimamente assistimos até ao nosso alcance e encaminhamos a Ação Social.

Em relação ao próprio fluxo jurídico dos casos, a tramitação processual compreende alguns encaminhamentos padrão, conforme referidos em alguns relatos, a seguir:

Nando: Depois de instaurado o processo na Delegacia, cabe aos outros julgar e condenar, estamos a falar da Procuradoria e Tribunal.

Samuel: Elabora-se o processo ou auto de denúncia, encaminha-se a triagem (Procuradoria), em seguida, após de apurar o resultado, encaminha-se ao Tribunal para o desfecho.

Alberto: Primeiro a delegacia encaminha para a procuradoria, que por sua vez procede o envio ao tribunal.

Embora nas falas de muitos entrevistados a questão da relação entre delegacia e tribunal de justiça seja considerada como essencial para o bom andamento dos casos atendidos nas delegacias, a avaliação do alcance do trabalho das mesmas fica restrito na medida em que o desfecho dos casos encaminhados, por exemplo, ao tribunal, não é comunicado às delegacias de origem, valendo, no entanto, considerar que este tipo de prática não é exclusivo de Moçambique, sendo verificada em outros países, a exemplo do Brasil.

Esse tipo de prática pode ser ilustrado em algumas falas, descritas abaixo:

Samuel: Existe um relacionamento para a tramitação do processo e não há retorno para delegacia.

Belita: O relacionamento é dos melhores, só que não tem tido retorno dos casos a delegacia.

Alberto: O relacionamento é bom e quando as delegacias encaminham o expediente, nunca houve o retorno.

A Organização Não-Governamental WLSA (Women and Law in Southern Africa), em 2001 apontou para as dificuldades de coordenação entre a polícia e os tribunais:

Por exemplo, constatamos durante a recolha de informação que o número de processos de homicídio doméstico reportados pela polícia é, por vezes, muito maior do que o que se encontra nos arquivos do tribunal. Esta situação indica que muitos crimes ou não são devidamente encaminhados ou a Procuradoria da República se abstém de acusar não dando, assim, andamento ao processo. (WLSA, 2001, pág.118).

No documento publicado pela República de Moçambique, já mencionado, denominado “Mecanismo Multisectorial de Atendimento Integrado à Mulher Vítima de Violência”, podemos observar que sua finalidade foi a de desenvolver a cooperação intersectorial entre entidades do Governo e da Sociedade Civil que lidam com a questão da violência contra a mulher. Ao que parece, tal mecanismo está em fase de implementação e visa, entre outros aspectos, o seguinte:

Melhoria da qualidade no atendimento, a partir da definição de procedimentos básicos de atendimento e coordenação entre as várias instâncias que visem o respeito pela mulher atingida por violência e uma melhor resposta aos seus problemas e necessidades; elaboração de protocolos únicos de atendimento para todos os profissionais e instituições envolvidos; institucionalização da recolha e análise de dados, com base em fichas

uniformizadas, e de acordo com os indicadores definidos. (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. 2012)

Este mecanismo delimita e especifica os protocolos policiais e dos profissionais da saúde em relação ao atendimento das mulheres vítimas de violência doméstica.

4.8. Sobre a aplicação da Lei 29/2009 aos homens agressores

4.8.1. Sobre a versão masculina do delito

Um dos desafios que se apresenta no cumprimento jurídico às leis de violência contra a mulher refere-se à questão de como se dá a punição dos considerados agressores ou infratores diante da prática dos delitos previstos nas referidas leis.

Muito embora o movimento feminista tenha buscado, através de estudos e práticas, descaracterizar a mulher como vítima numa situação de violência de gênero, o que se observa, segundo relatos ilustrativos dos profissionais entrevistados em nossa pesquisa, é o fato de os homens diante da denúncia sofrida se colocarem, eles mesmos, na condição de vítima, buscando justificar e até culpabilizar a própria mulher pela agressão sofrida, em termos de uma estratégia de defesa perante a Lei.

Zaina: Os homens sempre são espertos e eles sempre tentam se justificar.

Joana: Eles são ouvidos normalmente e eles costumam se dar a razão alegando que a mulher é a promotora da violência.

Ana: São ouvidos em particular, à revelia das vítimas, e costumam dizer que as mulheres é que provocam.

Belita: Eles são ouvidos no espaço fechado, sem entrada e saída de colegas, no que eles acabam desmentindo tudo [a denúncia das mulheres].

Tatiana: A maioria dos homens dizem que esta Lei veio para estragar nossas mulheres.

Vale observar que essa estratégia dos homens se colocarem na condição de vítima, culpabilizando com isso as próprias mulheres, decorre da própria visão que pauta o sistema judiciário, qual seja, a do direito positivo, que polariza situações cabendo, no caso da violência, ser agressor ou ser vítima. Esse tipo de questão é discutido amplamente por RIFIOTIS (2008) referindo-se a situações de julgamentos nos quais é possível identificar a existência de disputa por assumir um ou outro lugar frente à justiça, situação essa que a perspectiva feminista procura romper ao não considerar a mulher como vítima, mas como sujeito de direitos, autônoma, empoderada, portanto capaz de encontrar saídas frente a uma situação de violência que a oprime, pelo exercício da dominação masculina que a identifica como mero objeto de propriedade do homem.

Por outro lado, na perspectiva de nossos entrevistados, muitos homens apresentam novas versões justificando a violência praticada pelo estado de embriaguez.

Deny: Os homens sempre dão alguma versão em relação aos casos de violência, outros alegam que estavam embriagados.

Nando: Depois de ouvidos, os homens alegam que estavam embriagados.

Vale considerar que se a alegação dos homens, ao praticarem violência, costuma ser justificada em virtude da não sobriedade pela prática do alcoolismo, podemos considerar que tal estratégia de defesa, antes de representar uma justificativa, propriamente dita, apontaria, na realidade, para uma busca de não responsabilização por parte dos mesmos, pela agressão praticada.

Exemplo característico da naturalização da violência pela internalização de uma cultura tradicional, baseada no poder masculino, em moldes patriarcais, que se sobrepõe aos direitos humanos das mulheres pode ser observada na fala de Samuel, abaixo apresentada, quando atribui à prática da violência uma possível ação pedagógica em relação à mulher:

Samuel: Os homens acham que praticando a violência contra a mulher estão a educar, a combater a infidelidade.

O relato de uma mulher entrevistada por ARTHUR e MEJIA (2006) vai ao encontro da ideia do emprego da violência contra a mulher, como estratégia pedagógica, ilustrando assim a fala de Samuel, antes mencionada por representar a ideia de legitimação da submissão feminina ao poder masculino, na sociedade moçambicana:

Ele bate-me, mas nunca cheguei a ponto de levar uma porrada capaz de até pararmos em resoluções com familiares. A porrada que recebo é uma porrada de educação, porque talvez tenha feito algum mal que a ele não agradou, mas não é sempre. (...) (ARTHUR e MEJIA, 2006, pág. 99) [grifo nosso]

Segundo esses mesmos autores, ao estudarem os homens agressores de Moçambique observaram que os mesmos, muitas vezes, reconhecem ter agredido a mulher, mas, alegam “ter tido motivos” e consideram que quando a mulher reage e também agride o companheiro, a agressão cometida fica justificada, conforme relato de um dos entrevistados dessas autoras:

É um problema recente que tivemos com a minha mulher. Ela não queria se encontrar comigo, quando eu vou na cama dela ela manda-me para outra cama. Então, discutimos,

chegamos o ponto de trocarmos porrada. [Eu pergunto] porque é que você está aqui, qual é a sua função? É o nosso problema. (...)

Agora quando fala ela vai parar ali, começa a falar muito, então é quando eu já subo a temperatura. Porque não fala como se estivesse a falar com o marido. Fala como se estivesse a falar com uma pessoa da estrada. Eu falo: vamos fazer assim, assim, assim. Ela grita: eu não posso fazer. Com voz activa. Por isso, muitas vezes não se entendemos bem. (...) (ARTHUR e MEJIA, 2006, pág. 98). [grifos nossos]

Depreende-se daí, portanto, a ideia de que existe uma cultura e um padrão de comportamento masculino, considerado superior ao da mulher, aceitos na sociedade moçambicana que acabam por legitimar a prática da violência contra a mulher notadamente no âmbito das relações familiares, ainda consagrado como reduto privado e *locus* do exercício do poder masculino, em moldes patriarcais.

Nos estudos sobre masculinidades, Robert Connel emprega, de acordo com MISTURA (2015), o conceito de masculinidade hegemônica para designar e denotar esse tipo de comportamento masculino presente em sociedades que conservam fortes traços de uma cultura patriarcal, a exemplo de muitas regiões da sociedade brasileira e, ao que tudo indica, da sociedade moçambicana.

Em seu estudo sobre homens agressores denunciados pela Lei brasileira Maria da Penha que participaram de grupos de discussão denominados “Grupos Reflexivos”, MISTURA (2015) observa que esse tipo de conceito, de Connel, permite identificar muitas das características presentes no pensamento atual dos homens brasileiros, podendo ser entendido como “uma forma culturalmente idealizada de caráter masculino” ou, ainda, de acordo com o próprio Connel, um padrão de práticas que possibilita a dominação de outras masculinidades consideradas subordinadas ou marginalizadas, como por exemplo, os homossexuais, pela expressão, que carregam, de características consideradas femininas. Nesse

particular, as próprias mulheres passam a ser consideradas como subalternas a essa masculinidade hegemônica.

MISTURA (2015) acrescenta, ainda, que segundo Connel, a masculinidade hegemônica não tem um caráter fixo e que não é igual em qualquer tempo e lugar e que tal masculinidade pode atuar como uma utopia para os homens, uma vez que é possível que nenhum homem real possua todos os atributos desejados, mas funciona como uma forma de expressão dos ideais, desejos e fantasias amplamente difundidos por uma dada cultura, sobretudo aquelas cujas mudanças ocorrem mais lentamente, o que parece ser o caso notadamente de Moçambique.

4.8.2. Sobre a dinâmica do atendimento aos homens agressores

Sobre a notificação

Segundo os profissionais, após a denúncia por parte da mulher, são expedidas até três notificações ao denunciado, intimando-o a depor, conforme ilustram falas abaixo:

Zaina: Notificamos três vezes e no caso de não comparecer faz-se a diligência.

Severino: Dá-se primeiro aviso, manda-se segundo, até o terceiro, e se continuar a não comparecer, manda-se mandado de captura.

Tatiana: Notificamos três vezes e se o acusado recusa-se aparecer fazemos busca e captura para a Esquadra.

Deny: Depois de três notificações, se a pessoa não comparecer na delegacia emite-se um mandado de captura, para o efeito.

Conforme podemos observar, pelas falas acima o denunciado recebe até três notificações a partir das quais, não havendo comparecimento à delegacia, é expedido o “mandado de captura” para que a polícia possa detê-lo e conduzi-lo à delegacia. Nos casos, em que mesmo com o mandado de captura expedido o denunciado não é localizado, o processo segue à revelia, de acordo com relatos a seguir:

Marta: Abrimos processo à revelia, e depois este é notificado com a PC local.

Samuel: Transfere-se o caso à Procuradoria com o informe de ausência do homem.

Aurora: No caso de homens não comparecerem abre-se um processo criminal.

Belita: O procedimento é lavrar-se o auto e mandar ao tribunal.

Em relação ao modo de como os homens denunciados por violência contra a mulher são ouvidos nas delegacias, os relatos dos profissionais, abaixo indicados, apontam para o princípio da inocência, até prova em contrário, assim como da igualdade, buscando não fazer distinção entre vítima e agressor, tendo em vista o que se considera como ampla defesa.

Tania: Os homens são ouvidos de igual forma como as mulheres.

Marta: Homens são ouvidos de tal [da mesma] maneira que todas as vítimas. Merecem o bom atendimento.

Antonio: Estes são ouvidos como a qualquer denunciante e falam como tudo teria iniciado.

Aurora: Dão sua versão do caso.

Ao darem, conforme menciona Aurora, a “sua versão do caso”, esse processo de oitiva para o depoimento dos homens nas delegacias, ocorre, ao que parece, segundo relatos abaixo, na presença da denunciante.

Peninha: Na Delegacia, seja homens como mulheres são ouvidos juntos, as suas declarações às vezes tentam justificar na opção de ter razão.

Jaime: Os homens [são] ouvidos como se fossem qualquer denunciante com a presença da vítima e uns justificam apenas para ter saída e outros, não.

Alberto: Eles são ouvidos através de questões junto com a vítima presente e se tiver testemunhas.

Em relação a esse aspecto, vale considerar, segundo descrição do Diário de Campo da investigadora, o seguinte relato:

Ao acompanhar o depoimento de um homem agressor, a mulher que o denunciou encontrava-se presente. Nessa ocasião havia o confronto entre a versão dada pelo homem com o relato dado pela mulher no momento da denúncia. Em alguns casos, esse momento de depoimento pode resultar em acordo, como é o caso de não pagamento de pensão alimentícia.

Considerando esse relato registrado no Diário de Campo, ao lado de outros aspectos, podemos apontar para a relevância de se pensar sobre a possibilidade de que muitas denúncias finalizem seu processo na própria delegacia, o que apontaria para alguns limites e possibilidades dos homens serem realmente punidos, tendo em vista as várias nuances que os casos de violência assumem na realidade moçambicana.

Nos relatos de nossos entrevistados, a ideia geral apresentada pela quase totalidade dos profissionais é a de que a Lei 29/2009 tem contribuído para a punição dos infratores, quando assim indagados: “O/a senhor/a considera que os homens estão sendo devidamente julgados e punidos por seus atos de violência doméstica contra mulheres, baseado na lei 29/2009?” As falas abaixo exemplificam esse tipo de narrativa:

Nando: É evidente que os homens que cometem tais violências estão ou são julgados e severamente punidos.

Estefania: Claro, através desta Lei pretende preservar as famílias.

Peninha: Com certeza, até depois do julgamento são responsabilizados pelo ato.

Marta: Sim, homens estão sendo devidamente julgados porque esses agiam de má fé.

Vania: Os homens que praticam violência são responsabilizados e punidos.

Belita: Justamente, porque o processo está sendo bem encaminhado.

Nos relatos dos profissionais acima mencionados a punição é considerada como, por assim dizer, um fato incontestável, notadamente por expressões empregadas como “é evidente”, “claro”, “com certeza”, pela simples existência da Lei 29/2009 sem, portanto, realizarem nenhum tipo de reflexão acerca de seu alcance e limite. Em outras falas, a exemplo de Joana, podemos observar que a despeito de uma pequena relativização à incontestabilidade da punição pela existência da Lei, a entrevistada se aproxima da perspectiva presente nos relatos acima apresentados:

Joana: Acho que sim, estão sendo devidamente julgados e punidos como diz a Lei 29/2009.

Em outros depoimentos, a questão da aplicação da Lei aparece como que garantida pela própria existência da Lei e de seus princípios, sem maiores considerações, portanto, ainda carente de reflexão sobre o alcance e limites da mesma, como acima sinalizado:

Samuel: Sim, cada um é responsável pelos seus atos e responsabiliza-se.

Camilo: Os homens que praticam as tais violências são responsabilizados pelos seus atos e punidos nos termos da lei.

Antonio: Afirmativo, não foge a regra, tudo anda como é, julgados e ainda são penalizados.

Em relação às falas de Severino e Alberto, merece destaque a ideia subentendida, em termos do pressuposto do alcance da Lei.

Severino: Afirmativo, com esta lei consegue-se julgar e chega a ser punido.

Alberto: Claro, aqueles infratores com certeza estão [sendo punidos] e ficam mesmo arrependidos e juram nunca fazer tal coisa igual a esta.

Se para Severino a Lei permite às delegacias fazer justiça, em termos de dar início a um processo contra homens agressores de mulheres, na fala de Alberto a ideia presente é a de que a Lei possibilitaria, inclusive, uma mudança de atitude e mesmo comportamento, por parte dos homens denunciados.

Dois relatos merecem igualmente destaque por relativizarem a ideia da punição assim como do alcance da Lei, considerando que a mesma abre possibilidade para penas alternativas. Tratam-se das falas de Deny e Ana:

Deny: Os homens estão sendo ouvidos e alguns punidos por causa das suas atitudes, ou comportamentos desviantes.

Ana: Não, porque o tribunal tem dado penas de 6 meses que são convertidas em multas...

Vale observar que o destaque, acima mencionado, refere-se quer a menção de Deny, de que nem todos os homens são punidos, mas notadamente ao relato de Ana que ganha expressão quando se considera, a partir da própria experiência brasileira, que a Lei Maria da Penha (11340/06) buscou superar os limites da punição aos homens denunciados por agressão, quando existia a possibilidade de conversão da pena por violência contra a mulher em multa ou prestação de serviços a comunidade (Lei 9099/99), porque considerada uma limitação, não somente em termos de

punição, mas igualmente, à real proteção e prevenção da violência contra as mulheres.

Assim, esse tipo de relato, que se relaciona com a questão da remissão da pena prevista na Lei 29/2009, de Moçambique, ganha expressão na medida em que se relaciona com a discussão do alcance e limites que a Lei possui para a punição, de fato, de homens agressores e será objeto de discussão no item a seguir, merecendo, ao que parece, maior reflexão por parte dos operadores do direito acerca das possibilidades de maior ou menor alcance das próprias atividades que desempenham, no âmbito das delegacias, o que implicaria a necessidade de melhor capacitação dos mesmos em relação ao próprio texto da Lei e de seus limites frente à própria posição hegemônica do homem na sociedade moçambicana em detrimento dos próprios direitos das mulheres, em termos de desigualdade e iniquidade de gênero.

4.9. Sobre o alcance e limites da Lei

4.9.1. Contribuição da Lei para a diminuição da impunidade dos casos de violência contra a mulher

Em relação à indagação sobre a contribuição da Lei para a diminuição da impunidade nos casos de violência contra a mulher houve unanimidade entre todos os entrevistados de que a Lei foi fundamental para a diminuição da violência, assim como da própria impunidade, a despeito de limites. Vale ressaltar, nesse conjunto de respostas acerca dos limites, os relatos de Jaime e Antonio que mencionam o restrito alcance da Lei para algumas regiões onde a mesma não foi devidamente divulgada ou mesmo aplicada.

Jaime: De outro jeito diria que sim, mas algumas regiões, com grande esforço que os governantes fazem ignorar.

Antonio: De alguns momentos posso dizer sim, colaborou nessa diminuição, mas em algumas zonas, onde esta lei não é conhecida, não.

Em relação aos motivos mencionados em relação à contribuição da Lei para as referidas diminuições da violência contra a mulher, assim como a impunidade em relação ao homem, podemos destacar algumas falas específicas:

Tania: Colaborou, sim, quando a pessoa é pega na Lei aí aprende mais.

Nando: Sim, porque a Lei veio para regular as mesmas atitudes cometidas pelos homens que ignoram os direitos das mulheres.

Severino: Claro, com a chegada desta lei a melhoria nos lares, assim como muitos casos encaminhados às DDM.

Alberto- R- Claro que diminuiu, e mantem boas relações nos lares assim como na comunidade.

Conforme podemos observar, a ideia da ação pedagógica da Lei 29/2009 apresenta-se mais uma vez, conforme já observado em item anterior nas falas de Tania e Nando, são reiteradas nas falas de Severino e Alberto em termos de seu alcance na mudança das próprias relações familiares e conjugais.

Nas falas de Zaina, Marta e Peninha podemos observar que embora se considere a relevância do alcance da Lei para a diminuição dos casos de violência em relação à mulher, tal diminuição é diferenciada nos relatos desses entrevistados.

Zaina: Com a implementação desta Lei posso dizer que os casos diminuíram um pouco porque os homens sabem que a Lei pune.

Marta: Diminuiu muito, porque a maior parte dos homens começou a diminuir esse prática de violentar mulheres.

Peninha: Esta lei foi de mais valia porque conseguiu diminuir alguma porcentagem na violência.

Muito embora a ideia da diminuição da violência contra a mulher seja uma constante na totalidade dos relatos dos profissionais entrevistados, vale observar percepções diferenciadas quanto a essa diminuição ser significativa ou relativa, em termos quantitativos, conforme apontam as falas acima apresentadas.

Segundo dados disponíveis na publicação intitulada “Mulheres e Homens em Moçambique – Indicadores Seleccionados de Gênero – 2013”:

A maioria das pessoas que reportaram serem vítimas de violência doméstica é do sexo feminino. De acordo com o IDS-2011, foi recolhida informação sobre três tipos de violência, a física, sexual e emocional. E os resultados mostram que a violência física é a mais comum, sendo as mulheres principais vítimas. Segundo a informação reportada pela polícia nos gabinetes de atendimento às vítimas de violência doméstica, o número de casos de violência reportados é ainda muito reduzido no País cerca de 10 em cada 10 000 habitantes. (Mulheres e Homens em Moçambique – Indicadores Seleccionados de Gênero – 2013).

Segundo dados disponibilizados à pesquisadora pelo Comando Provincial da PRM - Cidade de Maputo, onde são arquivados todos os registros de ocorrências relacionadas à violência contra a mulher da Cidade de Maputo, podemos observar o comportamento dos dados em relação aos números de denúncias, como apresentados na tabela 2, a seguir:

Tabela 2: Distribuição da violência contra mulheres maiores de 18 anos segundo modalidades e ano de ocorrência (2008-2014) em Maputo - Moçambique

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Tipo de viol. /Ano							
Viol. física simples	1540	1540	1597	952	769	1094	1289
Viol. física grave	54	54	44	71	35	47	20
Violação da mulher	46	89	0	23	09	15	28
Cópulanão consentida	0	0	26	04	02	01	04
Viol. psicológica	91	91	630	365	1074	337	357
Viol. moral	436	436	452	96	360	35	19
Viol. Patrimonial	--	--	471	545	635	398	154
Viol. social	--	--	08	180	21	07	04

Fonte: República de Moçambique – Ministério do Interior – Comando Provincial da PRM

A tabela acima, que contém as diferentes formas de violência previstas pela Lei 29/2009 pode ser melhor visualizada em termos de comportamento dos dados no gráfico 4, apresentado a seguir.

Gráfico 4: Distribuição da violência contra mulheres maiores de 18 anos, segundo modalidades e ano de ocorrência (2008-2014) em Maputo - Moçambique

Fonte: República de Moçambique – Ministério do Interior – Comando Provincial da PRM

Podemos observar, no gráfico 4, acima apresentado, que os maiores valores de denúncias permanecem, em todo o período analisado, com destaque para quatro modalidades de violência contempladas na Lei 29/2009, cabendo, o primeiro lugar, à violência física simples, que se destaca de maneira evidente em relação às três outras modalidades que se mostram também expressivas, embora com valores menores, quais sejam, as violências psicológica, patrimonial e moral.

No entanto, podemos observar que as mesmas não apresentam, no seu conjunto, uma tendência que possa ser observada, a exceção da violência simples, ainda bastante frequente na sociedade moçambicana, uma vez que se evidencia o que podemos caracterizar como uma oscilação presente em praticamente todas as modalidades, com exceção da violência

patrimonial que parece apresentar um comportamento descendente, a partir de 2011, período de vigência da Lei.

Em relação à violência física simples, vale observar os altos valores existentes nos três primeiros anos analisados, ou seja, 2008 a 2010, verificando-se uma queda significativa a partir do ano 2011. No entanto, não se observa, a partir desse ano de 2011, nenhuma tendência, ascendente ou descendente, mas sim uma oscilação que apontaria, ao que parece, para uma pequena elevação se considerarmos os anos de 2011 a 2014.

Em relação à violência moral, podemos observar a tendência à queda nos registros de violência, considerando que o ano de 2010 apresenta um pico, em termos do registro desse tipo de violência. Em relação à violência psicológica observa-se uma ausência de tendência, mas, sim, uma oscilação notadamente quando se considera os anos de 2010 a 2012.

Vale observar que esse tipo de comportamento dos dados, ao referir-se aos registros de denúncias com base na Lei 29/2009 aponta, em certa medida, para o tipo de alcance que a mesma vem apresentando em relação à determinadas modalidades de violência, mais facilmente denunciáveis. Isso tendo em vista que algumas delas, embora reconhecidas pela Lei, portanto, presentes na realidade da sociedade moçambicana, não apresentam, em termos de denúncia, nenhuma expressão, como são os casos da violência física grave, violação da mulher, cópula não consentida, assim como violência social.

Nesse sentido, consideramos que somente as possibilidades de um maior alcance da Lei, que contemplem a própria garantia do reconhecimento dos direitos das mulheres, em relação à igualdade e equidade de gênero, poderiam melhor retratar a aproximação dos dados estatísticos da realidade vivida pelas mulheres, em termos de violência praticada por homens contra as mesmas no país.

4.9.2. Outros procedimentos para controle e diminuição da violência contra a mulher e limites do alcance da Lei

Para alguns profissionais, o destaque à diminuição da violência contra as mulheres apresenta-se referido à proteção que a Lei oferece às mulheres em situação de violência doméstica, não somente pela sua implementação, mas igualmente pela sua divulgação, conforme ilustram as falas a seguir:

Joana: Acha que sim porque a maioria delas tinham medo de quebrar o silêncio.

Samuel: Sim, desde que foi implementação com trabalho de divulgação de Lei, tem a referir que as mulheres se sentem protegidas.

Tatiana: Sim, a contribuição da Lei para diminuição da impunidade é através das palestras que são dadas nos bairros.

A despeito da importância que todos os profissionais entrevistados atribuem à Lei e a sua implementação, alguns tipos de dificuldades foram apontadas em termos de recursos disponíveis nas delegacias que limitam o alcance e as possibilidades de resolução dos casos de violência contra a mulher.

Na fala de Estefania, abaixo, podemos observar a grande amplitude que tais dificuldades representam, na sua perspectiva:

Estefania: As dificuldades são enormes, acomodação, logística.

Em relação ao que Estefania menciona de dificuldades de acomodação, podemos observar, em que termos as mesmas se apresentam, segundo outros relatos abaixo apresentados:

Tatiana: A acomodação das vítimas quando estas chegam à noite. Quando o marido lhe bate e esta fez para vir meter a queixa e nós, agentes, acolhemos até o dia seguinte já com uma notificação para ouvir o acusado.

Belita: Falta de transporte e abrigo. Nos casos dos casais que brigam em alta noite, acabam passando mal à noite na delegacia.

A questão da acomodação mencionada nos relatos anteriores encontra-se estreitamente relacionada aos relatos proferidos por Zaina e Joana, quando apontam as dificuldades do trabalho nas delegacias decorrentes da própria inadequação do espaço físico disponível para o desenvolvimento das atividades necessárias ao atendimento das mulheres em situação de violência e homens agressores.

Zaina: Primeiro, o espaço usado não é prático para atendimento desses casos. Exemplo, caso de uma mulher violada sexualmente ou estuprada.

Joana: São vários problemas, primeiro porque não temos os nossos gabinetes para fazer o nosso atendimento, os próprios meios não existem.

Ao lado da questão da inadequação do espaço, apontada nos relatos acima, outra questão que se apresenta nas falas dos entrevistados, já mencionada acima por Joana, refere-se à questão dos escassos recursos financeiros, em diferentes níveis, conforme falas abaixo:

Marta: A dificuldade é de falta de patenteamentos [condições de trabalho e de carreira] aos especialistas. Primeiro falta de subsídio e segundo falta de computadores nas esquadras [delegacias].

Tania: Falta de fundo para apoiar as vítimas, caso necessite.

Ana: Falta de material e transporte.

Pelos relatos acima, podemos observar que a escassez de recursos apontada por Marta, Tania e Ana dificulta, ao que parece, não somente o desenvolvimento das atividades pelos profissionais, mas, inclusive, a própria

gestão das delegacias, tendo em vista a necessidade de maior alcance do trabalho das mesmas para o processo de implementação da Lei 29/2009, aspecto esse relacionado ao que antes foi mencionado por Estefania, em termos de deficiências de logística.

Considerando que a questão da logística relaciona-se com as possibilidades de uma gestão de recursos de diferentes naturezas, quais sejam, humanos, materiais e informacionais, podemos refletir acerca de que limites, em termos de gestão, podem implicar dificuldades como, por exemplo, as apontadas por outros profissionais para o próprio cumprimento da Lei 29/2009, em relação à busca e apreensão de homens agressores denunciados e obtenção de provas.

Samuel: Atendendo e considerando que o poder de detenção está nas mãos da Justiça, temos dificuldade de localizar e capturar o infrator para responsabilizá-lo do ato.

Peninha: As dificuldades são imensas quando nos aparece numa alta noite na tentativa de averiguações fica muito difícil.

Jaime: As dificuldades são enormes porque às vezes nos chegamos depois de passarem os sinais, é diferente. Aliás, é difícil ter provas. O que tem que acontecer é chegar na hora exata.

Deny: As dificuldades são enormes, muitas das vezes as pessoas após terem sofrido uma agressão demoram muito em denunciar os casos.

Severino: As dificuldades são muitas, às vezes existem situações que devem ser efetuadas de imediato, se tiver condições. Muito difícil é a logística.

Diante da seguinte indagação: “Além da Lei, que outros procedimentos o/a senhor/a considera importantes para diminuir ou controlar a violência contra a mulher em Maputo - Moçambique?” podemos observar alguns profissionais que não identificam nenhum outro procedimento, além da Lei, e outros que identificam alguns procedimentos estreitamente relacionados ao próprio processo de implementação da Lei.

Em relação àqueles que vêem na Lei o procedimento por excelência, podemos destacar as falas de Tania e de Tatiana, como exemplificadoras:

Tania: A Lei é o único procedimento, até então.

Tatiana: Sim, porque se não fosse a Lei não sei o que seria.

Em relação aos profissionais que mencionam a existência de outros procedimentos destaca-se, primeiramente, a ideia da punição exemplar que se apresentaria, ao que parece, em termos da já mencionada ação pedagógica que a implementação da Lei poderia proporcionar, ampliando o seu alcance em termos da necessária responsabilização dos homens, perante a Lei, pela violência cometida contra as mulheres.

Marta: Prender para mudar de comportamento.

Jaime: Outros procedimentos na minha ótica, primeiro é punir os infratores e serem [casos] exemplares e em seguida é sensibilizar de modo a mudança que faça.

Severino: Punir severamente os infratores e responsabilizá-los pelos seus atos, no sentido de serem exemplares.

Estreitamente relacionado ao processo de implementação da Lei 29/2009, encontram-se mencionados, por outros profissionais, algumas atividades relacionadas à divulgação da Lei e à sensibilização da sociedade, em relação à violência, como outros procedimentos que contribuiriam para a diminuição da própria violência no país.

Estefania: Outros procedimentos efetivaram frequentemente nas igrejas, escolas, mercado, palestras e teatro do combate a este mal.

Aurora: Palestras nos bairros, nas comunidades, nos hospitais.

Antonio: A instituição competente deve promover sempre palestras nas escolas e nas igrejas, enfim, para o seu conhecimento.

Alberto: Ministrar as palestras nas zonas rurais e recônditos, assim divulgar a lei nas rádios e na televisão, etc.

Peninha: Outros procedimentos mais importantes, a instituição componente promover campanha até nas zonas rurais onde cada vez mais este tipo de mal acontece na tentativa de informar o povo sobre a violência para não ficar calado.

Ana: Além da lei pode se fazer palestras de sensibilização nas comunidades e capacitar os líderes comunitários no combate à violência dentro das comunidades.

Podemos observar, pelas falas acima, que os profissionais entendem como outros procedimentos a própria ampliação da divulgação da Lei, utilizando mais amplamente os meios de comunicação, como rádio e televisão, assim como a sensibilização nas instituições como escolas, igrejas, hospitais, bairros, enfim, nas comunidades. Tais procedimentos apresentar-se-iam, portanto, como atividades estratégicas para que a Lei pudesse ser amplamente conhecida não somente pelas mulheres, mas igualmente pelos homens e também reconhecida como relevante em nível das próprias instituições que são formadoras de opinião como igrejas, escolas, teatros, assim como espaços públicos de interlocução, a exemplo de mercados.

Podemos, assim, observar que o maior alcance da Lei não prescindiria, portanto, de um trabalho amplo que envolvesse vários setores da sociedade, capacitando, inclusive, de acordo com o relato de Ana, líderes comunitários “no combate à violência dentro das comunidades”.

Decorrente desse tipo de preocupação, vale sinalizar a experiência de formação de Promotoras Legais Populares no Brasil, desde a década de 1990, conforme descrevem DOURADO e SOARES (1998), em excerto abaixo:

Em 1992, a equipe da Themis teve contato com o projeto de capacitação legal para mulheres dos setores urbanos de baixa renda do Comitê Latino Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM). A partir daí, formulou um projeto para a implementação do

curso de Formação de Promotoras Legais Populares em Porto Alegre com o objetivo de capacitar lideranças comunitárias femininas. O curso de formação devia dar-lhes conhecimentos básicos de Direito, dos meios legais para defender os seus direitos de cidadania, e ainda ensinar a multiplicar esses conhecimentos e atitudes na comunidade onde vivem. (DOURADO e SOARES, 1998. p. 5)

De acordo com OLIVEIRA (2006) que toma essa temática em sua dissertação de mestrado, além da equipe da Themis, esteve presente em curso promovido pelo Comitê Latino Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), em maio de 1992, a ONG União de Mulheres de São Paulo que, junto com a equipe da Themis, teve a iniciativa de promover, através do Curso de Formação de Promotoras Populares Legais, a capacitação legal de mulheres no Brasil, apontando para a pluralidade de entidades envolvidas na proposta, dada a relevância diante dessa grave problemática social.

Nesse curso, desenvolvido até o presente ano de 2016, são ministrados o conhecimento acerca das leis e de mecanismos jurídicos possíveis de serem acessados pelas próprias mulheres, normalmente líderes populares, que são capacitadas a intervir em situações de violência contra mulheres.

Iniciativas dessa natureza mostram sua relevância quando se considera que em alguns países da América Latina, como Peru, Chile e Argentina, essa iniciativa já havia ocorrida, ao menos uma década antes de surgir no Brasil. (DOURADO e SOARES, 1998).

Vale considerar que Moçambique apresenta, ao que parece, grande abertura para tipos de iniciativas dessa natureza considerando que, segundo ressalta OSÓRIO et al (2008), uma peculiaridade do sistema judiciário moçambicano consiste no seguinte fato: “exercício da atividade judicial não é privativo dos juízes profissionais ou de direito”, mas, pode ser exercido também por cidadãos leigos eleitos por assembleias populares, o que, ao

menos em tese, sugeriria uma participação popular mais intensa relacionada às decisões judiciais.

Em termos do alcance e limites da aplicação da Lei 29/2009, a literatura especializada aponta para muitas das questões a que se referem os nossos entrevistados, em seus relatos, em geral.

MAXIMIANO (2013) aponta que existem diversos obstáculos à aplicação da Lei 29/2009, em Moçambique, como a dificuldade na obtenção de provas, falta de meios para que as instituições operem e cumpram a sua função e falta de capacidade de intervenção de alguns atores no processo. Isso, além do que a autora chama de “constrangimentos culturais”, referindo-se aos valores, hábitos e práticas que existem e perduram na sociedade moçambicana.

NHAMPOCA (2013) também considera que ainda existam dificuldades na implementação da Lei e elenca alguns desafios, entre eles, a melhoria da qualidade do atendimento pelas instituições do país, desenvolvimento da capacidade de respostas às solicitações de socorro, expansão de gabinetes modelos com prioridade para Cidade de Inhambane, Maxixe e Angoche que, segundo o autor, estão em processo. NHAMPOCA (2013) aponta, ainda, como desafios, a conciliação dos aspectos socioculturais de Moçambique com os ditames da Lei e a sua aplicabilidade, considerando o contexto específico das comunidades do país.

Em relação ao tradicionalismo cultural de Moçambique, funcionando como obstáculo para a implementação da Lei 29/2009, cabe considerar resultados da pesquisa da autora moçambicana Graça JULIO (2013), que realizou entrevistas com profissionais do sistema judiciário, como procuradores, juízes, agentes policiais, assim como trabalhadores de ONGs, tendo em vista compreender a visão desses profissionais a respeito da violência doméstica contra a mulher, assim como as dificuldades e problemas encontrados na aplicação da Lei. Segundo a mesma autora, seu estudo procurou compreender uma área de estudo que fosse representativa

de todo o país. Consideramos que os relatos de dois entrevistados, apresentados pela própria autora no mesmo parágrafo, representam casos exemplares do que consideramos uma visão conservadora de membros do próprio poder judiciário, portanto, operadores e aplicadores da Lei 29/2009, tendo em vista notadamente o que consideram ser um impacto negativo dessa Lei para a sociedade moçambicana, afirmando que:

...[A Lei] está “a contribuir para a promiscuidade, desobediência, falta de respeito por parte das mulheres e destruição de muitos lares” (Procuradoria de Dondo). Outro entrevistado apontou que as comunidades recorrem à lei até para resolver aquilo que eles entendem como sendo “pequenos problemas conjugais” (Gabinete de Atendimento de Dondo). (JULIO, 2013. p. 28)

Com esses relatos, secundados por esse tipo de literatura, evidenciam-se, portanto, dificuldades culturais para além daquelas colocadas pelos nossos próprios entrevistados, a serem enfrentadas no país para a implementação de uma lei que defenda, de fato, as mulheres, uma vez que persiste a ideia, ao que parece ainda cristalizada na sociedade moçambicana, de que a mulher deve obediência ao esposo, ficando constatada a natureza desigual da relação entre homens e mulheres e a grande importância dada não somente à família, mas, ao casamento, a saber, importância maior que aquela dispensada, ao que parece, ao ser humano mulher, tendo em vista o artigo 37 (trinta e sete) da Lei 29/2009 onde se lê que “a aplicação da presente Lei deve ter sempre em conta a salvaguarda da família.”

Outros resultados dessa investigação, que se diferenciam dos relatos de nossos próprios investigados, também operadores do direito, refere-se ao que a autora apresenta em seu trabalho notadamente como desvantagens da Lei, nas quais essa visão conservadora, antes apontada, se evidencia em

relação a outros aspectos relacionados à família, sumarizados pela mesma, em uma das consideradas desvantagens, abaixo descrita:

“Os intervenientes do IPAJ [Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica] na província de Sofala destacaram que esta Lei cria uma série de problemas sociais às famílias pois (i) fomenta mais divórcios porque a mulher agora “queixa-se” por tudo e por nada, (ii) aumenta os desentendimentos entre os cônjuges, (iii) amplia os desentendimentos com a família do cônjuge condenado e sentenciado, (iv) deixa as crianças desamparadas em função dos divórcios que ocorrem como consequência da implementação da Lei”(JULIO, 2013. p. 27)

Como vantagens da implementação da Lei 29/2009 para Moçambique, vale referir, ao que a autora menciona que seus entrevistados consideram como pontos positivos, ou seja, a inovação que a Lei trouxe, sobretudo em relação a uma melhor tipificação dos crimes de violência doméstica, a participação mais ativa do Ministério Público e dos Gabinetes ou Delegacias de Atendimento da Polícia, conduta mais humana e responsável dos homens, assim como as próprias remissões das penas.

Vale finalizar destacando outra vantagem apontada pelos entrevistados da referida autora, operadores da justiça, que se refere à questão da acessibilidade do texto da Lei ao cidadão comum:

Por ser uma lei que não tem uma linguagem eminentemente jurídica, é [inteligível] para qualquer cidadão. É uma lei com uma simples leitura, as pessoas conseguem aferir qual a atitude a tomar perante determinada situação. (JULIO, 2013. p. 27).

Como contraponto à posição dos entrevistados de Graça JULIO (2013) antes mencionada, vale destacar reflexão apresentada pelo Juíz de Direito do Tribunal Judicial do Distrito de Magude – Maputo, Hermenegildo Pedro CHAMBAL (2013), em relação à questão da interpretação vigente do

artigo 37, relativa a expressão “salvaguarda da família” contida na Lei 29/2009 que, se interpretada nos moldes antes observados no trabalho não teria sentido jurídico legal, uma vez que legitimaria a própria permanência da mulher em situação de violência, o que seria um contrassenso ou paradoxo do ponto de vista jurídico e legal.

Nesse sentido, esse autor vê implicações práticas da regra de “salvaguarda da família” no processo de aplicação da Lei 29/2009, notadamente em termos do alcance que a mesma possa ter para a proteção das mulheres, especialmente quando se considera que muitas mulheres permaneceriam vivendo em situação de violência, sob o aval da própria justiça.

Esse tipo de discussão apresenta, portanto, importantes desdobramentos que se relacionam de maneira específica com a questão da remissão da pena prevista na Lei 29/2009 a ser discutida a seguir.

4.9.3. Remissão da pena e desafios à implementação da Lei 29/2009

No tratamento da questão da remissão das penas e os possíveis desafios à implementação da Lei propusemos a seguinte pergunta aos entrevistados: “O que o senhor/a pensa a respeito da remissão da pena nesses casos de violência contra a mulher? Ela ajuda ou atrapalha a implementação da Lei para a proteção da mulher?”

Para a maioria dos profissionais entrevistados, a questão da remissão da pena, que abre as possibilidades para juízes substituírem as penas de detenção e reclusão imputadas aos agressores em penas alternativas como, por exemplo, prestação de serviços à comunidade, pagamento de multas, e/ou pagamentos de cesta-básica, não dificulta ou atrapalha a implementação da Lei, ao contrário, contribui, cabendo destaque à ideia presente em tais relatos de sua função educativa.

Assim, podemos observar que a remissão de pena, a despeito de seus limites, do ponto de vista da punição do agressor, é considerada pela maioria dos entrevistados como positiva na medida em que representaria a possibilidade de uma ação pedagógica à mudança do comportamento dos homens, em relação à naturalizada prática da violência contra a mulher em Moçambique, conforme exemplificam algumas falas a seguir:

Tatiana: É boa, porque, assim, eles respeitam suas esposas.

Samuel: Ajuda, após cumprir a pena mudam o comportamento social.

Marta: Ela ajuda, sim. Pode impedir a punição, ou não, dos agressores quando esses comportam-se bem.

Severino: Até a sua remissão ajudou para ["punir"] aqueles infratores, pois o funcionamento [da Lei] é complicado.

Para outros entrevistados, a remissão da pena contida na Lei 29/2009 representa, ao contrário, uma limitação para a aplicação e implementação da mesma, uma vez que os infratores não são devidamente punidos, o que implicaria numa fragilidade da Lei, em termos da garantia dos direitos das mulheres e da devida proteção às mesmas, tendo em vista suas vulnerabilidades frente à tradicional prática da violência contra a mulher na sociedade moçambicana.

Antonio: Esta a encobrir a sua implementação, assim a proteção fica reduzida.

Ana: A remissão da pena atrapalha, mesmo porque quando o agressor converte a pena em multa ele volta e comete o mesmo, porque vai pagar.

Alberto: Esta remissão trouxe mais fraqueza no seio das vítimas e mais liberdades aos infratores.

Vale destacar que, nos três relatos acima, nossos entrevistados apresentam um contraponto às falas anteriormente apresentadas por outros

profissionais que valorizam a existência da remissão como uma forma de pedagógica eficaz para a própria modificação do comportamento dos homens em relação à tradicional prática da violência doméstica.

De uma maneira mais reflexiva, tais profissionais apontam para outras questões oriundas da remissão da pena, como proteção reduzida à mulher, reincidências no mesmo crime e, sobretudo, segundo fala de Alberto, uma maior vulnerabilidade para as próprias vítimas invertendo, assim, a lógica dos princípios da Lei, uma vez que muitas mulheres acabariam tendo que permanecer submissas à situação de violência, uma vez que os próprios companheiros estariam quites com a Lei e livres para novas práticas de violência.

Para o juiz de direito moçambicano CHAMBAL (2013), antes mencionado, a questão da regra da “salvaguarda da família” presente no artigo 37 da Lei 29/2009 ao ser “invocada como um critério para a determinação da medida concreta da pena” passa a funcionar “como uma circunstância atípica de diminuição da pena”. Isto porque, para esse autor, existe estreita relação da referida “salvaguarda da família” com a própria questão da remissão da pena por implicar o próprio comprometimento do juiz a aplicar penas que não causem prejuízo “ao equilíbrio familiar ou a relação amorosa”, optando, assim, por penas que evitem afastar o provedor do lar, no caso, o agressor, “fixando uma pena pecuniária ou de prestação de trabalho a favor da comunidade”. (CHAMBAL, 2013. p. 3)

Consideramos esse aspecto relevante, tendo em vista que para esse autor:

Na prática, isso traduzir-se-ia na limitação do juízo de censura, quase que suprimindo a possibilidade de aplicação da pena de prisão [ao agressor], significando isso que as penas de prisão “obrigatoriamente” deveriam ser substituídas por multa, ou haveria lugar a suspensão da pena e, de certo modo, tornando geral a possibilidade de substituição da pena por prestação de trabalho a favor da comunidade, prevista no nº 2 do art. 13º da Lei da Violência Doméstica [de Moçambique]. (CHAMBAL, 2013. p. 3) (destaque do autor).

Para CHAMBAL (2013), esse tipo de construção ou interpretação da Lei não encontra respaldo legal, tendo em vista que:

[...] face ao comando geral formulado no art. 84 do Cód. Penal, determina-se a medida de pena: a culpa do agente (expresso pela intensidade do dolo ou do grau de negligência, motivos do crime e a personalidade do agente) e a ilicitude revelada pela gravidade do facto criminoso e os seus resultados. Como se vê, na determinação da pena concreta a aplicar, sempre feita em função da culpa do agente e das exigências de prevenção, devem ponderar-se todas as circunstâncias que, não fazendo parte do tipo legal, depuseram a favor ou contra o agente, daí que o interesse da garantia da paz no relacionamento por si só não pode compelir o juiz a ter que necessariamente optar por uma pena de multa ou de prestação de trabalho a favor da comunidade ou até optar pela sua suspensão. (CHAMBAL, 2013. p. 4) (grifos nossos).

Diante de tais colocações apresenta-se como de grande relevância, para se refletir acerca da própria interpretação do texto da Lei, assim como do alcance e limitação de sua aplicação, a seguinte indagação desse mesmo autor:

Se a regra da “salvaguarda da família” não possui a virtualidade de convolar a natureza pública do crime de violência doméstica ou de constituir singularmente um critério de determinação da pena, qual é o sentido jurídico legal que o legislador lhe quis atribuir. (CHAMBAL, 2013. p. 5)

A questão da remissão das penas em relação a crimes de violência contra a mulher assumiu relevância especial nas discussões notadamente sobre violência de gênero também em outros países, como o Brasil.

Nesse sentido, vale retomar discussão já efetuada no item 4.4.2 deste trabalho, que versa sobre a judicialização das relações de gênero, ao ser discutida a própria Lei 9099/95 que, no Brasil, é utilizada para celerização dos processos e é aplicada quando da ocorrência de crimes com pena máxima, prevista no Código Penal desse país, de dois anos de detenção. A Lei Maria da Penha (Lei 11.340 de 2006) veio, dentre outras finalidades, para remover os crimes praticados contra a mulher deste rol, alterando assim o Código Penal, conforme mencionado no item supra-citado.

A necessidade de remover os crimes de violência contra a mulher do âmbito da Lei 9099/95 deu-se pelo fato de que com a aplicação dessa Lei e a constante substituição da pena de detenção por penas alternativas, a violência continuava e acabava por ser considerada uma questão do âmbito privado, tendo em vista que além de penas alternativas, esses Juizados Especiais Criminais primam pelo acordo entre as partes.

Diante das dificuldades de implementação da própria Lei Maria da Penha, no sentido de contribuir para a diminuição da violência contra a mulher estratégias foram pensadas no Brasil, no sentido de os agressores não somente serem punidos, mas, igualmente, pudessem refletir sobre suas ações e práticas de violência. Trata-se dos chamados “Grupos Reflexivos” que, quando era utilizada a Lei 9099/95 para julgar crimes de violência contra a mulher, eram uma forma de pena alternativa e, a partir de 2011, com a proibição definitiva do uso de penas alternativas, baseada na Lei Maria da Penha, passaram a não ser mais uma alternativa de pena, tornando-se opcional a participação dos homens nos grupos. A partir de então, o sistema judiciário realiza, segundo MISTURA (2015), ampla reunião com homens denunciados por violência contra a mulher e recomenda aos mesmos esse tipo de participação e muitos acabam por optar pela mesma, pois, tal participação não substitui a pena, mas poderá levar a uma atenuação desta, caso tais homens venham a ser condenados no futuro.

Os idealizadores dos “Grupos Reflexivos” foram Paula Prates, Sérgio Barbosa e Leandro Feitosa, profissionais vinculados a uma ONG feminista da cidade de São Paulo, Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. Acerca desses grupos, PRATES e ALVARENGA (2014) dissertam a seguir:

A proposta de grupos reflexivos pode ser entendida, sob o ponto de vista dos facilitadores, como “um modelo de intervenção grupal que tem por objetivo provocar a desconstrução e a mudança dos padrões naturalizados de gênero, violência de gênero e masculinidade. Nos grupos reflexivos espera-se, por um lado, destacar e desconstruir a ideologia patriarcal/machista e, por outro, apresentar e possibilitar a construção, individual e coletiva, de processos de socialização que têm como referência a equidade de gênero e a formação

de novas masculinidades. As principais características dos grupos reflexivos são: grupos exclusivos de homens; abertos; com no máximo 15 participantes, no qual cada homem participa de no máximo 16 encontros; entre esses homens dois são referências na organização e coordenação e promotores da formação de vínculos, de mecanismos de identificação e da capacitação dos homens participantes em multiplicadores” (PRATES e ALVARENGA, 2014, p.226).

Os Grupos Reflexivos foram estudados por PRATES (2013) em sua tese de doutorado intitulada “A pena que vale a pena: alcances e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher”, onde a autora acompanhou o trabalho do primeiro grupo reflexivo que funcionou junto à Primeira Vara de Violência Doméstica e Familiar de São Paulo, em 2009. Constata que, para determinados tipos de homens autores de violência contra a mulher, tal participação pode “valer a pena”, conforme sugere o título de seu trabalho, pois, possibilita aos mesmos que repensem suas atitudes e comportamentos, assim como desconstruam o estereótipo de masculinidade hegemônico, característico da tradicional e histórica prática de dominação exercida pelo homem, sobre a mulher, nos vários domínios de sua vida privada e pública.

Dessa forma, conforme constata igualmente MISTURA (2015), em trabalho sobre essa mesma temática, os grupos reflexivos acabam por contribuir para o processo de implementação da Lei Maria da Penha, na transformação da cultura da violência masculina contra a mulher, que se faz urgente em diversas sociedades, tendo em vista os números alarmantes relacionados à violência de gênero, já apontados anteriormente neste trabalho.

Nessa mesma linha de reflexão, importante lembrar que os resultados do Projeto Daphne, já mencionados em nível da introdução desse trabalho, indicam que para o tratamento efetivo dos agressores requer-se um sistema de intervenção participativo e que envolva parcerias e redes de enfrentamento à violência doméstica, incluindo representantes de apoio às mulheres nesses serviços, conforme GELDSCHLÄGER et al (2010). Fica

ressaltada, assim, a importância do trabalho em rede, como vem acontecendo em São Paulo, Brasil, em relação ao enfrentamento da violência doméstica, que culminou com a formação e o desenvolvimento dos denominados grupos reflexivos, cujo detalhamento da proposta de trabalho, com essa modalidade de grupo, assim como seus princípios, podem ser observados por um de seus idealizadores Leandro Feitosa Andrade (ANDRADE, 2014).

4.9.4. Sugestões para modificação da Lei 29/2009 e sua implementação

Coerentemente com os relatos anteriores acerca da concepção que fazem acerca dos limites e alcances da Lei, a maioria dos entrevistados considera que a mesma encontra-se bem estruturada, não necessitando, portanto, de alterações, a exemplo das falas abaixo, com destaque, inclusive, no caso de Severino, para a importância da própria remissão da Lei, ao que parece, em um contexto onde a aplicação dos princípios de justiça, em relação aos direitos humanos das mulheres, violados pela violência, apresenta grande complexidade em termos de sua implementação:

Tania: Não, não é necessária, assim mesmo satisfaz.

Nando: Por enquanto, não. Ela está bem estruturada.

Tatiana: Não porque está muito bem.

Severino: Até a sua remissão ajudou para ["punir"] aqueles infratores, pois o seu funcionamento [da Lei] é complicado.

Considerando que a Lei 29/2009 representa um avanço para a proteção das mulheres em situação de violência na sociedade moçambicana, tendo em vista a já sinalizada histórica situação de

desigualdade social e de gênero a que vêm sendo submetidas as mulheres em relação ao poder masculino hegemônico na sociedade, ganha destaque o relato de dois entrevistados que se colocam, em nosso entendimento, na contra-mão do que podemos identificar como o exercício da justiça para a igualdade e equidade de gênero em nossa sociedade. Isto por destacarem, como sugestão de modificação da Lei, a inclusão dos homens na Lei específica para proteção de mulheres, muito embora os mesmos estejam contemplados nessa Lei no Capítulo V, artigo 36 (Igualdade de gênero), quando estabelece: “As disposições da presente Lei aplicam-se ao homem, com igualdade de circunstâncias e com as necessárias adaptações.”

Alberto: Sim, na perspectiva de incluir também proteção dos homens, como dizem valorização do gênero, não um homem/mulher.

Severino: Claro, a modificação poderia existir no sentido também dos homens terem este tipo, porque não só mulher que é violada, também os homens.

Importante considerarmos que tal artigo da Lei 29/2009 não somente parece ignorar a clássica desigualdade e iniquidade de gênero presente em nossa sociedade, assim como abre brechas para que muitos homens fiquem impunes pela possibilidade dos mesmos justificarem em seus depoimentos sua agressão por conta de uma violência mútua ou de defesa, dentre outras estratégias, conforme constata PRATES (2013) e MISTURA (2015), em seus trabalhos com homens agressores que foram denunciados em São Paulo – Brasil.

As leis em defesa da mulher ou em defesa de minorias são criadas pelo fato de já existirem desigualdades na sociedade e a intenção dessas leis é justamente a de contribuir para uma aproximação do que seria um tratamento igualitário entre as pessoas, através da ferramenta da equidade, tendo em vista que, no caso da lei de violência contra a mulher, os homens podem se defender, caso se faça necessário, usando as leis já existentes

como seriam as leis em defesa do bem jurídico vida, em caso de ter ocorrido lesão corporal ou qualquer outro tipo de violência contra esses homens, por parte das mulheres.

No Brasil observa-se, igualmente, tal polêmica em relação à Lei Maria da Penha, em vigência no país, o que, segundo SAMUEL (2013), pretendeu ser evitado em Moçambique com o acréscimo do referido artigo à Lei 29/2009. Essa mesma autora, porém, observa que a inclusão de proteção aos homens em Lei de proteção às mulheres acaba por desvirtuar o espírito da Lei e ressalta que, em defesa dos homens, já existem as demais leis e que essa foi criada justamente por conta da desigualdade e iniquidade existentes no país entre homens e mulheres.

A mesma observação, em relação à desvirtuação da Lei pelos seus artigos 36 e 37, foi feita pela autora ARTHUR (2009) em artigo onde questiona, igualmente, a abrangência que teria a Lei 29/2009, por conta de tais artigos. Também previu dificuldades que, possivelmente, acometeriam os juristas, ao afirmar:

...Ao incluir os homens, está-se a desvirtuar o sentido essencial da iniciativa. Por outro lado, resta saber como é que se irá aplicar este artigo? E porque é que a lei mantém no título as mulheres como destinatárias, bem como em todos os outros artigos antes do 36º? E o que significa igualdade de circunstâncias? Será quando houver homens que estejam em condições de subalternização na família?

E continua:

E quanto ao Artigo 37º, muitas mais dúvidas são suscitadas. O que significa dizer: “A aplicação da presente Lei deve ter sempre em conta a salvaguarda da família?” Será que nunca se poderá penalizar um agressor por se estar a pôr em risco a família? Será que este artigo poderá anular os artigos anteriores? (ARTHUR, 2009. p.6)

A polêmica em relação à Lei 29/2009 em Moçambique, no entanto, não foi evitada, mesmo com a adição do mencionado artigo que possibilita sua utilização em relação a homens violentados. Pelo contrário, existem diversos juristas que persistem na resolução dos conflitos em âmbito

privado, como observou AMARAL (2013) em sua pesquisa, ao afirmar que quando o processo é julgado por uma juíza, essa de fato privilegia os ritos processuais, porém, quando é julgado por um juiz, normalmente, a instrução é em relação a conciliação.

A conciliação parece ser, segundo FERREIRA (2013), prática comum na Europa e na África lusófona. Porém, na maioria dos casos de violência contra a mulher, essa ferramenta, ainda que sejam considerados os esforços do Instituto de Mediação e Arbitragem Internacional mencionados pelo referido autor, não parece ser a mais indicada nem a mais segura, pois mantém o problema da violência em âmbito privado e, ainda, põe muitas vezes em risco a vida da mulher que continua vivendo com o agressor.

Em relação às maiores dificuldades de implementação da Lei, no entanto, além de algumas questões envolvendo a própria redação da Lei e alguns trâmites do Sistema Judiciário Moçambicano, há que se considerar a cultura do país, que acaba por dificultar o empoderamento das mulheres e sua consequente libertação da opressão machista.

Vale considerar que uma de nossas entrevistadas, Tatiana, apontou de maneira exemplar para a necessidade de maior clareza no texto da referida Lei:

Tatiana: Que a Lei seja mais clara.

Diante de tal complexidade, é de se esperar dificuldades e desafios colocados aos próprios profissionais operadores das DDM. Nesse sentido, podemos entender como vários dos profissionais pesquisados apontaram para a necessidade de maior capacitação dos profissionais que lidam com tais situações, demonstrando que os mesmos reconhecem as próprias dificuldades em relação à complexa questão da violência contra a mulher:

Estefania: Mais capacitação inerente a matérias relacionadas ao crime.

Peninha: Mais seminários para os agentes, na tentativa de interagir melhor e lidar com esses casos.

Jaime: Muita aplicação e incutir as informações mais claras no sentido de capacitar melhor o corpo elenco.

Camilo: Mais capacitação para corresponder com a demanda.

Deny: Emitiria informações mais precisas e mais capacitação aos que estão em frente do processo.

Antonio: Incutir muita capacidade nos funcionários e agentes.

Alberto: Formação adequada aos agentes que trabalham nesta área.

Houve ainda, quando indagados acerca do que sugeriam para melhorar a dinâmica do atendimento às mulheres em situação de violência, menção a precariedade de instalações e do espaço físico, sugestão de expansão do atendimento de forma a acessar as mulheres residentes em periferias ou em zonas rurais, mais distantes, e incentivo às mulheres para que denunciem seus agressores, pois só dessa forma é que poderá haver intervenção do Estado na relação e diminuição efetiva dos casos de violência no país e no mundo.

Joana: Eu diria para que elas denunciassem porque é na base da denúncia que vão ser ajudadas e para que não haja mais violência no mundo em geral.

Praticamente todos os entrevistados agradeceram por poderem participar da pesquisa, que acabou por considerar que a questão da violência contra a mulher em Moçambique já deu seus primeiros passos rumo à resolução, mas que ainda resta uma longa jornada, principalmente no que tange à mudança de hábitos culturais, ao empoderamento e emancipação das mulheres e a consideração das mesmas como autoras e

protagonistas das próprias histórias, e não como coadjuvantes de histórias alheias.

Estefania: ...apenas agradecer.

Peninha: ...quero só agradecer aos colaboradores pela forma sabia de nos dar e trocar as implicações.

Belita: Agradecer a oportunidade que me foi conferida e aos e que venham mais vezes fazer este tipo de trabalho aos gabinetes.

Deny: ...simplesmente agradecer a ocorrência porque é difícil ter oportunidades como esta.

Alberto: ...apenas endossar pela entrevista que me cedeu para acolher minhas ideias.

Joana: ...só quero agradecer a vossa iniciativa para que continue a pesquisar e junto lutarmos e ultrapassar esses problemas que afetam principalmente o nosso belo Moçambique porque nós queremos a paz, a paz, a paz.

Nesse sentido, entendemos que o maior alcance de aplicação da Lei 29/2009, para garantir a proteção contra a violência e os direitos das mulheres deverá, necessariamente, considerar os princípios de igualdade e de equidade, bem sintetizados no enunciado que trazemos abaixo, de Boaventura de Sousa Santos, por bem expressar nosso pensamento em relação ao tratamento que se deve dar às questões que envolvem o problema da violência contra a mulher em Moçambique:

“Temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 2009, p. 18)

5. Das Considerações Finais a Abertura de Questões

Ao tecerem considerações acerca do trabalho desenvolvido em delegacias voltadas à defesa dos direitos de mulheres, em Maputo, assim como sobre os motivos de escolha do mesmo, nossos entrevistados apontam para alguns aspectos que não somente permitem caracterizar a natureza do trabalho que desenvolvem, mas, igualmente, o que consideram como habilidades e qualidades pessoais necessárias ao bom desempenho das funções profissionais nessa área de atuação.

Considerando a relevância da questão do acolhimento das mulheres vivendo em situação de violência, descortina-se como requisito básico, nas diferentes narrativas apresentadas, o constante exercício da sensibilidade, da escuta e da alteridade na relação que o profissional estabelece com as mulheres, nessa dada condição.

Nossos entrevistados parecem revelar, outrossim, grande identificação com a atuação em defesa do cumprimento da Lei 29/2009, fazendo das delegacias, ao que parece, espaços significativos para o reconhecimento da cidadania das mulheres, assim como um campo de atuação político-jurídica, em defesa de uma causa que sintoniza com o próprio sentido que atribuem às suas próprias vidas, como profissionais, no qual a própria transformação da sociedade encontraria lugar, em termos da concretização de uma mudança de valores nas relações sociais de gênero, narradas por eles como violentas e discriminadoras das mulheres.

Considerando as categorias de violência previstas na referida Lei, a quase totalidade dos entrevistados aponta, em seus relatos, a “violência física simples” como a mais frequente, em termos de atendimento nas delegacias, muito embora ganhe expressão, em suas falas, a “violência física grave” seguida, em menor proporção, das violências dos tipos sexual, psicológica e moral. Tais relatos vão ao encontro da literatura especializada,

a exemplo do trabalho de Graça JULIO (2013), que identificou como mais frequentes, além da violência física simples, a violência física grave, ao lado da psicológica e patrimonial. Na Tabela 1 e Gráfico 4, referentes a dados disponibilizados pela Polícia da República de Moçambique (PRM) sobre ocorrências de denúncias apresentadas ao Departamento de Atendimento a Mulher e Criança, no período de 2008 a 2014, podemos observar maior frequência de violência física simples, seguida das violências dos tipos psicológica, patrimonial e moral, como as quatro primeiras modalidades de violências denunciadas como mais frequentes, nesse período.

Como casos emblemáticos vivenciados pelos profissionais entrevistados, que marcaram suas experiências como profissionais dessa área de atuação, destacam-se duas modalidades de violência como as mais significativas, ou seja, a violência sexual, citada por cinco profissionais e a violência física grave, citada por oito profissionais.

Na percepção dos profissionais, a questão da violência apresenta-se como fenômeno complexo, desafiando a aplicação da Lei 29/2009, tendo em vista os valores culturais da própria sociedade moçambicana que cultiva e preserva tais tradições na contra mão da tendência atual, presente em nível internacional, de reconhecimento da igualdade de direitos das mulheres, na ótica dos direitos humanos. Dentre eles destacam-se práticas culturais como a do lobolo, representado por uma verdadeira transação comercial na qual a mulher figura como uma mercadoria, em uma transação entre as famílias do noivo e da noiva, assim como as práticas do casamento poligâmico, dos casamentos prematuros e forçados de meninas que são retiradas da escola para tal finalidade, o tráfico de mulheres, dentre outras.

Nesse cenário sócio-cultural e político muitos são os motivos apontados, nas narrativas dos entrevistados, para o que consideram como violência doméstica relacionada a tais tipos de práticas, que naturalizam a violência não somente como estilo de vida, mas igualmente como prática cultural vigente. Nesse contexto, a prática da violência doméstica

mencionada relaciona-se, igualmente, nos relatos de alguns entrevistados, à questão do consumo de álcool e de outros tipos de drogas.

A despeito das dificuldades apresentadas por tais práticas sócio-culturais para o reconhecimento dos direitos das mulheres, a criação e a implementação da Lei 29/2009 é vista, nos relatos, como acenando para possibilidades de mudanças substantivas na sociedade moçambicana, pela valorização atribuída ao processo de judicialização das relações sociais e familiares, relacionadas à aplicação da referida Lei e ao seu fortalecimento.

Nesse sentido, a criação da Lei apresenta-se, nos relatos dos profissionais, como estratégia fundamental para a instauração da afirmação dos direitos das mulheres e proteção contra a iniquidade de gênero de que tradicionalmente as mesmas são objeto. Desse modo, os discursos desses profissionais vão ao encontro dessa tendência internacional que busca a defesa dos direitos humanos e de cidadania das mulheres, como marca expressiva do presente século.

No entanto, é relevante considerar o estudo de Graça JULIO (2013), de Moçambique, no qual entrevistou, igualmente, diferentes profissionais do poder judiciário, além de ONGs, que apresentam visão diferente de nossos entrevistados. Isto porque seu trabalho pode evidenciar uma visão bastante conservadora por parte, ao que parece, de muitos desses profissionais, notadamente em relação ao que consideram fundamental preservar em termos de valores tradicionais da família, notadamente como o casamento. Em relação a essa questão, alguns relatos consideram, por exemplo, que a aplicação da referida Lei traz desvantagens por fomentar divórcios, desentendimentos entre os cônjuges, assim como desentendimentos com a família do cônjuge condenado e sentenciado, além de crianças desamparadas em função de divórcios. Nesse sentido, podemos considerar que esse tipo de discurso passa a desconsiderar a questão não somente dos direitos da mulher, em termos de igualdade e iniquidade de gênero,

mas, igualmente, a questão da própria autonomia em relação ao direito de realizar denúncias quando vivendo sob situação de violência.

Diante da promulgação e implementação da Lei 29/2009, em Moçambique, que representa para os nossos entrevistados a defesa à igualdade de direitos das mulheres, a mesma se apresenta, nos relatos da quase totalidade dos profissionais entrevistados, como meio jurídico de defesa aos direitos da mulher, estratégia pedagógica de mudança sócio-cultural, assim como instrumento de “intervenção social” na judicialização das relações de gênero, notadamente em relação ao reconhecimento da iniquidade de gênero como importante condição da geração de violência contra a mulher, tendo em vista sua histórica condição de vulnerabilidade e de subalternidade frente aos homens, em função dos consagrados direitos a eles atribuídos pelos cristalizados valores da sociedade moçambicana.

Assim, como instrumento de defesa à igualdade de direitos entre homens e mulheres, a Lei 29/2009 passa a ser representada, nos discursos dos profissionais entrevistados, como estratégia pedagógica de mudança sócio-cultural e política, porque possibilitadora, pela via da judicialização, da aquisição, por parte dos homens, de novos valores familiares, conjugais e de gênero, mais equitativos.

Nesse sentido, as Delegacias de Defesa da Mulher, encarregadas do processo de implementação e aplicação da Lei, ganham, nos relatos desses profissionais, um lugar de destaque pela ideia de que as mesmas representam, a despeito das deficiências que possuem, um *locus* de apoio e proteção às mulheres em situação de violência, mas não só. Apresentam-se, igualmente, como atividade promotora das possibilidades de autonomia das mulheres, assim como das possibilidades de redução da violência no país.

A despeito da visão positiva em relação à promulgação da Lei 29/2009 e de sua implementação como estratégia fundamental para a instauração da afirmação dos direitos das mulheres e proteção contra a iniquidade de gênero, antes sinalizada, ao tecerem considerações acerca da

implementação e aplicação da Lei, os relatos dos profissionais entrevistados apontam para os limites desse processo e, assim, para os limites ao alcance da própria Lei.

Embora quase a metade dos entrevistados considerem, em um discurso genérico, que a Lei garante os direitos das mulheres e, no seu processo de implantação e implementação, a mesma esteja protegendo as mulheres contra a violência doméstica, outros tipos de discursos, mais reflexivos, buscam relativizar o alcance da mesma, assim como diferenciar a garantia de direitos da proteção oferecida, de fato, às mulheres vivendo em tradicional e histórica situação de violência no país.

Relacionado a esse aspecto encontram-se, nas falas, algumas referências relativas à ausência, por parte do poder público, de uma divulgação mais ampla da Lei, que abarque no processo de implementação, além das regiões centrais da cidade de Maputo, as zonas periféricas da cidade e também as zonas rurais. Isso tendo em vista, não somente o desconhecimento da existência de tais direitos, por parte de muitas mulheres, mas a tendência ao silenciamento da violência doméstica, por parte da própria mulher, quer por receio, quer pela naturalização da mesma como prática social legitimada na esfera do privado, o que se relacionaria, ao que parece, com o que MAXIMIANO (2013) denomina como a “pretensa moralidade familiar”, presente na sociedade moçambicana, que não só possibilita a prática das transgressões à Lei 29/2009, mas mantém oculta a verdadeira expressão da situação de violência doméstica no país, uma vez que tais casos não são denunciados.

Assim, consideramos que a questão da implementação da Lei se apresenta, ao que os relatos indicam, como importante desafio a ser enfrentado pelas próprias delegacias e outras instituições governamentais e não governamentais, tendo em vista que foi recorrente a menção por parte de muitos dos entrevistados a existência de atividades de divulgação da Lei,

ao que parece de alcance restrito, a exemplo de palestras e outros tipos de eventos locais, sem expressão de divulgação nacional.

Em relação ao texto da Lei, um dos desafios e limites apresentados pela mesma refere-se à questão da remissão da pena que proporciona aos agressores, sob a justificativa da economia do espaço dos estabelecimentos prisionais, dentre outros aspectos, a liberdade em troca da prestação de serviços comunitários, pagamento de cestas básicas e/ou multas.

Embora nos discursos de nossos entrevistados, a reflexão crítica a respeito da remissão da pena não se apresente como expressiva, aspecto também observado no trabalho de Graça JULIO (2013), vale considerar que autoras moçambicanas, como Conceição Osório, Ximena Andrade e Eulália Otemba (OSÓRIO et al, 2000) defendem, conforme já discutido em nível da introdução deste trabalho, a não remissão das penas, por considerá-las como limitantes para o alcance da própria Lei, em termos da punição dos homens agressores. Isto considerando que penas alternativas previstas na Lei, como prestação de serviços comunitários, multas e pagamento de cesta-básica não defendem, de fato, os direitos das mulheres, uma vez que não garantem a segurança das mesmas, assim como não impedem a reincidência do crime da violência doméstica, por não contar com estratégias que visem promover a transformação na dinâmica das relações sociais familiares e de gênero. Com isso, permanecem intactos os valores culturais dos homens, em relação aos direitos da mulher como cidadã, assim como aos seus direitos de igualdade frente à histórica iniquidade social e de gênero prevalecente na cultura e sociedade moçambicana, fato esse reconhecido por alguns de nossos próprios entrevistados em muitas de suas narrativas.

No que diz respeito à relação que muitos juízes fazem entre a remissão de pena e a “salvaguarda da família”, destaque cabe à reflexão crítica do Juiz de Direito Hermenegildo Pedro CHAMBAL (2013), que aponta problemas na interpretação da Lei por considerar que a mesma subverte a

própria lógica que preside a qualidade pública do crime de violência doméstica pela não punição dos agressores, quando da substituição da prisão por penas alternativas.

Em relação a tal aspecto, vale considerar que a promulgação da Lei Maria da Penha, no Brasil, buscou justamente superar tal limitação em relação a punição dos homens autores de violência contra a mulher, quando excluiu a violência doméstica do rol daqueles crimes que são julgados pela Lei 9099/95 que atua sobre crimes considerados de menor potencial ofensivo. (BRASIL, Lei 11.340, 2006; BRASIL, Lei 9.099, 1995).

Finalizando, podemos considerar, tendo em vista as características da realidade moçambicana, assim como o texto da Lei 29/2009 que prevê a remissão de penas, aspecto considerado como limitante por parte de nossos entrevistados, consideramos como relevantes algumas das sugestões apresentadas por tais profissionais que apontam a necessidade de novas estratégias para ampliar o alcance da Lei, ou seja, sua divulgação por todas as regiões do país, assim como uma melhor capacitação dos próprios operadores da Lei, aspectos que consideramos relevante por possibilitar uma melhor conscientização acerca da relevância da Lei, quer por parte da população, quer por parte dos profissionais não somente das delegacias, mas considerando todo o setor jurídico, que apresentam também visão conservadora, a exemplo do que foi evidenciado no trabalho de Graça JULIO (2013), antes mencionado.

Nessa perspectiva, consideramos como relevante que no processo de implementação da Lei 29/2009, de Moçambique, uma diversidade de estratégias possam ser contempladas, dentre elas, em especial, algumas modalidades de trabalhos em grupos, com homens agressores, assim como com profissionais do setor jurídico, a exemplo da experiência brasileira de atuação pedagógica com homens denunciados pela prática de violência contra a mulher em grupos de discussão, denominados “Grupos Reflexivos”. Esse tipo de sugestão decorre de relatos dos próprios participantes desse

tipo de grupo, analisado por PRATES (2013) e por MISTURA (2015), que avaliaram a própria participação deles, no mesmo, como importante estratégia de prevenção para a reincidência em novos atos de violência, assim como para a desconstrução do estereótipo de masculinidade hegemônica que possuíam, relacionados a valores tradicionais, resquícios de sociedades patriarcais ainda presentes em diversas sociedades, no caso, a exemplo do Brasil e também de Moçambique. Avaliam, igualmente, que dada essa característica “preventiva” dos mesmos, tais grupos deveriam ser oferecidos também quer para homens, não denunciados, quer para mulheres vulneráveis a situações de violência. Tal experiência poderá apresentar maior ou menor alcance a depender da escala em que a mesma possa ser realizada.

Vai ao encontro da relevância desse mesmo tipo de estratégia de trabalho com grupos de homens, resultados apresentados pelo já mencionado Projeto Daphne, em nível da introdução desse nosso trabalho, promovido pela Comissão Europeia, voltado atualmente para a apresentação internacional de projetos na área de apoio a vítimas de violência, no período de 2014 a 2020, com destaque para atividades interinstitucionais, ou em rede, fundamentais para o enfrentamento de problemas como o da violência contra a mulher.

6. Referências

- ABRAHAM, N. et al. Worldwide prevalence of non-partner sexual violence. *The Lancet*. Volume 383, Issue 9929, 10–16 May 2014, p.1648-1654.
- ABREU, M. L. M. La violencia de género: Entre el concepto jurídico y la realidad social. *Revista eletrónica de ciencia penal y criminología*. N° 8. 2006.
- AMARAL, E. J. Dinâmicas do Pluralismo Jurídico na Implementação da Lei Contra a Violência Doméstica (Lei 29/2009): Caso do Distrito Municipal Ka-Mubukwane, na Cidade de Maputo. Trabalho de Conclusão de Curso na Modalidade Projeto de Pesquisa. Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, 2013.
- ANDRADE, L. F. Grupos de homens e homens em grupos: Novas dimensões e condições para as masculinidades. In: BLAY, E. A. (Org.) *Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 173-209.
- ARAÚJO, M. Os espaços urbanos em Moçambique. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, N° 14, pp. 165- 182, 2003. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp14/Geousp_14_intercambio1.htm. Acessado em 2 de junho de 2015.
- ARTHUR, M. Violência Contra As Mulheres: Entre o Relativismo Cultural e a Lei. In: ARTHUR M. José (org.) *Memórias do Activismo – Recolha de Textos Publicados No Boletim Outras Vozes*, 2002 – 2006. Maputo: WLSA Moçambique, 2007a.
- ARTHUR, M. J.; MEJIA, M. Alguns dados sobre denúncias de violência ocorridas nos Gabinetes de Atendimento da Mulher e da Criança. *Outras Vozes*, N° 18-19, 2007.

ARTHUR, M. J. Aprovação da “Lei Sobre a Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher”. Que resultados? Outras Vozes, Nº 28, 2009. <http://www.wlsa.org.mz/artigo/aprovacao-da-lei-sobre-a-violencia-domestica-praticada-contra-a-mulher-que-resultados/> acessado em 30 de agosto de 2014.

ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES NA COMUNICAÇÃO SOCIAL (AMCS). A violência Doméstica não é amor! BASTA! Maputo. 2008.

ASSOCIAÇÃO SUECA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO. Para a igualdade de gênero em Moçambique: um perfil das relações de gênero edição actualizada de 2006. Estocolmo, 2007.

BANDA, I. Zimbabwe: Tolerância policial abandona violência doméstica. *Interpress Service*. Agência de Notícias. 2010. Disponível em: <http://www.ipsnoticias.net/2010/12/zimbabwe-tolerancia-policial-abona-violencia-domestica/>. Acessado 5 Jan 2015.

BAGNOL, B. Lovolo e espíritos do sul de Moçambique. *Análise Social*, vol. XLIII (2.º), 2008, 251-272. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218639358J7rHJ9xd4VI53NC9.pdf>

BOURDIEU, P. *A Dominação Masculina*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. Do original *La Domination Masculine*, 1998.

BRASIL. Código Penal. 1940.

BRASIL. Lei 11.340. Lei Maria da Penha. De 7 de agosto de 2006.

BRASIL. Lei 9.099. De 26 de Setembro de 1995.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Relatório sobre a Avaliação do Grau de Implementação da Agenda 21 em Moçambique. Comité de Preparação da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável. República de Moçambique. Fev. 2002.

Disponível:http://www.un.org/jsummit/html/prep_process/national_reports/mozambique_natl_assess_0307p.pdf. Acessado 5 jan 2015.

CONNEL, Robert W. La organización social de la masculinidade. Disponível em:http://www.jerez.es/fileadmin/Documentos/hombresxigualdad/fondo_documental/Identidad_masculina/la_organizacion_social_de_la_masculinidad.pdf. Acessado em 5 de Jan 2015. Título original: The social organization of masculinities. Berkeley: University of California Press, 1995.

DEBERT, G. G.; GREGORI, M. F. Violência e Gênero. Novas propostas, velhos dilemas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 23, nº 66, 2008.

DINIZ, S. G. Violência contra a mulher: estratégias e respostas do movimento feminista no Brasil (1980-2005). In: DINIZ et. al. (orgs.) Violência, saúde e direitos humanos. Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher (1980-2005): alcances e limites. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006.

DISSEL, A.; NGUBENI. Giving Women their Voice: Domestic Violence and Restorative Justice in South Africa. Centre for the Study of Violence and Reconciliation. Paper presented at the XI International Symposium on Victimology. Stellenbosch. July 2003. Disponível em: <http://www.csvr.org.za/docs/crime/givingwomenvoice.pdf>. Acessado em 5 Jan 2015.

DNOTÍCIAS. Angola registra mais meio milhar de casos de violência doméstica no 1º semestre. 10 de set 2014. Disponível em: <http://www.dnoticias.pt/actualidade/mundo/468556-angola-regista-mais-meio-milhar-de-casos-de-violencia-domestica-no-1%C2%BA-semes>. Acessado, 2 Jan 2015.

DOURADO, D. & SOARES, D. M. A experiência das Promotoras Legais Populares. Cartilha Themis. Porto Alegre, 1998.

DOYLE, Alister. Violência doméstica custa US\$8 trilhões por ano, e é pior que guerras, diz estudo. 9 de setembro de 2014. Disponível em: <http://br.reuters.com/article/worldNews/idBRKBN0H41HU20140909?pageNumber=2&virtualBrandChannel=0>. Acessado no dia 5 Jan 2015. Acessado 5 Jan 2015.

FLICK, U., VON KARDORFF, E.; STEINKE, I. (Orgs.). Was ist qualitative Forschung? Einleitung und Überblick. [O que é pesquisa qualitativa? Uma introdução]. In: FLICK, U., VON KARDORFF, E.; STEINKE, I. (Orgs.). Qualitative Forschung: Ein Handbuch [Pesquisa qualitativa: um manual] (p. 13-29). Reinbek: Rowohlt. [Tradução de Alvaro Carneiro dos Santos], 2000.

FORUM MULHER. A violência doméstica é uma violação dos Direitos Humanos das Mulheres. Anteprojeto de Lei contra a violência doméstica. Maputo Forum Mulher. 2007.

GARCÍA-MORENO, C. *Violencia contra la mujer*. Género y equidade em la salud. OPS. Disponível em: <http://www.catunescomujer.pdf>. Acessado em 5 de Jan 2015.

GELDSCHLAGER, Heinrich, et al. Programas Europeos de Intervención para Hombres que Ejercen Violencia de Género: Panorámica y Criterios de Calidad. Intervención Psicosocial. Vol 19, nº2, 2010, p.181-190. Disponível em: <http://cdd.emakumeak.org/ficheros/0000/0572/v19n2a09.pdf>. Acessado em 5 Jan 2015.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1991.

GIRARD, François. Las Implicaciones Globales de las Políticas Nacionales e Internacionales de los Estados Unidos sobre Sexualidad. *SW Working Papers*, nº1, Jun, 2004. Disponível em: <http://sxpolitics.net/es/wp-content/uploads/2009/04/workingpaperes.pdf>. Acessada em 5 Jan 2015.

GOMES, F.; ARAÚJO, R. Pesquisa Quanti-Qualitativa em Administração: uma visão holística do objeto em estudo. In: *Seminários em Administração*, 8, 2005, São Paulo. Anais... São Paulo: FEA/USP, 2005.

GUERRA, L. H. B. Políticas e programas para a igualdade de gênero em Moçambique. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10, *Anais Eletrônicos*, Florianópolis, 2013.

GUERRA, L. H. B. Educação em Moçambique: pensando intersecções e políticas públicas. In: 29ª Reunião Brasileira de Antropologia. Natal, 2014.

HAGUETTE, T. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). Resultado preliminar do censo populacional de 2007 em Moçambique. Maputo: INE. 2007.

ISABEL, C., et al. *Violência baseada em gênero em Moçambique: o caso da província de Inhambane e Nampula*. Maputo: WLSA. 2007.

IZUMINO, W. P. *Justiça para todos: os Juizados Especiais Criminais e a violência de gênero*, 2003. 376p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

IZUMINO, W. P. Delegacias de Defesa da Mulher e Juizados Especiais Criminais: mulheres, violência e acesso à justiça. Preparado para apresentação no XXVIII Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação em Ciências Sociais – ANPOCS. Caxambu, Minas Gerais, 26 a 28 de outubro de 2004. In: Seminário Temático "Conflitualidade Social, Acesso à Justiça e Reformas do Poder Judiciário". Disponível em <http://www.nevusp.org/downloads/down082.pdf>. Acessado em 5 Jan 2015.

JANESICK, V. *Stretching exercises for qualitative researchers*. Thousand Oaks, CA: Sage, 1998.

JULIO, G. Grau de aplicação da lei sobre a violência doméstica praticada contra a mulher – Lei nº 29/2009, de 29 de Setembro. *Outras Vozes*, nº 41-42, p. 24-29, 2013.

KANDEL, L. Reflexões sobre o uso da entrevista, especialmente a não-diretiva, e sobre as pesquisas de opinião. In: THIOLLENT, M. J. M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 2ª ed. São Paulo: Polis, 1981. p.169-189. (Coleção Teoria e História, 6).

KERLINGER, F. *Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual*. São Paulo: EPU, 1980.

LEVI, G. Usos da Biografia. 1989. In: AMADO, J.; FERREIRA, M.M. *Usos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LIMA, G.; ROCHA, P. Capital mundial do estupro na África do Sul, uma mulher é violentada a cada 27 segundos. *Operamundi*. 08 de abril de 2012. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagen.shtml>. Acessado 5 de Jan 2015.

LIGA MOÇAMBICANA DOS DIREITOS HUMANOS. Direitos de mulher no Moçambique: Dever de terminar práticas ilegais. Nova Iorque, 2007.

LOFORTE, A. M. Algumas Reflexões Sobre Formas de Deslegitimação da Violência Contra Mulher em Moçambique. Codesria, 2011.

LOFORTE, A. *Género e poder entre os Tsonga de Moçambique*. Lisboa: Ela por Ela, 2003.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MANZINI, E. A entrevista na pesquisa social. *DIDÁTICA*, São Paulo, v.26/27, p.149-158, 1991.

MARKONI, M.; LAKATOS, E. *Técnica de pesquisa*. 2ª edição, São Paulo: Atlas, 1990.

MAXIMIANO, L. Papel e estratégias do Ministério Público na defesa dos direitos das mulheres e principais limitações na aplicação da Lei Sobre Violência Doméstica. *Outras Vozes*, nº 41-42, 2013.

MÉTIER. Cidade de Maputo: avaliação sumária da pobreza. Maputo: Métier, nº9, 2007.

MEYHI, J.C.S. *Manual de História Oral*. Edições Loyola: São Paulo, 1998.

MICHELAT, G. Sobre a utilização de entrevista não-diretiva em Sociologia. In: THIOLLENT, M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operariam*. 5ª edição, São Paulo: Polis, 1987.

MINAYO, M. *O desafio do conhecimento*. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINISTÉRIO DA FAMÍLIA E PROMOÇÃO DA MULHER. Relatório de Estudo sobre a violência doméstica em Angola. Luanda: Ministério da Família e promoção da mulher. 2007.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. Dados estatísticos sobre violência contra a mulher em Moçambique. Maputo: PRM, 2008.

MINISTÉRIO DA MULHER E AÇÃO SOCIAL. Inquérito sobre a violência doméstica contra as mulheres. Maputo: MMAC. 2004. Disponível em: http://www.unicef.org/mozambique/pt/protection_10578.html. Acessado em 5 Jan 2015.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MISAU), INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) e ICF INTERNATIONAL (ICFI). Moçambique Inquérito demográfico e de saúde. Calverton, Maryland, USA: MISAU, INE e ICFI. Calverton, Maryland, USA: MISAU, INE e ICFI, 2011. Disponível em: www.ine.gov.mz/.../inqueritos/inquerito-demografico-e-de-saude/...2011. Acessado em 5 jan 2015.

MOÇAMBIQUE. Mecanismo Multisectorial de Atendimento Integrado à Mulher Vítima de Violência. 2012.

MORIN, E. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

NARVAZ, G. M., KOLLER, S. H. Mulheres Vítimas De Violência Doméstica: compreendendo subjectividades assujeitadas. *PSICO*, Porto Alegre, vol. 37, n.1, 2006, p. 7-13. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/prc/v19n3/a08v19n3>. Acessado 5 jan 2015.

NHABOMBA, H. *Levantamento, Análise e Prospetiva do Desporto no Conselho Municipal da Cidade de Inhambane – Moçambique, 2009 a 2012*. Tese. Universidade Técnica de Lisboa. Faculdade de Motricidade Humana. Instituto Superior de Economia e Gestão. 2013. 122p. Disponível em https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/5923/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_de_Mestrado_em_GD_Organiza%C3%A7%C3%B5es_Desportivas_2013.pdf. Acessado em 5 Jan 2015.

NHAMPOCA, J. A aplicação da lei de violência doméstica em Moçambique: constrangimentos institucionais e culturais. *Outras Vozes*, nº 41-42, 2013.

NYAMAYEMOMBE et al. The Association between Violence against Women and HIV: evidence from a National Population-Based. Relatório, 2010. Disponível em <http://www.dhsprogram.com/pubs/pdf/WPZ4/WPZ4.pdf>. Acessado 5 Jan 2015.

OLIVEIRA, F. C. S. F. *Quando o direito encontra a rua: um estudo sobre o curso de formação de Promotoras Legais Populares*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). Relatório mundial sobre a violência, saúde e prevenção. Genebra: OMS. 2002. http://www.academia.edu/7619294/Relat%C3%B3rio_mundial_sobre_viol%C3%Aancia_e_sa%C3%BAde. Acessado 5 jan 2015.

OSÓRIO, C. et al. A ilusão da Transparência na administração de justiça. Maputo: Women and Law in Southern Africa - Research Trust - Mozambique

(WLSAMOZ), 2000. Disponível em: <http://www.wlsa.org.mz/wp-content/uploads/2014/11/Ilusao.pdf>. Acessado em 5 jan 2015.

OSÓRIO, C.; TEMBA, E. “A Justiça no Feminino”. In: SANTOS, B. S. e TRINDADE, J. C. (org.), *Conflito e Transformação Social. Uma Paisagem das Justiças em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

OSÓRIO, C. & SILVA, T. C. Gênero e governação local. Estudos de caso na província de Manica, distrito de Tambara e Machaz. Maputo: WLSA, 2009. Disponível em: <http://www.wlsa.org.mz/wp-content/uploads/2014/11/Ritos2013.pdf>. Acessado em 5 jan 2015.

OSÓRIO, C. Gênero e democracia: as eleições de 2009 em Moçambique. Maputo: WLSA, 2010. Disponíveis em: <http://www.wlsa.org.mz/wp-content/uploads/2014/11/Eleicoes2009.pdf>. Acessado em 5 Jan 2015. Acessado em 5 Jan 2015.

OSÓRIO, C. e MACUACUA, E. Os ritos de iniciação no contexto atual de ajustamento, ruptura e confrontos, construindo identidade de gênero. Maputo: WLSA, 2013. Disponível em: <http://www.wlsa.org.mz/wp-content/uploads/2014/11/Ritos2013.pdf>. Acessado em 5 Jan 2015.

OSÓRIO, C. Algumas reflexões sobre o funcionamento dos Gabinetes de Atendimento da Mulher e da Criança, 2000-2003 (2ª parte). Outras Vozes, nº 8, Agosto de 2004. In: ARTHUR, M. J. (Org.) *Memórias do Activismo pelos direitos humanos das mulheres - Recolha de Textos Publicados No Boletim Outras Vozes, 2002 – 2006*. Maputo: WLSA Moçambique, 2007a.

OSÓRIO, C. & cols. A mulher e a Lei na África Austral: A ilusão da transparência na administração da justiça. Women and Law in Southern Africa - Research Trust - Mozambique (WLSAMOZ) *Departamento de Estudos da Mulher e Género*. 2ª ed. Moçambique, 2008.

PAULO, M.; ROSÁRIO, C.; TVEDTEN, I. “Xiculungo” relações sociais da pobreza urbana em Maputo, Moçambique. *Discussion Papers*. Maputo:

Ministério da Planificação e Desenvolvimento – Direção Nacional de Estudos e Análise de Políticas, 2008.

PITANGUY, J. Cairo +20: uma visão crítica de processos e resultados de negociações e perspectivas de futuro. In: ARRILHA, M. & LAGO, T. *Cairo +20 e políticas públicas no Brasil: consolidando e ampliando direitos*. São Paulo: Oficina Editorial, 2014. p. 9-26.

Prates, P. L. e Alvarenga, A. T. Grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher: sobre a experiência na cidade de São Paulo. In: Blay, E. *Feminismos e masculinidades – novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher*. São Paulo: cultura acadêmica, 2014. V1. P 225-246.

PRATES, P. L. *A pena que vale a pena: alcances e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher*. Tese de Doutorado. Faculdade de Saúde Pública da USP, 2013.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Instituto Nacional de Estatística. Estatísticas de Crime e Justiça, 2010-2011. República de Moçambique. Instituto Nacional de Estatística, 2012. file:///C:/Users/2087766.HSM/Downloads/Crime_Justica_2010-2011.pdf acessado em 30 de março de 2016.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Lei nº29/2009, de 29 de setembro (Lei sobre a violência doméstica praticado contra as mulheres). Diário Oficial da República. 2º suplemento, nº28. Imprensa Nacional de Moçambique. Disponível em http://www.mec.gov.mz/POEMA/Biblioteca/RH-S2-Lei-26-2009_Fiscalizacao_TA.pdf. Acessado 5 Jan 2015. <https://pt.scribd.com/doc/36338772/Lei-Contra-Violencia-Domestica-29-2009-1> acessado em 12 de fevereiro de 2016.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE – PNAPCVCM. Plano Nacional de Acção para Combate à Violência Contra a Mulher [2008-2012], s/d. <http://www.hsph.harvard.edu/population/domesticviolence/mozambique.violence.08.pdf> acessado em 11 de fevereiro de 2016.

RIFIOTIS, T. Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a ‘violência conjugal’ e a ‘violência intrafamiliar’ *Revista Katál*. Florianópolis v. 11, nº2, p.225-236, 2008.

RUBIN, G. “*The Traffic in Women: Notes on the ‘Political Economy’ of Sex*”. Toward an Anthropology of Women, New York, Monthly Review Press, 1975.

RUNDSON, M. A função judicial no tratamento da violência doméstica no Brasil: uma abordagem da Lei Maria da Penha à luz da política jurídica. Disponível em: www.esmesc.com.br/imagens/pdf. Acessado em 4 Jan 2015.

SAFAIDS. Gender equality in SADC. Pretoria/Harare/Maputo: The Umbrella. Livre de VBG e HIV. 2010.

SAFFIOTI, H. I. B. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. *FLACSO - Brasil*. junho/2009.

SAMUEL, E. Violência de gênero, cultura e direitos humanos. A aplicação da Lei da Violência Doméstica (Lei 29/2009, de 29 de Setembro). *Outras Vozes*, nº 43-44, 2013.

SANTOS, B. S. (2009), “Direitos humanos: o desafio da interculturalidade”, *Revista Direitos Humanos*, 2, p. 10 - 18.

SANTOS, C. M., & IZUMINO, W. P. (2005). Violência contra as mulheres e violência de gênero: Notas sobre estudos feministas no Brasil. *E.I.A.L. Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe*, 16. Recuperado em 09 novembro 2008, de <http://www.nevusp.org/downloads/down083.pdf>. Acessado 5 jan 2015.

SILVEIRA, P. M. S. D. Saúde Mental: concepções e práticas profissionais de um campo em tensão. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo, 2016.

SOCIEDADE INDEPENDENTE DE COMUNICAÇÃO (SIC). 80% das mulheres angolanas são vítimas de violência doméstica. 27.11.2014. Disponível em: <http://sicnoticias.sapo.pt/mundo/2014-11-27-80-das-mulheres-angolanas-sao-vitimas-de-violencia-domestica>. Acessado 2 Jan 2015.

THIOLLENT, M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 5ª edição, São Paulo: Polis, 1987.

UBISSE, Alair. *Permanência de mulheres financeiramente independentes em relação conjugais violentas*. 2009. 82f. Monografia. (Licenciatura em Sociologia) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo: UEM, 2009.

UNICEF Moçambique. Lançado em Maputo Gabinete “Modelo” de Atendimento a Mulher e Criança Vítimas de Violência Doméstica. 2009. Disponível em: http://www.unicef.org/mozambique/pt/media_4890.html. Acessado em 24 de junho 2014.

UNIFPA Brasil .UNFPA, ABC e Ministério da Saúde traçam estratégia para cooperação com Moçambique. 09 set 2014. Disponível em:<http://www.unfpa.org.br/novo/index.php/noticias/ultimas/oju-omo>. Acessado 23 mar 2015.

VAN BOOM, B. Análise da pobreza em Moçambique: situação da pobreza dos agregados familiares, má nutrição infantil e outros indicadores, 1997, 2003, 2009. *Centre for World Food Studies*, VU University, Amsterdam, 2011.

VICTORA, C.; KNAUTH, D.; HASSEN, M. *Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema*. Porto Alegre: Tomo, 2000. p. 62-63.

VALDEZ-SANTIAGO, R. y RUIZ-RODRIGUEZ, M. Violencia doméstica contra las mujeres: ¿cuándo y cómo surge como problema de salud pública?. *Salud pública Méx* [online]. 2009, vol.51, n.6, pp. 505-511. ISSN

0036-3634. Disponível em:
<http://www.scielo.org.mx/pdf/spm/v51n6/a09v51n6.pdf>. Acessado em 5 Jan 2015.

WASELFISZ, J. J. Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil. *Flacso Brasil*. Brasília – DF, 2015. Disponível em:
<http://www.mapadaviolencia.org.br> acessado em 30 de março de 2016.

WALILE, Avelino. *A problemática da violência doméstica em Angola: o caso de Benguela: uma análise sociológica*

. 124f. Dissertação de Mestrado em Sociologia, *Globalização e Desenvolvimento*. Faculdade de Ciências Sociais da Faculdade da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. 2012. Disponível em:
http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/3385/mestrado_final.pdf?sequence=1. Acessado 5 Jan 2015.

7. Anexos

Anexo II

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DO INTERIOR

COMANDO DA PRM-CIDADE DE MAPUTO

Gabinete de Atendimento a Família e Menores Vítimas de Violência Doméstica

AO

EXMO SENHOR COMANDANTE DA 17ª
ESQUADRA DA PRM-CIDADE

= MAPUTO=

ASSUNTO: Guia de Apresentação

N/Ref.94/GAFMVV/15

Para os devidos efeitos e fins convenientes, segue deste Gabinete a Senhora **Etelvina Alexandre Caetano Meque**, estudante de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, nível mestrado, a fim de se apresentar na secção de atendimento dessa subunidade policial, para efeitos de entrevista aos membros da PRM em serviço nas secções de atendimento às vítimas de violência.

Sem mais de momento, as nossas cordiais saudações.

Maputo, 05 de Junho de 2015

A Chefe do Departamento

Maria Supinho Olímpio Llamasse

(Superintendente da Polícia)

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DO INTERIOR
GABINETE DO MINISTRO

Exma Senhora
Etelvina Alexandre Cactano Meque

Maputo

453/GMI/15

Assunto: Transcrição de Despacho

Para os devidos efeitos, incumbe-me Sua Excelência o Ministro do Interior de transcrever na íntegra o despacho exarado no requerimento que a Senhora **Etelvina** solicita autorização para proceder entrevista a funcionários que atendem mulheres vítimas de violência doméstica. Cujo teor é o seguinte:

“ Autorizo.

O Ministro
Jaime Basílio Monteiro
05.05.15”

Com os melhores cumprimentos,

Maputo, 06 de Maio de 2015

O Chefe de Gabinete

Abílio José Mapilele

Am'md

Recebido

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DO INTERIOR

COMANDO DA PRM-CIDADE DE MAPUTO

Gabinete de Atendimento a Família e Menores Vítimas de Violência Doméstica

A

**Faculdade de Saúde Pública –
Universidade de São Paulo**

ASSUNTO: Guia de Apresentação

N/Ref.93/GAFMVV/15

Para os devidos efeitos e fins convenientes, o Gabinete supracitado serve-se deste ofício para junto à V. Excia, informar que a Senhora **Etelvina Alexandre Caetano Meque**, estudante de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, nível mestrado, apresentou-se nas secções de atendimento da 9ª, 15ª e 17ª Esquadras, para efeitos de entrevista aos membros da PRM em serviço nas secções de atendimento às vítimas de violência, num período de 02 meses e 02 semanas.

Sem mais de momento, as nossas cordiais saudações.

Maputo, 07 de Agosto de 2015

A Chefe do Departamento

Maria Supinho Olimpio Uamusse

(Superintendente da Policia)

Anexo III

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Fui informado(a) a respeito da presente pesquisa, intitulada “A Violência doméstica contra a mulher e o atendimento jurídico na cidade de Maputo — Moçambique,” sob responsabilidade da aluna de mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da USP, Etelvina Alexandre Caetano Meque, orientada pela Profa. Dra. Augusta Thereza de Alvarenga, da referida faculdade.

Após ser convidado(a) a participar dessa pesquisa, tive a informação de que o objetivo geral da mesma é o de analisar a relevância do atendimento jurídico dispensado aos casos de violência doméstica na cidade de Maputo e verificar as possibilidades e desafios enfrentados na implementação da Lei 29/2009 – Lei da Violência Doméstica contra a Mulher – pela Delegacia de Defesa da Mulher – DDM - da referida cidade.

Fui também informado(a) de que se trata de uma pesquisa do tipo qualitativa, na qual a minha participação consistirá na autorização do fornecimento de informações por mim cedidas, em relação ao trabalho desenvolvido pela DDM de Maputo, em uma entrevista, que será realizada pela própria pesquisadora, responsável pela pesquisa, a qual será gravada mediante a minha autorização e posteriormente transcrita para divulgação em sua dissertação de mestrado e publicações relacionadas.

Além disso, fui também informado(a) de que em nenhum momento serei identificado(a) pelo meu nome, mas sim por um nome fictício, a fim de preservar minha identidade quando forem apresentados os resultados da pesquisa.

Estou garantido(a) de que poderei desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, inclusive sem nenhum motivo, bastando para isso

informar minha decisão de desistência. Fui esclarecido(a) ainda que, por ser uma participação voluntária e sem interesse financeiro, não terei direito a nenhuma remuneração. A participação na pesquisa incorrerá em riscos mínimos, tais como o desconforto pelo tempo de duração da entrevista ou pelo conteúdo por ela abordado.

Se eu estiver de acordo em participar assinarei este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Caso eu prefira não assinar, por não querer me identificar, minha decisão será respeitada e poderei, mesmo assim, participar da pesquisa mediante a assinatura de duas testemunhas como alternativa à minha não assinatura do presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Fui informado(a) que caso opte por não oferecer a autorização, não receberei nenhuma punição por isso.

Declaro, finalmente, que recebi todas as demais informações que solicitei sobre a pesquisa, bem como que este termo foi lido junto comigo, de modo que decido participar.

Em casos de dúvidas poderei contatar a pesquisadora Etelvina Alexandre Caetano Meque, no telefone, em Maputo, 823800980, e em São Paulo (+5511)953341488, ou o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, sito à Av. Dr. Arnaldo, 715, Cerqueira César – CEP 01246-904, São Paulo, SP – Telefone: (11) 3061-7779 – e-mail: coep@fsp.usp.br

Maputo, de de 2015.

Assinatura do participante: _____

Assinatura do pesquisador: _____

Anexo IV

Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Título da Pesquisa: A Violência Doméstica Contra Mulher e o Atendimento Jurídico na Cidade de Maputo — Moçambique
Pesquisadora: Etelvina Alexandre Caetano Meque

FORMULÁRIO PARA CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICA DOS ENTREVISTADOS

Data da entrevista: __/__/2015

Local: _____

Nome: _____

Data de Nascimento: __/__/____

Idade: _____

Escolaridade: _____

Formação: _____

Função/Cargo que exerce(descrever): _____

Turno de trabalho:

Carga horária: _____

Média de rendimentos: _____

Há quanto tempo trabalha na DDM: _____

Há quanto tempo trabalha na corporação: _____

Região de residência: _____

Estado civil: _____

Filhos: ()sim ()não

Quantos: _____

Outras informações relevantes: _____

Anexo V

Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Título da Pesquisa: A Violência Doméstica Contra Mulher e o Atendimento Jurídico na Cidade de Maputo — Moçambique

Pesquisadora: Etelvina Alexandre Caetano Meque

Roteiro Temático

1 – O(a) senhor(a) gosta de trabalhar aqui? Como é o seu trabalho?

2 – O que o(a) levou a trabalhar com violência doméstica contra a mulher? Está satisfeito(a) ou não com esta atividade?

Explorar: Os motivos em caso positivo e negativo.

3 – Pode me dizer se existe, nesta delegacia, um protocolo específico para o atendimento às mulheres vítimas de violência, que represente um cuidado especial neste tipo de atendimento?

4 – Você pode me dizer como é o acolhimento dado a estas mulheres vítimas de violência doméstica?

5 – Como é lidar com os vários casos de violência contra a mulher no dia-a-dia? Qual é a sensação que você tem?

6 – Você pode me descrever quais os diferentes tipos de casos vocês recebem no dia-a-dia?

Explorar: Queixas mais frequentes das mulheres e casos mais e menos graves.

7 – Como o(a) senhor(a) vê a situação da violência contra a mulher em Moçambique?

8 – E o que achou da criação da Lei 29/2009, de Violência Contra a Mulher?

9 – O(a) senhor(a) acha que esta Lei é importante para Moçambique? Ela está sendo bem implementada?

10 – O que o(a) senhor(a) pensa da mulher em situação de violência?

11 – O(a) senhor(a) acha que a Lei 29/2009 está garantindo ou não os direitos das mulheres? Essa lei está protegendo as mulheres contra a violência doméstica?

12 – O(a) senhor(a) acha importante o trabalho que a Delegacia de Defesa da Mulher – DDM – vêm desenvolvendo para a proteção das mulheres?

13 – O(a) senhor(a) pode me dizer como a mulher deve proceder para ser atendida na delegacia e ter o seu processo encaminhado?

Observação: *Descrever o fluxo de atendimento na rede de assistência.*

14 – Como a delegacia atua no encaminhamento das denúncias?

Observação: *Descrever o fluxo do encaminhamento.*

15 – Quais os tipos de relatos mais frequentes que as mulheres fazem quando chegam a essa delegacia?

16 – Pode me dizer se o seu trabalho é mais individual, ou em equipe?

Explorar: *Caso seja em equipe, explorar como é formada a equipe e se o atendimento é feito por duplas ou trios e qual é a divisão das atividades. Caso seja individual, se está satisfeito em trabalhar sozinho.*

17 – Vocês têm algum procedimento especial de proteção às mulheres vítimas de violência nos casos mais graves?

Explorar: *Se existe local de acolhimento na própria delegacia ou vínculo com outra instituição.*

18 – Como vocês procedem nos casos de mulheres que não têm o apoio da família de origem ou de parentes próximos que possam abrigá-la?

Explorar: *Se existe procedimento padrão da própria delegacia para esses casos.*

19 – Existe diferença no atendimento às mulheres, das diferentes classes sociais, tendo em vista sua situação econômica e de proteção/apoio familiar ou de vizinhos, etc?

20 – Que tipo de mulher o(a) senhor(a) acha que é mais penalizada com a violência, em Moçambique?

Explorar: O porquê e detalhar a narrativa do entrevistado.

21 – Como é o procedimento da delegacia para instauração de inquérito?

22 - Como os homens são ouvidos e como eles usualmente justificam e dão sua versão do caso?

23 – Quais os motivos mais frequentes o(a) senhor(a) acha que levam os homens a praticarem violência doméstica contra mulheres?

24 – O(a) senhor(a) considera que os homens estão sendo devidamente julgados por seus atos de violência doméstica contra mulheres, baseado na lei 29/2009?

25 – Como é o relacionamento entre a delegacia e o tribunal de justiça para o andamento dos casos da violência contra a mulher?

26 – Quais os tipos de dificuldades que vocês da delegacia encontram para a resolução dos casos de violência contra a mulher?

27 – O(a) senhor(a) considera que a Lei 29/2009 colaborou para a diminuição da impunidade nos casos de violência doméstica contra mulheres?

28 – Além da Lei, que outros procedimentos o(a) senhor(a) considera importantes para diminuir ou controlar a violência contra a mulher em Moçambique?

29 – O (a) senhor(a) faria algum tipo de modificação na Lei 29/2009 para aprimorá-la no sentido de maior defesa das mulheres?

30 – Que sugestões o(a) senhor(a) daria para melhorar a dinâmica do atendimento às mulheres vítimas de violência?

31 – O(a) senhor(a) gostaria de dizer mais alguma coisa sobre este assunto?

Muito obrigada por sua preciosa colaboração!

Anexo VI

Tabela 1 – Taxa de Homicídios de mulheres (por 100mil) em 83 países

Pais	Ano	Taxa	Pos
El Salvador	2012	8,9	1°
Colômbia	2011	6,3	2°
Guatemala	2012	6,2	3°
Federação Russa	2011	5,3	4°
Brasil	2013	4,8	5°
México	2012	4,4	6°
Rep. da Moldávia	2013	3,3	7°
Suriname	2012	3,2	8°
Letônia	2012	3,1	9°
Porto Rico	2010	2,9	10°
Ucrânia	2012	2,8	11°
Belarus	2011	2,6	12°
Estônia	2012	2,5	13°
Cuba	2012	2,5	14°
Maurícia	2013	2,4	15°
Panamá	2012	2,3	16°
Lituânia	2012	2,2	17°
África Do Sul	2013	2,2	18°
EUA	2010	2	19°
Uruguai	2010	1,8	20°
Paraguai	2012	1,8	21°
Costa Rica	2012	1,8	22°
Aruba	2012	1,7	23°
Quirguistão	2013	1,6	24°
Rep. Dominicana	2011	1,6	25°
Sérvia	2013	1,4	26°
Nicarágua	2012	1,4	27°
Argentina	2012	1,3	28°
Romênia	2012	1,3	29°
TFYR Macedónia	2010	1	30°
Chile	2012	1	31°
Peru	2012	1	32°

Hungria	2013	1	33°
Croácia	2013	1	34°
República da Coreia	2012	1	35°
Malta	2012	0,9	36°
Canadá	2011	0,9	37°
Chipre	2012	0,9	38°
Armênia	2012	0,9	39°
Bélgica	2012	0,9	40°
República Tcheca	2013	0,8	41°
Nova Zelândia	2011	0,8	42°
Jordânia	2011	0,7	43°
Bulgária	2012	0,7	44°
Noruega	2013	0,7	45°
Finlândia	2011	0,7	46°
Barbados	2013	0,7	47°
Holanda	2012	0,7	48°
Israel	2013	0,6	49°
Portugal	2011	0,6	50°
Austrália	2013	0,6	51°
Polônia	2013	0,6	52°
Turquia	2013	0,5	53°
Irlanda Do Norte	2013	0,5	54°
Alemanha	2012	0,5	55°
Brunei Darussalam	2012	0,5	56°
Suécia	2013	0,5	57°
Áustria	2013	0,5	58°
Eslovênia	2010	0,5	59°
Espanha	2013	0,5	60°
Fiji	2012	0,4	61°
Suíça	2012	0,4	62°
França	2011	0,4	63°
Rep. Árabe Síria	2010	0,4	64°
Itália	2012	0,4	65°
Bahrain	2013	0,3	66°
Geórgia	2012	0,3	67°
Escócia	2013	0,3	68°
Hong Kong SAR	2013	0,3	69°
Honduras	2013	0,3	70°
Japão	2013	0,2	71°
Dinamarca	2012	0,2	72°

Irlanda	2010	0,2	73°
Singapura	2013	0,1	74°
Reino Unido	2013	0,1	75°
Marrocos	2012	0,1	76°
Egito	2013	0	77°
Anguila	2012	0	78°
Bermudas	2010	0	79°
Grenada	2012	0	80°
Ilhas Cayman	2010	0	81°
Kuwait	2013	0	82°
Tunísia	2013	0	83°

Fonte: WEISELFISZ (2015.p. 28)